

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE

UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE MODALIZAÇÃO ESTABELECIDOS
PELO PAR “É + ADJETIVO” EM ARTIGOS DE OPINIÃO PUBLICADOS NO
JORNAL OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA

CASCAVEL-PR
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALCIONE TEREZA CORBARI

UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE MODALIZAÇÃO ESTABELECIDOS
PELO PAR “É + ADJETIVO” EM ARTIGOS DE OPINIÃO PUBLICADOS NO
JORNAL OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA

Dissertação apresentada à Universidade
Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE,
para obtenção do título de Mestre em Letras,
junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Letras, área de concentração
Linguagem e Sociedade. Linha de Pesquisa:
Funcionamento dos Mecanismos Lingüísticos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aparecida Feola Sella

CASCADEL-PR
2008

Ficha catalográfica

Elaborada pela Biblioteca Central do Campus de Cascavel - Unioeste

C812e Corbari, Alcione Tereza.

Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par “é + adjetivo” em artigos de opinião publicados no jornal Observatório da Imprensa. / Alcione Tereza Corbari — Cascavel, PR: UNIOESTE, 2008.

162 f. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Feola Sella

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Bibliografia.

1. Modalização linguística. 2. Gênero textual. I. Sella, Aparecida Feola. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título. CDD 21ed. 410

Bibliotecária: Jeanine da Silva Barros CRB 9/1362

UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE MODALIZAÇÃO ESTABELECIDOS PELO PAR “É + ADJETIVO” EM ARTIGOS DE OPINIÃO PUBLICADOS NO JORNAL

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em 17 de março de 2008.

Prof^a Dr^a Lourdes Kaminski Alves (UNIOESTE)
Coordenadora

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:

Prof^a. Dr^a. Cláudia Mendes Campos (UFPR)
Membro Efetivo (convidado)

Prof. Dr. Jorge Bidarra (UNIOESTE)
Membro Efetivo (da instituição)

Prof^a. Dr^a. Aparecida Feola Sella (UNIOESTE)
Orientadora

Cascavel, 17 de março de 2008

Dedico este trabalho:

Aos meus pais, MARIA e HUMBERTO CORBARI, pela firmeza e perseverança com que “modalizaram” suas vidas pela “necessidade deôntica” de criar e educar seus dez filhos, sempre ancorados no princípio da honestidade e no valor do trabalho, orientando-nos para o “eixo do saber”, mesmo eles próprios tendo “possibilidades” restritas de acesso ao campo “epistêmico-acadêmico”.

Por tudo o que ELES são para mim, esta simples homenagem.

iii

Agradeço:

À professora Aparecida Feola Sella,
pelas contribuições, desde o período de Graduação, para o meu crescimento intelectual e científico, e, em especial, pela disposição com que me orientou.

Aos professores Ivo José Dietrich e Jorge Bidarra,
pelas importantes contribuições prestadas para o meu crescimento intelectual e científico durante o curso de Mestrado e pelas valiosas sugestões para o melhoramento da pesquisa aqui apresentada.

Às professoras Cláudia Mendes Campos,
pela pronta disponibilidade para ler este trabalho e para participar de minha Banca de Defesa.

A todos os professores, colegas e amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização da pesquisa aqui proposta.

Ao namorado e aos familiares, pela compreensão, presença e apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

Ao Programa de Mestrado,
pela oportunidade de realização do curso de Pós-Graduação.

A todos, meus sinceros agradecimentos!!!

RESUMO

CORBARI, Alcione Tereza. Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par “é + adjetivo” em artigos de opinião publicados no jornal Observatório da Imprensa. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel, 2008.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aparecida Feola Sella
Defesa: 17 de março de 2008

O objetivo desta pesquisa consiste em investigar os processos de modalização estabelecidos pelo par “é + adjetivo” em recortes textuais retirados de artigos de opinião publicados na seção Jornal de Debates, do jornal Observatório da Imprensa. O interesse em promover uma análise neste contexto emerge de reflexões promovidas por parte de um conjunto de pesquisas desenvolvidas pelo grupo Elaboração de uma gramática para graduandos e leva em consideração o fato de o estudo da modalização lingüística poder contribuir para o desenvolvimento das habilidades lingüístico-discursivas dos alunos como leitores e produtores de texto. Durante o percurso traçado para o desenvolvimento deste trabalho, observou-se que a unidade “é + adjetivo” retrata uma estratégia de modalização à qual o produtor do texto recorre para demarcar sua posição avaliativa com relação à mensagem expressa ou para estabelecer uma interlocução mais ativa com o leitor no sentido de tentar convencê-lo acerca da validade da opinião expressa. Essa constatação levou ao reconhecimento de duas instâncias de atuação da modalização veiculada pela estrutura em foco: conteúdo modalizado x interlocutor. Essa perspectiva de análise é subsidiada por alguns autores contemporâneos que abordam a modalização lingüística, como Neves (2006; 1996), Koch (2002; 1997), Castilho e Castilho (1992), Parret (1988), dentre outros. A proposta de análise presente nas obras consultadas serviu para que fossem avaliadas as funções assumidas pela expressão “é + adjetivo” e para que se percebesse ser a recorrência da estrutura uma espécie de característica de artigos de opinião. A hipótese de que as escolhas lingüísticas se dão em razão do gênero escolhido para a atualização de determinadas intenções, em determinados contextos comunicativos, encontra respaldo em autores que tratam dos gêneros textuais/discursivos, como Bakhtin (2003), Marcuschi (2005a; 2005b) e Matencio (2006). Melo (2003) e Rodrigues (2001) também são referências para esta pesquisa por apresentarem estudos acerca das características específicas do artigo de opinião.

Palavras-chave: modalização, gênero textual, artigo de opinião, expressão modalizadora “é + adjetivo”.

ABSTRACT

CORBARI, Alcione Tereza. A study about the processes of modalization established by the phrase “é (is) + adjective” in opinion articles published in the newspaper

Observatório da Imprensa. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel, 2008.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aparecida Feola Sella

Defesa: 17 de março de 2008

This research aims at investigating the processes of modalization established by the phrase “é (is) + adjective” in textual excerpts from opinion articles published in the section *Jornal de Debates* of the online newspaper *Observatório da Imprensa*. Our interest in promoting an analysis in this context arises from reflections promoted by a series of researches developed by the research group *Elaboração de uma gramática para graduandos* (Elaboration of a grammar for undergraduate students), considering the fact that the study of linguistic modalization can contribute to the development of linguistic-discursive skills of the students as readers and text producers. During the itinerary outlined for the development of this work, we have observed that the unit “é (is) + adjective” represents a modalizing structure used by the text producer in order to signal his/her evaluative position regarding the message or to establish a more active interlocution with the reader aiming to convince him/her about the validity of the opinion expressed in the text. This observation led us to recognize two scopes of actuation of modalization in the structure under examination: modalized content x interlocutor. This perspective of analysis is subsidized by some contemporary authors that study the linguistic modalization, such as Neves (2006; 1996), Koch (2002; 1997), Castilho and Castilho (1992), Parret (1988), among others. The proposal of analysis present in the bibliography contributed to evaluate the functions of the phrase “é (is) + adjective” and to notice that the recurrence of this structure is typical of opinion articles. The hypothesis that the linguistic choices are done on grounds of the genre finds support in authors who study the textual/discursive genre, such as Bakhtin (2003), Marcuschi (2005a; 2005b) and Matencio (2006). Melo (2003) and Rodrigues (2001) are also references for this research since they present studies on the specific characteristics of the opinion article.

Key-words : modalization, text genre, opinion article, modalizing expression “é (is) + adjective”.

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A MODALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA	6
1.1 A DICOTOMIA DICTUM X MODUS.....	6
1.2 CONCEITO E TIPOS DE MODALIZAÇÃO.....	10
1.2.1 As modalizações epistêmica e deôntica.....	12
1.3 O PAR “É + ADJETIVO” (PEA) EM FUNÇÃO MODALIZADORA.....	24
CAPÍTULO II – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO “ARTIGO DE OPINIÃO”	33
2.1 UMA BREVE NOÇÃO DE GÊNERO.....	35
2.2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS GÊNEROS DA ESFERA JORNALÍSTICA	38
2.2.1 O gênero artigo de opinião.....	42
2.2.2 O artigo de opinião no Observatório da Imprensa.....	46
2.2.2.1 O jornal Observatório da Imprensa.....	48
2.2.2.2 Algumas peculiaridades do artigo de opinião no Observatório da Imprensa.....	52
2.3 ARTIGO DE OPINIÃO X MODALIZAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS	56

CAPÍTULO III – HISTÓRICO DA SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS RECORTES.....	63
3.1 A ESCOLHA DOS TEXTOS PARA A SELEÇÃO DO CORPUS.....	63
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DO CORPUS.....	65
3.3 A ORGANIZAÇÃO DOS RECORTES	67
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS RECORTES.....	72
CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RECORTES TEXTUAIS....	82
4.1 MODALIZAÇÃO ORIENTADA PARA O CONTEÚDO MODALIZADO.....	83
4.2 MODALIZAÇÃO ORIENTADA PARA O INTERLOCUTOR.....	98
4.2.1 Modalização Epistêmico-Interlocutiva.....	98
4.2.2 Modalização Deontico-Interlocutiva.....	103
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS	125
ANEXO 1 – FRAGMENTOS DOS TEXTOS SELECIONADOS PARA A COLETA DO CORPUS.....	125
Texto 1	125

Texto 2	127
Texto 3	128
Texto 4	130
Texto 5	133
Texto 6	135
Texto 7	136
Texto 8	137
Texto 9	139
Texto 10	140
Texto 11	141
Texto 12	142
Texto 13	143
Texto 14	145
Texto 15	146
Texto 16	147
Texto 17	148
Texto 18	149
Texto 19	151
Texto 20	152
Texto 21	153
Texto 22	155
Texto 23	156
Texto 24	157
Texto 25	158
Texto 26	159
Texto 27	161
Texto 28	162

INTRODUÇÃO

A necessidade de se repensar o ensino de Língua Portuguesa nas escolas fez surgir algumas reflexões no interior dos estudos lingüísticos promovidos pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da UNIOESTE, campus de Cascavel, mais especificamente por parte de pesquisadores inscritos no grupo de pesquisa Elaboração de uma gramática para graduandos. Este trabalho retrata uma pesquisa que emerge dessas discussões e visa a alcançar os contextos de ensino, uma vez que se considera ser a abordagem da modalização lingüística importante para o desenvolvimento das habilidades lingüístico-discursivas dos alunos. Embora a contribuição ocorra de forma indireta, já que este estudo representa um roteiro de análise de textos opinativos veiculados na imprensa, o resultado pode servir para pesquisas sobre leitura, cujo enfoque seja a modalização lingüística.

Ainda que este trabalho represente um olhar tímido e focado apenas em um mecanismo da faceta da modalização da linguagem, a pesquisa aqui descrita parte da noção de língua como “atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, a qual se realiza, evidentemente, com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização” (KOCH, 2003, p. 17).

Entende-se, ainda, que o par “é + adjetivo” retrata uma das diversas estratégias que são mobilizadas no “jogo da linguagem” com vistas à produção do sentido, conforme aponta Koch (2003). Considera-se, de acordo com a autora, que esse jogo envolve três peças fundamentais:

1. o produtor/planejador, que procura viabilizar o seu “projeto de dizer”, recorrendo a uma série de estratégias de organização textual e orientando o

interlocutor, por meio de sinalizações textuais (indícios, marcas, pistas) para a construção dos (possíveis) sentidos;

2. o texto, organizado estrategicamente de dada forma, em decorrência das escolhas feitas pelo produtor entre as diversas possibilidades de formulação que a língua lhe oferece, de tal sorte que ele estabelece limites quanto às leituras possíveis;

3. o leitor/ouvinte, que, a partir do modo como o texto se encontra lingüisticamente construído, das sinalizações que lhe oferece, bem como pela mobilização do contexto relevante à interpretação, vai proceder à construção dos sentidos. (KOCH, 2003, p. 19).

A opção por analisar a modalização lingüística estabelecida por meio do par “é + adjetivo” deu-se por influência de outros estudos desenvolvidos por pesquisadores vinculados ao programa supracitado – Sella (2004), Sella e Roman (2004), Busse (2004) e Vicenti (2007).

A hipótese que se levantou, após algumas análises empreendidas, é a de que a estrutura “é + adjetivo” retrata uma estratégia usada pelo produtor do texto para estabelecer dois movimentos, um voltado para o conteúdo exposto para ser modalizado e outro voltado para o interlocutor. No primeiro caso, percebe-se que a estrutura em análise referencia a posição tomada pelo produtor do texto ao construir o enunciado, revelando sua intervenção avaliativa com relação ao conteúdo da mensagem. No segundo caso, o produtor do texto recorre à estrutura “é + adjetivo” para se apresentar ao seu interlocutor como alguém que tem conhecimento ou que está numa posição que o autoriza a exigir do leitor a concordância com relação ao dito no conteúdo que está sendo alvo de modalização ou a exigir do interlocutor certas atitudes.

Nesse sentido, as análises sugerem que o par “é + adjetivo” retrata uma estratégia lingüística válida em situações de comunicação em que o produtor do texto pretende expor e impor o seu ponto de vista. Essa observação levou à decisão de se sondarem artigos de opinião, que, de uma forma geral, têm por finalidade a busca da adesão do leitor à opinião expressa no texto (cf. RODRIGUES, 2001).

Para a constituição do corpus, foi selecionado o jornal Observatório da Imprensa¹, que apresenta textos de debate e crítica relacionados ao conteúdo que vem sendo exposto na mídia, bem como às atitudes de profissionais do campo jornalístico ou de certos grupos de veículos de comunicação. Nesse sentido, esse jornal constitui-se numa fonte propícia para a veiculação de artigos de opinião. Além disso, apresenta um caráter interativo mais marcado do que ocorre nos meios de comunicação mais tradicionais, como as revistas e os jornais impressos. Essa interação mais dinâmica parece acentuar as possibilidades de o produtor do texto, ao escrever, considerar o seu leitor, o que, por sua vez, direciona a forma de tratar o tema, bem como as escolhas lingüísticas que faz.

A divisão do jornal em diferentes seções, com características peculiares – no tocante aos temas que são discutidos, aos agentes que os freqüentam e ao modo de sua atuação (cf. ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002) –, exigiu que se procedesse a uma seleção da seção de onde os textos seriam coletados. Fez-se, então, a opção pelo Jornal de Debates, já que se caracteriza como um espaço em que são publicados textos polêmicos, conforme o título deixa entrever e, devido a esse caráter, veicula um número significativo de artigos de opinião. Após alguns procedimentos de seleção, detalhados no terceiro capítulo, restaram 28 textos, dos quais foram extraídos 52 recortes, que apresentavam o par “é + adjetivo” (doravante também representado pela sigla PEA) em função modalizadora. Esses recortes, que têm a extensão de um período², constituem o conjunto do corpus selecionado para as análises expostas neste trabalho.

Vale lembrar que as considerações apresentadas nesta dissertação não devem ser vistas como esgotadas ou as únicas possíveis, uma vez que as análises empreendidas consideram

1 Toda vez que for citado o jornal Observatório da Imprensa, faz-se referência à sua versão veiculada na Internet (on-line).

2 Conforme Cunha e Cintra (1985, p. 118-119), “período” é a frase organizada em oração ou orações. Pode ser simples, quando constituído de uma só oração, ou composto, quando formado de duas ou mais orações. O período termina sempre por uma pausa bem definida, que se marca na escrita com ponto, ponto de exclamação, ponto de interrogação, reticências e, algumas vezes, com dois pontos.

apenas parcialmente o contexto de produção dos textos – já que se leva em conta apenas o gênero escolhido e o jornal em que é veiculado –, além de focarem-se na observação da expressão modalizadora em seu contexto frasal.

Este estudo toma parte das hipóteses lançadas por Sella (2004), Sella e Roman (2004), Busse (2004) e Vicenti (2007) e sustenta-se basicamente em Neves (2006; 1996), Koch (2002; 1997), Castilho e Castilho (2002) e Parret (1988), dentre outros autores que apresentam contribuições que servem de aporte para a verificação da função modalizadora do PEA. A referência a essas teorias é feita no primeiro capítulo, no qual são trazidos à discussão os conceitos de modalização desenvolvidos no interior dos estudos lingüísticos, bem como os tipos de modalização tradicionalmente descritos. Também são tecidas, nessa parte do trabalho, algumas considerações sobre a função modalizadora do PEA. Nesse capítulo, alguns dos comentários são balizados com recortes do corpus dessa pesquisa.

A hipótese de que a estrutura modalizadora “é + adjetivo” seja característica (embora não exclusiva) de certos gêneros de textos em que se procura defender uma certa opinião e convencer o interlocutor sobre sua validade fez surgir a necessidade de se abordarem algumas teorias acerca da noção de gênero textual e, mais especificamente, sobre o gênero “artigo de opinião”. Essa abordagem é feita no segundo capítulo, recorrendo-se a Bakhtin (2003), Marcuschi (2005a), Matencio (2006), dentre outros autores. Com relação aos gêneros que emergem na esfera jornalística, cita-se como referência teórica o estudo de Melo (2003), que busca categorizar os gêneros do jornalismo brasileiro, em especial os textos opinativos. Também se recorre aos estudos de Rodrigues (2001), que analisa a constituição e o funcionamento do gênero artigo. Por fim, apontam-se algumas características próprias dos artigos de opinião publicados no Observatório da Imprensa, após uma exposição sucinta das características e objetivos desse jornal.

No terceiro capítulo, são apresentados os procedimentos que conduziram a seleção e organização do corpus, bem como a descrição do perfil dos recortes selecionados. Embora o enfoque da presente pesquisa referencie a análise da modalização lingüística veiculada pelo PEA, fez-se necessário considerar outros elementos que compõem os enunciados analisados, já que influenciam no tom modalizador da estrutura em foco. Assim, nesse capítulo, reserva-se também uma seção para a descrição desses elementos. Como a atenção da pesquisa volta-se à estrutura em tela, lança-se um olhar para os outros elementos do enunciado centrados na observação da função que eles assumem com relação à expressão modalizadora.

No quarto capítulo, apresenta-se o resultado das análises, em que se procura investigar a pertinência das hipóteses levantadas. Esse capítulo revela algumas fragilidades derivadas das limitações impostas para a realização do trabalho. Porém, o estudo realizado demonstrou ser possível, mesmo quando se opera com fragmentos textuais, estabelecer uma compreensão das estratégias argumentativas arroladas no interior do texto, o que permitiu verificar a relação estabelecida entre o posicionamento do produtor e o próprio texto, bem como as relações intersubjetivas estabelecidas. Cabe ressaltar que as descrições relatadas nesta pesquisa refletem considerações ainda iniciais e se pautam em um corpus restrito. Portanto, elas não devem ser tomadas como definitivas.

CAPÍTULO I

A MODALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA

Considerando-se que o interesse maior desta pesquisa consiste em verificar os processos de modalização instaurados pelo PEA (par “é + adjetivo”), reserva-se este capítulo para a apresentação do aporte teórico consultado acerca da modalização lingüística. Castilho e Castilho (1992), Neves (2006; 1996), Koch (2002; 1997) Parret (1988), Dascal (1986) e Palmer (2001) são referências que auxiliam na análise proposta.

A modalização recebe diferentes tratamentos por parte dos lingüistas. Conforme aponta Neves (2006), vários fatores podem contribuir para a diversidade de abordagem do tema, como a variação da própria conceituação do termo, o campo de estudo envolvido (Semântica, Pragmática, Retórica, Análise do Discurso etc.), as orientações teóricas assumidas e a ênfase em um ou outro tipo de modalidade.

Neste trabalho, as várias perspectivas de análise da modalização lingüística não constituem tópico de discussão. A seleção teórica adveio da necessidade de entender o funcionamento do PEA em função modalizadora.

1.1 A DICOTOMIA DICTUM X MODUS

Entende-se como pertinente para o estudo aqui proposto a questão em torno da dicotomia dictum x modus, adotada pela gramática tradicional e questionada por alguns teóricos, como Castilho e Castilho (1992). Os autores recuperam os conceitos de dictum e

modus da gramática tradicional e apresentam a seguinte definição: o primeiro é constituído de sujeito + predicado; o segundo refere-se à qualificação do conteúdo da forma de P, de acordo com o julgamento do falante. Esse julgamento, conforme os autores, pode ser expresso de duas formas:

(1) o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não-polar) e jussiva (imperativa ou optativa); (2) o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo. (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 201).

Em geral, a estratégia (1) é designada modalidade, e a estratégia (2), modalização. Contudo, os autores questionam essa distinção, argumentando que, em qualquer caso, há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo que vai veicular, o que resulta na escolha em afirmar, negar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou dúvida sobre esse conteúdo etc. Nesse sentido, o próprio ato de enunciar já implica modalizar.

Neves (2006, p. 152) também põe em dúvida a possibilidade de existir enunciados não-modalizados ao afirmar que, “se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que não existam enunciados não-modalizados”. A autora diz, ainda, que, do ponto de vista comunicativo-pragmático, a modalidade pode ser considerada uma categoria “automática”, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso e de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca.

Essa perspectiva de análise resultou na decisão, por parte de vários estudiosos, de não aplicar aos estudos lingüísticos a noção de modalidade alética³. Esta reflete a escala lógica que vai do necessário ao impossível, passando pelo possível e pelo contingente, sempre relacionada à verdade necessária ou contingente das proposições, conforme descreve Neves

³ Também conhecida como modalidade ontológica ou aristotélica (cf. KOCH, 2002).

(2006). A autora cita como exemplos que podem ser interpretados à luz dessa modalidade os enunciados abaixo, que indicam, respectivamente, uma possibilidade alética e uma necessidade alética (p. 159):

[a] A água pode ser encontrada em estado sólido, líquido ou gasoso.

[b] Mas, se a Terra é uma bola e está girando todo dia perto do Sol, não deve ser verão em toda a Terra?

Porém, Neves (2006) lembra que a modalidade alética é dificilmente detectada nas línguas naturais, já que é pouco provável que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e julgamento do falante.

Também Parret (1988) entende que um mundo possível não pode ser um referente sem qualquer intermediação psicológica ou sem algum impacto de faculdades psicológicas, como a imaginação ou a construção de conceitos. A expressão de uma possibilidade, por exemplo, depende dos conhecimentos que o locutor possui.

Análises nesse sentido levam a questionar a possibilidade de se estabelecer um limite preciso entre o dictum e o modus. Neves (2006) cita como tentativa de resolver esse impasse a proposição de Roulet de analisar os elementos modalizadores segundo duas perspectivas: “integrados” no dictum ou “extraídos”, claramente distintos do dictum, conforme se verifica, respectivamente, nos recortes abaixo, citados pela autora (p. 170):

[c] A vida provavelmente tem músculos e sossego. (integrado)

[d] É provável que a vida tenha músculos e sossego. (extraído)

Enquanto no primeiro caso a expressão modalizadora faz parte do conteúdo proposicional, no segundo, ela é acrescentada a ele. O entendimento de que existem essas duas possibilidades de manifestação da modalização é adotada na pesquisa aqui relatada, uma vez

que se verificou, no conjunto do corpus selecionado, que essas duas formas de modalizar são atualizadas, promovendo, em alguns casos, a integração da camada modal àquela que concerne ao conteúdo proposicional, para usar os termos de Dascal (1986).

Para o autor, a enunciação⁴ de qualquer frase transmite ao seu ouvinte uma “significação” que vai além do que é geralmente descrito como “significado” da frase. As diferenças entre esses dois níveis são assim explicadas:

Enquanto que o significado está normalmente confinado ao “conteúdo proposicional” da frase, sua significação inclui muitos outros fatores, além desse mesmo conteúdo proposicional: o motivo da enunciação [...], a força ilocucionária do enunciado, o grau de envolvimento do falante ao que ele disse [...], as mensagens indiretas tais como as ‘implicações conversacionais’ – que o enunciado pode, ou não (intencionalmente) transmitir, as informações não-intencionais sobre o falante e suas crenças que possam ser inferidas a partir do enunciado, etc. (DASCAL, 1986, p. 200).

Segundo o autor, a “significação” de uma enunciação, apesar de incluir uma série de fatores que são, de uma certa maneira, indeterminados, é razoavelmente bem estruturada, à maneira de uma cebola. Os diversos fatores mencionados constituem as “camadas” da significação, que se dão, basicamente, em três planos:

As mais internas são as que estão relacionadas com o “conteúdo proposicional” e são normalmente explicadas pela semântica, enquanto as mais externas (i.e. as relacionadas às implicações conversacionais) têm sido tradicionalmente associadas à pragmática. Naturalmente, tem havido muitas discussões sobre as camadas intermediárias⁵ (i.e. força ilocucionárias) e até

o momento não há consenso se elas pertencem à semântica ou à pragmática. (DASCAL, 1986, p. 200).

⁴ Com base em Ducrot, Guimarães (2001, p. 12) descreve “enunciação” como sendo “o evento histórico do aparecimento do enunciado”.

⁵ Numa adaptação dessa teoria, Castilho e Castilho (1992) descrevem o nível intermediário como sendo a “camada modal”.

Apesar de defender a necessidade de se identificarem as diferentes camadas para que uma enunciação seja “totalmente” entendida, Dascal (1986, p. 201) deixa margem à interpretação de que não é possível estabelecer um limite fixo entre os diferentes níveis ao admitir que o mal-entendido (que é o seu objeto de estudo), como o entendido, “resulta de interação entre as diferentes camadas”. Nesse sentido, a metáfora dascaliana também valida a idéia de que as camadas modal e conteúdo proposicional podem estar imbricadas.

1.2 CONCEITO E TIPOS DE MODALIZAÇÃO

Dentre as diferentes formas de abordagem da modalização lingüística, esta pesquisa toma como norteadoras as teorias que sustentam que os modalizadores “são usados na interação verbal, em princípio, para exprimir o ponto de vista do enunciador” (cf. NEVES, 2006, p. 154) e que “sempre verbalizam a atitude do falante com respeito à proposição” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 200).

Nessa mesma perspectiva, Koch (2002) descreve os modalizadores como sendo todos os elementos lingüísticos que estão ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como “indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso” (KOCH, 2002, p. 136). Tais elementos

[...] caracterizam os tipos de atos de fala que deseja desempenhar, revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso. (KOCH, 2002, p. 136).

Além de entender a modalização como uma estratégia que retrata o ponto de vista do produtor e sua atitude com respeito à proposição, conforme exposto acima, esta pesquisa ancora-se na idéia de que a modalização é usada também para marcar a atitude do produtor em face do seu interlocutor. Em conformidade com Neves (2006), entende-se que, ao estabelecer uma interação verbal, os interlocutores, ao mesmo tempo em que organizam a mensagem, definem seus papéis na interlocução, colocando-se na posição de doador ou solicitador, de asseverador, de perguntador, de respondedor, de ordenador etc.; nesse mesmo processo, eles escolhem marcar ou não explicitamente o seu enunciado com valores modais de diversas categorias.

Para a autora, a função interpessoal apresenta-se mais enfática quando se tem um enunciado marcadamente modalizado. Isso se daria porque, nesse caso, a presença do falante e do destinatário é mais evidente, “tanto no comprometimento epistêmico (que se liga a um papel semântico do tipo experimentador, ligado ao falante) como no envolvimento deôntico (que envolve as diversas pessoas do discurso, centrando-se no ouvinte)” (NEVES, 2006, p. 200).

O estudo das relações interativas proporcionadas pelo uso da modalização lingüística responde à necessidade, apontada por Parret (1988), de se ultrapassar as definições e classificações das teorias gramaticais clássicas a respeito da modalidade, uma vez que elas se limitam ao nível superficial da lexicalização, recaindo a observação sobre o comportamento sintático e sobre a força semântica dos verbos modais (poder, dever, saber, querer).

Para o autor, é preciso que se proponha um estudo num nível mais profundo, que considere as modalidades não mais como propriedades de seqüências lexicalizadas, mas como “verdadeiros atos de linguagem” (PARRET, 1988, p. 10). Para isso, o autor diz ser preciso analisá-las a partir do seu contexto de ação, que é caracterizado pelo triângulo “locutor,

destinatário, situação de troca” e pela dialética da intenção⁶ e do reconhecimento da intenção pelo canal de fragmentos lingüístico cujo suporte é a situação de troca.

1.2.1 As modalizações epistêmica e deôntica

Conforme se apontou no início deste capítulo, os lingüistas contemporâneos entendem que a modalidade alética não é aplicável ao estudo do funcionamento das línguas naturais. Parret (1988) observa que, no caso das línguas naturais, além de a modalidade se inclinar mais para ser epistêmica ou deôntica, os enunciados que são epistêmicos ou deônticos são antes subjetivos do que objetivos. De acordo com o autor, mesmo as asserções implicam num comprometimento epistêmico, e são relativamente poucas as asserções modalmente neutras.

Reflexões como essas já permeavam o pensamento lógico. Como lembra Koch (2002),

o próprio Aristóteles advertia que os enunciados de uma ciência nem sempre são simplesmente verdadeiros, já que, muitas vezes, formulam-se como necessariamente verdadeiros ou como possivelmente verdadeiros, de modo que a necessidade e a possibilidade modificam o sentido da simples verdade. Esse entendimento levou à ampliação do conceito de modalidade para aplicá-lo também às determinações que se inscrevem no registro do saber e do dever.

Assim, conforme Parret (1988), sistemas análogos ao da modalidade lógica, no que se refere ao conhecimento que se tem dos estados de coisas, foram construídos, resultando em outros dois eixos conceituais: o do conhecimento, da crença e o da conduta, que foram

⁶ Neste trabalho, o termo “intenção” é tomado considerando-se que a intencionalidade do produtor pode ser reconstruída a partir das marcas lingüísticas atualizadas no texto. No entanto, admite-se que, apesar das “pistas” que permitem atribuir sentidos ao texto, “nem o que está dito e explicitado assegura a coincidência entre intenção e compreensão” (FURNALETTO, 2004, grifos da autora), ou seja, a intenção reconstruída não necessariamente coincidirá com a real intenção do produtor do texto.

nomeados, respectivamente, de modalidades epistêmica e deôntica. Estas, conforme Neves (1996), por se prestarem bem a uma investigação lingüística dos enunciados reais de uma língua, correspondem à modalização lingüística stricto sensu. Na seqüência, faz-se uma abordagem mais detalhada dessas duas categorias por colaborar para a análise proposta neste trabalho.

Koch (2002) descreve a modalização epistêmica como aquela que se refere ao eixo da crença, reportando-se ao conhecimento que o falante tem de um estado de coisa. Castilho e Castilho (1992) citam que, quando se recorre ao recurso da modalização epistêmica, expressa-se uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição.

Já a modalização deôntica, conforme aponta Neves (1996), pertence ao eixo da conduta, situa-se no domínio do dever (obrigação e permissão) e liga-se à volição e à ordem. É Neves (2006) também quem afirma que, por dizer respeito à conduta, essa categoria é afeta a predicções abertas para a futuridade, uma vez que se projeta para um momento posterior à manifestação da necessidade deôntica.

As sentenças abaixo simuladas ilustram as duas categorias aqui abordadas:

[e1] É certo que a guerra terminará em breve.

[e2] É possível/provável que a guerra termine em breve.

[e3] É necessário que a guerra termine em breve.

[e4] É obrigatório o término da guerra em breve.

Em [e1] e [e2], o produtor recorre a noções epistêmicas para registrar sua interpretação com relação à possibilidade de ocorrer o fato expresso no conteúdo proposicional. Já em [e3] e [e4], as expressões modalizadoras estabelecem, respectivamente, as noções deônticas de necessidade e obrigatoriedade, retratando um produtor que se apresenta como tendo conhecimentos que o autorizam a fazer tais declarações.

Para Castilho e Castilho (1992), os modalizadores deônticos indicam que o falante considera o conteúdo proposicional como um estado de coisas que deve, precisa ocorrer obrigatoriamente (Tem que P). Conforme os autores, a modalidade deôntica está mais presente na interação espontânea⁷, quando o falante deseja atuar fortemente sobre o interlocutor. Os autores citam como exemplo de modalização deôntica os advérbios obrigatoriamente e necessariamente, que podem ser parafraseados pelos pares é obrigatório e é necessário, conforme os recortes dados acima.

Para Parret (1988, p. 94), as entidades do eixo deôntico “não podem sequer ser caracterizadas como proposições: a obrigação e a permissão são atos”. Segundo o autor, é sempre possível substituir os predicados deônticos por seqüências verbais e, no final das contas, por fórmulas performativas⁸ como eu ordeno, eu permito e eu proíbo, por exemplo.

Essa relação é mais facilmente visualizada quando as noções envolvidas são a obrigação, a permissão e a proibição e, especialmente, em situações em que se observa a tentativa do produtor em agir sobre o interlocutor, conforme apontado acima. Quando a noção envolvida é a de necessidade, essa relação parece não se dar. No enunciado “É necessário que a guerra termine em breve”, é possível visualizar uma fórmula performativa indireta envolvendo um verbo dicendi⁹, como afirmar (eu afirmo), por exemplo, mas não a fórmula eu necessito.

Já com relação ao enunciado [e4], dado o conteúdo que é escopo da expressão modalizadora, é possível dizer que só em situações muito particulares a fórmula performativa eu obrigo poderia ser captada, já que, para que a ordem tenha validade, é preciso que tenha sido expressa por alguém com competência para isso (como o presidente de um país, por 7 Castilho e Castilho (1992) e Neves (1996) toma m textos orais como corpus de análise, o que pode resultar em

análises díspares quando os enunciados analisados são tomados da modalidade escrita.

⁸ Conforme Austin (1998, p. 111), o enunciado performativo serve para realizar uma ação, que é posta em cena

no momento em que ele é formulado, como ocorre em “Batizo este navio ‘Liberdade’” e “Peço desculpa”, por exemplo.

⁹ Os verbos dicendi ou verbos declarativos pertencem ao campo semântico de dizer, como afirmar, exclamar,

perguntar, responder etc., e antecedem, mediata ou imediatamente, uma declaração, pergunta etc. (cf.

FERREIRA, 1999, p. 2059).

exemplo). Caso contrário, o performativo será “nulo” e representa um ato de linguagem sem efeito (cf. AUSTIN, 1998, p. 112). Nesse sentido, o mais provável é que o exemplo [e4] retrate a constatação de uma necessidade, a partir do ponto de vista de quem espera que não haja mais violência, que acredita no bom senso dos dirigentes etc. De qualquer maneira, em geral, só a observação do “contexto acional” (cf. PARRET, 1988) é que permite definir com mais precisão a fórmula performativa que se encontra subjacente aos enunciados.

Com relação à modalização epistêmica, Neves (1996) entende que a avaliação neste eixo “se situa em algum ponto do continuum que, a partir de um limite preciso, onde está o (absolutamente) certo, se estende pelos limites e indefinidos graus do possível” (p. 178, grifos da autora). Para relativizar os diversos pontos desse espaço, o falante encontra na língua uma série de expressões, que poderão ser usadas conforme a intenção comunicativa em jogo. Os exemplos [e1] e [e2] (que envolvem os pares é certo e é possível/provável) podem ser tomados como ilustração de três pontos diferentes desse continuum: no extremo da certeza, apresenta-se uma asseveração (é certo) que não deixa espaço para dúvidas; conforme se percorre a escala do continuum da avaliação epistêmica, esse grau de certeza vai diminuindo (é provável e é possível), possibilitando ao produtor uma posição mais frouxa com relação ao seu engajamento com o conteúdo da mensagem.

Há várias formas de se marcar lingüisticamente esse deslize no continuum da avaliação epistêmica. Os exemplos abaixo 10 representam apenas algumas das possibilidades que a língua oferece para graduar a relativização do possível:

- É absolutamente possível
- É bem possível
- É possível
- É pouco possível

que a história se repita.

- É muito pouco possível
- É quase impossível

10 Adaptados dos exemplos citados em Neves (2006, p. 172).

Castilho e Castilho (1992, p. 206), para quem a modalização epistêmica expressa “uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição”, apontam três subconjuntos da modalização epistêmica que, de certa maneira, refletem diferentes pontos do continuum citados por Neves (1996): os asseverativos, os quase-asseverativos e os delimitadores.

Os asseverativos indicam que o falante considera verdadeiro o que se apresenta no conteúdo proposicional, o qual é afirmado ou negado de maneira a não dar margem a dúvidas (Eu sei [com certeza] que P). Trata-se de uma necessidade epistêmica, que enfatiza o conteúdo proposicional em relação ao qual o falante tem alta adesão e pode ser expressa por meio de palavras/expressões como realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, claro, certo, lógico, sem dúvida, mesmo, de jeito nenhum e de forma alguma.

Embora Castilho e Castilho (1992) se atenham à descrição da modalização veiculada por advérbios e tenham como corpus de análise enunciados produzidos na modalidade oral, a proposta apresentada pelos autores pode ser extensiva à análise de outros elementos modalizadores, como a apresentada neste trabalho. Por exemplo, o fragmento [e1], retomado abaixo, pode ser interpretado como um caso de modalização epistêmica asseverativa:

[e1] É certo que a guerra terminará em breve.

Os quase-asseverativos indicam que o falante considera o conteúdo expresso como quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação, e, por isso mesmo, ele se exime da responsabilidade sobre a verdade ou falsidade da proposição (Eu acho, Eu suponho, É provável que P). Como se trata de uma possibilidade epistêmica, revela baixa adesão do falante com respeito ao conteúdo verbalizado. São exemplos de modalizadores quase-asseverativos: talvez, assim, possivelmente, provavelmente,

eventualmente. O exemplo [e2], retomado a seguir, pode ilustrar um caso do PEA com perfil quase-asseverativo:

[e2] É possível/provável que a guerra termine em breve.

Os delimitadores “acercam” a proposição, estabelecendo os limites dentro dos quais se deve encarar o conteúdo proposicional (Digamos que do ponto de vista X, Y). Conforme os autores, eles têm uma força ilocucionária maior que os asseverativos e os quase-asseverativos, pois implicam uma negociação entre os interlocutores, necessária à manutenção do diálogo. São exemplos de delimitadores: quase, um tipo de, em geral, em princípio, do ponto de vista de + adj., basicamente e praticamente. Essa categoria parece não ter termo equivalente quando a modalização é veiculada pelo PEA. As expressões é básico e é prático, por exemplo

– que têm significação diferente dos advérbios formados a partir deles (basicamente e praticamente) – expressam uma avaliação, que é apresentada como “certa”, e não o limite dentro do qual se deve encarar o conteúdo modalizado. Vejam-se os exemplos abaixo como ilustração da não-correspondência entre as expressões modalizadoras é prático e praticamente:

[f] É prático esse programa computacional.

[g] “Coisas Nossas” passou praticamente em todas as grandes cidades brasileiras¹¹.

Conforme se observa, apenas o fragmento [g] representa um modalizador delimitador.

No entanto, apesar de não se constatar a ocorrência do par “é + adjetivo” com esse perfil¹², os advérbios dessa natureza (conforme classificação de Castilho e Castilho, 1992), podem aparecer intercalados ao PEA. O recorte abaixo, parte integrante do corpus, serve como ilustração:

¹¹ Fragmento retirado Castilho e Castilho (1992, p. 232).

¹² Pelo menos no conjunto do corpus desta pesquisa, não se observou casos do PEA com o perfil delimitador.

[h] Tratados como segredo comercial, é praticamente impossível obter informações relativas a faturamento, fonte e distribuição por veículo de investimentos publicitários, empréstimos, dívidas ou lucros dos grandes grupos de mídia. Contudo, apesar de Castilho e Castilho (1992) descreverem praticamente como um advérbio delimitador, neste caso ele não parece estabelecer os limites dentro dos quais se deve encarar o conteúdo proposicional, conforme se pode observar na paráfrase feita a partir da sugestão dos autores (Digamos que do ponto de vista X, Y):

[h1] Digamos que do ponto de vista prático, é impossível obter informações relativas a faturamento, fonte e distribuição por veículo de investimentos publicitários, empréstimos, dívidas ou lucros dos grandes grupos de mídia.

Embora essa seja uma paráfrase sintática e semanticamente possível, a observação do conteúdo do recorte [h] revela que a intenção do produtor do texto guia-se no sentido de minimizar seu comprometimento com a asseveração em cena. Nesse sentido, a adição do advérbio faz com que, no continuum da avaliação epistêmica, o enunciado deslize do ponto da certeza, que comporta uma asseveração (é impossível), para um ponto em que se considera o conteúdo expresso como quase certo, eximindo o seu produtor da responsabilidade sobre a verdade ou a falsidade da proposição. Nesse contexto, praticamente parece não assumir o perfil dos advérbios delimitadores, ficando mais próximo dos casos de advérbios quase asseverativos. Essa interpretação coaduna-se com a explicação dada por Neves (2006, p. 173) ao analisar este enunciado:

[i] Você só pensava em homem, Solange, e você não tinha, praticamente não tem, nunca teve (ou será que, agora, um pouco?) coragem, iniciativa. Para a autora, nesse caso, o advérbio enfocado retrata um ato epistêmico situado no campo da não-certeza, da imprecisão.

Além das contribuições teóricas resgatadas até o momento, Palmer (2001) também serve de auxílio para a análise empreendida nesta pesquisa, em especial no que tange aos enunciados epistêmicos. Para o autor, a modalidade epistêmica pode veicular três tipos de julgamento: (1) expressar incerteza; (2) indicar uma inferência a partir de uma evidência observável; (3) indicar inferência a partir do que é geralmente conhecido. Tipologicamente, essas formas de julgamento podem ser identificadas como Especulativa (speculative), Dedutiva (deductive) e Assumptiva (assumptive). Os enunciados abaixo, apresentados pelo autor, representam, respectivamente, esses três tipos de modalização epistêmica:

[j1] João pode estar em seu escritório 13.

[j2] João deve estar em seu escritório 14.

[j3] João estará em seu escritório 15.

Conforme Palmer (2001), a primeira das três sentenças indica que o falante não está certo se João está em seu escritório, o que o faz pôr em cena uma possibilidade epistêmica, apontando para uma conclusão possível. No segundo exemplo, o falante faz um julgamento firme, com bases em evidências (como o fato de as luzes do escritório estarem acesas e João não estar em casa, por exemplo), atualizando a noção de necessidade epistêmica, que resulta na expressão da única conclusão possível. No fragmento [j3], o julgamento é baseado em um conhecimento generalizado sobre João (por exemplo, o fato de que ele sempre começa a trabalhar às oito horas, de que é um trabalhador compulsivo etc.) e expressa uma conclusão razoável (no sentido de ter razoabilidade).

A diferença entre a modalidade dedutiva [j2] e a modalidade assumptiva [j3] se dá, segundo o autor, porque, no primeiro caso, a inferência resulta da observação, enquanto no

13 John may be in his office (PALMER, 2001, p. 25).

14 John must be in his office (PALMER, 2001, p. 25).

15 John'll be in his office (PALMER, 2001, p. 25).

segundo caso, ela resulta da experiência ou do conhecimento geral (general knowledge). Observe-se, por exemplo, um fragmento retirado do corpus da pesquisa:

[k] É óbvio que não era isso que a matéria queria dizer.

Em casos como esse, recorrente no conjunto do corpus, observa-se que o produtor do texto expressa certeza sobre o que é dito no conteúdo modalizado, a qual se ancora (ou, pelo menos, faz parecer que se ancora) na vox publica (cf. KOCH, 2002), na opinião geral de uma comunidade lingüística. Com essa estratégia, o produtor busca se apresentar num lugar de autoridade de um suposto saber e impor ao interlocutor uma certa “verdade” e, numa análise mais ampla, levá-lo a se alinhar à opinião defendida, já que apresenta seu texto com um certo grau de irrefutabilidade e se expõe como se compartilhasse do ponto de vista dos participantes da interação.

Pode-se tomar emprestada a noção de captação usada por autores da Análise do Discurso para explicar melhor essa estratégia. Conforme Charaudeau e Maingueneau (2004), a captação retrata uma estratégia que visa a seduzir ou persuadir o interlocutor, de tal modo que ele termina por entrar no universo do pensamento que é o ato de comunicação, partilhando da intencionalidade, dos valores e das emoções dos quais esse ato é portador. É como se, ao apresentar o enunciado, o produtor dissesse ao leitor de seu texto que, a partir desse momento, ele (o leitor) passa a estar comprometido, partilhando das idéias apresentadas.

Na perspectiva de Koch (2002, p. 138), casos como o retratado no fragmento [k] podem ser explicados da seguinte maneira: ao assumir total responsabilidade relativamente ao conteúdo asseverado, o produtor cria, também para o interlocutor, o “dever de crer”, decorrendo daí um discurso autoritário, não admitindo contestação: “se, por acaso, o alocutário puser em dúvida o conteúdo da asserção, o locutor, provavelmente, dirá algo como:

‘Pois se eu estou lhe dizendo...’. Rejeitar a asserção, nesse caso, será rejeitar a própria continuidade do discurso”.

O entendimento de que alguns elementos representantes da necessidade epistêmica apresentam, de certa forma, uma obrigação para o interlocutor, deixam flexíveis os limites entre as noções deonticas e epistêmicas. Parece haver aí uma relação epistêmico-deontica: o produtor apresenta uma certeza e, a partir dela, tenta compelir o seu leitor a aderir à mensagem expressa.

O termo interpelação também parece adequado para caracterizar essa abordagem mais direta do leitor. Essa noção é empregada por Rodrigues (2001), que descreve o movimento dialógico de interpelação como uma categoria que concretiza a relação dialógica do autor com a perspectiva do leitor no gênero artigo. Segundo a autora, por meio da interpelação, o produtor do texto impõe ao leitor um determinado ponto de vista, que é apresentado como uma verdade à qual o leitor deve se sentir compelido, persuadido a aderir. Conforme a autora, a opinião do articulista, um interlocutor de elite, constitui-se como uma certa norma para os leitores, uma vez que sua posição social de autoria se mostra como um argumento para a plausibilidade, credibilidade do enunciado que apresenta.

Rodrigues (2001) entende que, com a interpelação, busca-se um direcionamento da reação-resposta do leitor, movimento esse marcado preferencialmente por indicadores modais do tipo é preciso, o Natal precisa, deve ser, isso é fundamental, há necessidade etc. Observa-se que, para a autora, a noção de interpelação está mais voltada para a modalização deontica, como ocorre no exemplo abaixo, retirado do corpus de pesquisa:

[1] Dessa maneira é preciso lembrar que o Brasil, em consonância com sua recente e ainda curta experiência democrática, precisa de uma injeção de lógicas públicas nas dinâmicas midiáticas se quiser construir um espaço minimamente público.

No entanto, nos casos que envolvem a necessidade epistêmica – como é certo, é claro e é óbvio – também se observa essa tentativa de impor ao leitor um determinado ponto de vista, conforme exposto acima, o que assinala a presença do interlocutor e o desejo do produtor de agir sobre ele. Ao usar a expressão modalizadora é óbvio (fragmento [k]), o produtor chama a atenção do leitor para o conteúdo que modaliza, que apresenta como “certo”, “indubitável”, “irrefutável”, como se partisse um conhecimento geral (cf. PALMER, 2001). Com isso, o produtor quase que obriga o interlocutor a aderir à idéia apresentada.

Trata-se de uma interpelação que pode, em certa medida, ser analisada nos mesmos termos que a modalização deôntica. Para Koch (2002), quando o produtor do texto recorre à modalização do campo da necessidade, do imperativo, procura manifestar um saber (explícito ou implícito) e obriga o interlocutor a aderir ao seu discurso, aceitando-o como verdadeiro. “Tem-se, aqui, o grau máximo de engajamento do locutor e a intenção de impor ao alocutário os seus argumentos, apresentando-os como incontestáveis (eu sei, portanto, é verdade)” (KOCH, 2002, p. 87). Isso implica numa posição de autoridade de quem escreve com relação a quem lê. Conforme as análises desenvolvidas no quarto capítulo, essa relação parece ocorrer também quando se põe em jogo a modalização epistêmica, mais especificamente, quando a noção envolvida é a de necessidade epistêmica.

Sintetizando o que foi exposto até o momento, tem-se que a modalização lingüística pode se apresentar por meio de elementos lingüísticos externos ou integrados ao dictum; nos dois casos, a estratégia de modalização estabelece a forma como o produtor do texto se relaciona com o conteúdo da mensagem expressa e com o interlocutor, revelando suas intenções na “situação de troca” (cf. PARRET, 1988) estabelecida.

Esse relacionamento pode ser demarcado por expressões do eixo do saber (modalização epistêmica) ou do dever (modalização deôntica). No primeiro caso, o produtor escolhe uma forma de marcar o seu enunciado a partir de seus conhecimentos, crenças e

opiniões, escolhendo um ponto do continuum da avaliação epistêmica (cf. NEVES, 1996) para se pronunciar. Ao se posicionar no ponto mais alto dessa escala, o produtor avalia como verdadeiro o conteúdo do seu enunciado, apresentando-o como uma asseveração (A guerra terminará em breve, por exemplo). Ao enunciado assertivo, podem ser acrescentadas expressões lingüísticas que reforçam a noção de certeza (É certo guerra terminará em breve, por exemplo), retratando um caso de “absolutização” da certeza (cf. NEVES, 2006, p. 173), garantida pelo conhecimento que o produtor do texto tem de certa realidade. Tem-se, nos dois casos explicitados, a expressão de uma necessidade epistêmica, que compromete o produtor com relação ao que diz e interpela o leitor a aceitar a verdade expressa.

Quando o produtor pretende que esse comprometimento se dê de forma mais “frouxa”, recorre a outros pontos do continuum que apontam para a possibilidade epistêmica (como em É possível ou é provável que a guerra termine em breve, por exemplo), retratando a “relativização” da certeza, conforme aponta Neves (2006, p. 174). Para a autora, ao situar seu enunciado no campo graduável do possível, o produtor confessa suas dúvidas e incertezas e, com isso, ganha em credibilidade.

A modalização deôntica retrata uma necessidade (É preciso que a guerra termine, por exemplo), que também é expressa a partir dos conhecimentos que o produtor tem de certa realidade. Em alguns casos, essa necessidade está orientada ao(s) interlocutor(es), que é(são) interpelado(s) a agir de determinada forma (como em É necessário lembrar que no jornalismo a técnica, sozinha, não determina a qualidade e a acuidade da produção, por exemplo)¹⁶, revelando a posição de autoridade assumida pelo produtor com relação ao seu interlocutor.

16 Esse recorte faz parte do corpus desta pesquisa.

1.3 O PAR “É + ADJETIVO” (PEA) EM FUNÇÃO MODALIZADORA

O entendimento de que o par “é + adjetivo” no início do enunciado retrata uma

expressão modalizadora é ancorado nos estudos que servem de base para essa pesquisa. Koch (2002), por exemplo, aponta, dentre as formas possíveis de lexicalização da modalização lingüística, os predicados cristalizados, conforme se observa na lista abaixo, apresentada pela autora:

- a) performativos explícitos: eu ordeno, eu permito, etc.;
- b) auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar, etc.;
- c) predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável etc.;
- d) advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente, etc.;
- e) formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer, etc. + infinitivo;
- f) modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos de subjuntivo; uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada; uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade, etc.;
- g) verbos de atitudes proposicionais: eu crio, eu sei, eu duvido, eu acho, etc.
- h) entonação: (que permite, por ex.: distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral);
- o) operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo, etc. (KOCH, 2002, p.85, grifo nosso).

Neves (2006, p. 167) também faz menção a esse tipo de estrutura modalizadora, a qual descreve como adjetivo em posição predicativa, como nos enunciados abaixo, dados pela autora:

- [m] Quem sabe se nada disso vai ser necessário?
- [n] É impossível que o Brasil tome conhecimento de outra aberração.
- [o] É preciso que você fique perto de mim, sempre.

Castilho e Castilho (1992, p. 202) também citam como indicadores de modalização os adjetivos, tanto sós/desacompanhados (ex.: claro, óbvio) quanto em expressões como é possível, é claro, é desejável etc.

Na perspectiva de Parret (1988, p. 75), pode-se dizer que, por se tratar de uma construção impessoal, o PEA em função modalizadora retrata uma estratégia de camuflagem do destinador, que procura “fazer parecer o seu discurso não como sendo o discurso de um sujeito, mas como o enunciado das relações necessárias entre as coisas, apagando assim as marcas de enunciação”. Nesse sentido, enunciados como

[p1] A terra gira à volta do sol¹⁷.

[p2] É verdade que a terra gira à volta do sol.

escondem os suportes enunciativos Eu digo que, eu acho que etc. (cf. PARRET, 1988).

Neves (1996, p. 181) também identifica o adjetivo em posição predicativa como um expediente sintático propositalmente elaborado para sugerir distanciamento, uma vez que o falante, ainda que assuma um determinado posicionamento, transfere para fora do enunciado a responsabilidade pela emissão de seu comentário, conforme se observa nos fragmentos abaixo, apresentados pela autora:

[q] também é possível que haja”.

[r] esses limites ... é evidente que equivalem ao tamanho da... da :: ... glândula mamária propriamente dita”.

Com essa estratégia, segundo a autora, o falante adquire foros de isenção e tenta dar maior autoridade a suas declarações.

17 Os fragmentos [p] e [p 1] foram retirados de Parret (1988, p. 75).

Em geral, os autores consultados se atêm à análise de alguns casos de PEA, que são tradicionalmente descritos como modalizadores. Neste trabalho, no entanto, toma-se como tendo a função modalizadora qualquer PEA que esteja em posição inicial no enunciado em relação ao conteúdo que modaliza.

Essa análise toma parte dos direcionamentos constantes em trabalhos desenvolvidos por integrantes do grupo de pesquisa Elaboração de uma gramática para graduandos. Inicialmente, a expressão “é + adjetivo” é estudada por Sella (2000, 2004), que verifica serem as estruturas com predicado nominal referenciadoras de asseveração, evidenciando uma certa posição assumida pelo produtor, pois demarcam um ato de fala pontual que emerge no próprio momento da produção do enunciado.

Para Sella e Roman (2004), a afirmação apresentada no predicado nominal aciona contornos argumentativos que evidenciam ou confirmam o posicionamento do produtor. Em outras palavras, as autoras entendem que o predicado nominal reclama suportes argumentativos posteriores ou anteriores, aos quais chamam de ladeadores do ato de asseveração. Em enunciados como Trabalho de camelô é fuga da marginalidade, conclui pesquisa, Sella e Roman (2004) verificam que a asseveração (em destaque) recebe como suporte uma espécie de voz autorizada, inserida para denotar “credibilidade”, e que sustenta o enunciado de forma recursiva.

Assumindo a perspectiva apresentada por essas autoras, Busse (2004) amplia a análise observando também os casos em que o par “é + adjetivo”, aparece em posição inicial, como ocorre no fragmento abaixo:

[s] Diante de tais fatos, é imprescindível que haja denúncias, não só por parte da mídia ou candidatos oponentes, mas da população em geral, pois só assim, vamos eleger bons líderes para nossa nação¹⁸.

¹⁸ Fragmento de texto (retirado de Busse 2004, p. 38) produzido por candidato ao vestibular.

Nesse caso, a autora descreve a estrutura é imprescindível como predicado nominal deslocado, que vem seguido do expositivo (sujeito)

Nesse caso, a autora descreve a estrutura é imprescindível como predicado nominal deslocado, que vem seguido do expositivo (sujeito)¹⁹. Os termos Expositivo e Opinitivo foram utilizados por Sella (2000) para a descrição dos casos semânticos que ocorrem com o verbo “ser”. No exemplo acima, o expositivo compreende a porção que haja denúncias, não só por parte da mídia ou candidatos oponentes, mas da população em geral.

Em fragmentos como o exposto em [s], Busse (2004) verifica que o deslocamento do predicado nominal para o início do enunciado apresenta-se como um recurso à focalização da afirmação contida no núcleo do próprio predicado e do sujeito. Segundo a autora, ao apontar para a topicalização da informação, o produtor do texto deixa entrever de imediato uma determinada posição assumida.

As contribuições de Sella (2004), Sella e Roman (2004) e Busse (2004) serviram de base para a pesquisa feita por Vicenti (2007), que se atém à análise da estrutura “é + adjetivo” apenas quando em posição inicial (predicado nominal deslocado, conforme Busse, 2004). Aliando à noção de modalização – já visualizada em Busse (2004) – o princípio sugerido por Halliday (1985)²⁰ de que a posição sintática indica um tipo específico de organização semântica, Vicenti (2007) passa a denominar a estrutura de predicado nominal em posição temática.

Para Halliday (1985), o elemento em posição inicial sinaliza o tema daquilo que se vai comunicar e é o responsável por direcionar o conteúdo da mensagem, seja ele o sujeito ou não. Com base nessa noção, Vicenti (2007) verifica que a estrutura “é + adjetivo” em posição inicial possui não só estatuto temático, mas também um teor modalizador, uma vez que, além de orientar o desenvolvimento do conteúdo proposicional, retrata o posicionamento do

¹⁹ Conforme verifica Sella (2000), é comum o Expositivo apresentar-se sintaticamente como sujeito na condição

de referente, uma vez que retrata o conteúdo sobre o qual o predicado nominal exerce condições de determinação.

²⁰ Halliday (1985) entende que a oração constitui-se como mensagem (evento comunicativo) a partir da

organização de seus constituintes em um sistema binário que comporta o tema e o rema. Estes, por sua vez, são

indicados pela posição ocupada na oração. O tema sinaliza o ponto de partida da mensagem, por isso ocupa a

posição inicial, sendo seguido pelo rema, a parte da oração em que o tema é desenvolvido.

produtor com relação ao conteúdo inscrito no sujeito. Assim, numa análise nos termos de Halliday (1985), Vicenti (2007) entende que, em fragmentos como o apresentado abaixo, o produtor do texto tende a expor seu ponto de vista ou julgamento ao colocá-lo em posição inicial no momento em que produz a mensagem:

[t] É interessante observar a disparidade de opiniões que este assunto gera nas
21

pessoas.

Nessa perspectiva, Vicenti (2007) entende que, ao iniciar o enunciado a partir de seu próprio ponto de vista, o falante orienta o conteúdo da mensagem para que o interlocutor, antecipadamente, tome conhecimento de sua opinião pessoal, o que demonstra a pretensão de que um certo grau de engajamento com relação ao conteúdo da mensagem seja reconhecido.

Esse entendimento é parcialmente incorporado na pesquisa aqui apresentada. A exemplo de Vicenti (2007), entende-se que a estrutura “é + adjetivo” carrega a função modalizadora quando em posição inicial com relação ao conteúdo que modaliza. No entanto, as análises feitas acerca dessa estrutura levaram ao abandono do termo predicado nominal, uma vez que a estrutura “é + adjetivo” em posição inicial – como a expressão é interessante, do exemplo acima [t] – apresenta um estatuto modalizador, distanciando-se da noção sintática sujeito + predicado.

No sentido de se focar apenas o estatuto modalizador da estrutura em estudo, tomou-se como norteador o estudo proposto por Castilho e Castilho (1992, p. 214). Como os advérbios modalizadores analisados pelos autores, o PEA em função modalizadora parece transitar pelos três níveis de significação apontados por Dascal (1986). Observem-se os fragmentos abaixo, que fazem parte do corpus de análise desta pesquisa:

21 Fragmento analisado por Vicenti (2007), produzido por candidato ao vestibular.

[u] Na primeira parte, é nobre o desígnio do artigo apresentado pelo autor: pedir que os debates ocorram de forma educada, ponderada, sem injúrias pessoais.

[v] É bem provável que matérias de conteúdo semelhante tenham sido produzidas aos montes.

[w] É preciso vencer o medo de desvelar a caixa-preta do jornalismo político, sob pena de não construirmos, efetivamente, uma sociedade democrática.

Adaptando para a observação da expressão modalizadora em foco nesta pesquisa a análise proposta pelos autores, pode-se dizer que o produtor dos recortes acima, que são representativos do conjunto do corpus, aciona “a maquinaria semântica” segundo três ordens:

(1) na camada proposicional l, o PEA participa da construção de um conteúdo proposicional, trazendo para o primeiro plano – ao se topicalizar a informação veiculada pela estrutura modalizadora – uma avaliação de uma certa realidade, posta como uma “verdade” (fragmento [u]); (2) na camada modal, ele expressa a avaliação (= possibilidade) do falante sobre o conteúdo da proposição (fragmento [v]); (3) na camada pragmática, finalmente, ele correlaciona o falante e o interlocutor engajados numa conversação com o conteúdo das proposições que estão sendo criadas (fragmento [w]).

Embora em recortes como os apresentados acima o PEA deixe mais evidente a atuação sobre uma das camadas da significação da enunciação (cf. DASCAL, 1986), estas estão imbricadas. Em [u], por exemplo, apesar de atuar no nível proposicional, o PEA funciona como um modalizador, já que, ao topicalizar a avaliação veiculada por essa estrutura, o produtor “manifesta em seu enunciado a intenção de que seu engajamento seja reconhecido pelo interlocutor” (PARRET, 1988, p. 89). Considerando, ainda, que o fragmento em questão foi retirado de um artigo de opinião, pode-se dizer que esse enunciado visa a influenciar o interlocutor a aceitar e a aderir à tese apresentada, revelando a atuação da modalização também no nível pragmático. Essa interação entre as camadas pode ser visualizada, em maior

ou menor grau, em todos os fragmentos do corpus, o que revela a complexidade das significações que o PEA desencadeia na sentença.

Com relação à dicotomia modalização integrada x modalização extraída do dictum, retomam-se aqui os exemplos citados no início deste capítulo, retirados de Neves (2006):

[c] A vida provavelmente tem músculos e sossego. (integrado)

[d] É provável que a vida tenha músculos e sossego. (extraído)

Conforme Neves (2006, p. 171), em geral, as formas em destaque (advérbio e PEA) formam pares sinônimos. No entanto, a autora alerta para o fato de que, quando estão em jogo adjetivos e advérbios freqüentemente ditos “avaliativos”, há uma diferença semântica considerável, que se explicita com os seguintes enunciados:

[x1] É maravilhoso que o mundo tenha cessado de ver a África do Sul pelos olhos do racismo.

[x2] O mundo cessou de ver a África do Sul pelos olhos do racismo maravilhosamente.

A diferença observada pela autora diz respeito ao fato de que, no enunciado [x1], há um “cessar de ver” pressuposto, enquanto no enunciado [x2] o “cessar de ver” constitui uma asserção do enunciado, sendo interpretado como um posto. Essa análise comparativa pode ser empregada em alguns enunciados do corpus, conforme se observa no fragmento [y] e sua paráfrase [y1]:

[y] É lamentável que uma destas revistas esteja envolvida no esquema do “dossiê”, exacerbando assim a mediocridade que vem assolando o meio;

[y1] Lamentavelmente, uma destas revistas está envolvida no esquema do “dossiê”, exacerbando assim a mediocridade que vem assolando o meio.

Neste caso, o “envolvimento das revistas no esquema do dossiê” é que aparece como “pressuposto”, no recorte [y], e como “posto” em [y1]. No entanto, se por um lado, em enunciados como [y], o produtor se distancia do que é expresso no conteúdo modalizado ao apresentá-lo como se já fosse de conhecimento da comunidade lingüística, por outro lado, quando em comparação com o advérbio [y1], o PEA [y] parece acentuar a presença do produtor no enunciado e sua intenção de assumir a avaliação expressa por meio dessa estrutura e mesmo de estabelecer uma interlocução mais ativa com o leitor no sentido de convencê-lo sobre a validade da opinião expressa.

Em casos como [y], pode-se dizer, em conformidade com Sella (2004), que a opinião é demarcada pelo caráter de asseveração da expressão, que evidencia/confirma um posicionamento. Além disso, de acordo com Busse (2004), ao apontar para a topicalização da informação, o produtor do texto deixa entrever de imediato uma determinada posição assumida.

Essa é uma das estratégias envolvendo o PEA, dentre outras possibilidades de atuação dessa expressão modalizadora. Numa análise geral do corpus, pode-se dizer que a modalização estabelecida pela expressão em foco realiza-se lingüisticamente por meio de:

(i) asseverações, geralmente envolvendo adjetivos ditos “avaliativos” (cf. NEVES, 2006), que retratam uma opinião ou uma constatação do produtor sobre uma determinada realidade, enredando-o numa situação de comprometimento com relação ao que afirma como sendo uma “verdade”. Exemplos²²:

É triste constatar que a democracia não está resolvendo os problemas que prometeu resolver.

Como o mundo gira, é natural que o primeiro volte a ocupar esse lugar mais cedo ou mais tarde.

²² Os exemplos, considerados representativos, são retirados do corpus de análise.

(ii) expressões asseverativas envolvendo adjetivos prototípicos da necessidade epistêmica, que reiteram a certeza do produtor com relação ao que expõe no enunciado de forma a interpelar o leitor a aceitar o conteúdo da mensagem:

É óbvio que não era isso que a matéria queria dizer.

É certo que as situações mencionadas acima não são idênticas e não se deve esquecer suas diferenças intrínsecas.

(iii) expressões quase-asseverativas, situadas no campo da não-certeza, que realizam asserções fracas (cf. KOCH, 2002), atenuando a responsabilidade do produtor com relação ao conteúdo do enunciado:

Com um mínimo de boa vontade, no entanto, é possível compreender que pessoas civilizadas não utilizam a mídia para atacar a liberdade de imprensa, mas evocam a liberdade de imprensa para criticar a mídia, num ato cidadão de fiscalização dos poderes.

É bem provável que matérias de conteúdo semelhante tenham sido produzidas aos montes.

(iv) expressões deônticas que expressam uma necessidade; em geral, solicitam ao(s) interlocutor(es) a tomada de certas atitudes:

Pode parecer banal, mas é sempre necessário lembrar que a tolerância tem seu limite na agressividade intolerante do outro.

É preciso vencer o medo de desvelar a caixa-preta do jornalismo político, sob pena de não construirmos, efetivamente, uma sociedade democrática.

Essa classificação das formas de atualização da modalização por meio do PEA é

proposta a partir das observações feitas pelos autores consultados a respeito das categorias

epistêmica e deôntica e orienta a análise empreendida, disposta no quarto capítulo, a respeito

dos movimentos modalizadores estabelecido pela estrutura em questão nos recortes selecionados.

CAPÍTULO II

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO “ARTIGO DE OPINIÃO”

A questão do gênero está em franca discussão e, por ser uma categoria tão difundida, é natural que leve à abordagem do fenômeno de forma bastante diversificada²³, conforme aponta Matencio (2006). No entanto, a autora observa que, apesar das diferentes perspectivas de análise dos gêneros, as diferentes propostas de tratamento do fenômeno têm um ponto em comum: consideram “a interface entre o social e o cognitivo nas interações sociais, assim como as relações entre a atividade social e a ação do sujeito, ou, noutros termos, as relações entre processos sociais e processamento de sentidos, as relações entre memória discursiva e individual” (MATENCIO, 2006, p. 145).

Não se pretende, neste trabalho, aprofundar a discussão acerca do gênero e das diferentes formas de abordagem desse tema²⁴, mas apenas caracterizar, ainda que rapidamente, os gêneros da esfera jornalística, em especial o artigo de opinião. O espaço dedicado à questão do gênero na pesquisa aqui relatada justifica-se no entendimento de que as escolhas lingüísticas se dão em razão do gênero textual que as carregam. De forma mais específica, considera-se a hipótese, já retratada na introdução deste trabalho, de que a modalização veiculada pelo PEA é peculiar a alguns gêneros textuais, em especial àqueles em que prevalece a tipologia argumentativa²⁵.

²³ De acordo com Matencio (2006), os gêneros ora são vistos como estruturas textuais, ora como modelos cognitivos de produção e recepção de textos, ora como formas regulares de estruturação das práticas discursivas.

²⁴ Conforme Ramires (2005), as diferentes abordagens do tema constituem o que se pode chamar de “escolas”: a norte-americana (Carolyn Miller, John Swales, Charles Bazerman), a australiana (ou a de Sydney), a de Genebra (Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e Jean-Paul Bronckart), a de Bakhtin, entre outras.

²⁵ Enquanto alguns autores, como Andrade (2001), entendem que tipo (ou tipologia) textual e gênero textual são noções com sentido aproximado, outros estudiosos, como Marcuschi (2005a), preferem distinguir os dois termos.

O autor propõe a seguinte classificação, a qual é adotada neste trabalho: a expressão tipo textual designa uma espécie de seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas), limitando-se a poucas categorias conhecidas como narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Já a expressão gêneros textuais se refere aos textos

2.1 UMA BREVE NOÇÃO DE GÊNERO

Até hoje, não há uma delimitação precisa sobre o que caracteriza os diversos textos e a noção de gênero está longe de ser unânime entre os estudiosos da questão. No entanto, conforme aponta Bonini (2002), a idéia de que o texto tem uma forma identificável é bastante antiga, tendo em Aristóteles um marco na caracterização do discurso. Contudo, o que chegou aos dias atuais como herança do período clássico foi um conjunto de fórmulas de composição dos textos, que eram descritas “em abstrato, quase que à margem do ato comunicativo e do contexto social de ocorrência” (BONINI, 2002, p. 14).

Apenas no século XX ocorre uma considerável inovação com relação aos clássicos, quando Bakhtin²⁶ apresenta uma nova noção de gênero do discurso, levando em consideração aspectos da interação e as condições sócio-históricas de produção da linguagem (cf. BONINI, 2002).

Observando que a linguagem permeia todos os campos da atividade humana e assume caráter e formas diversas, Bakhtin (2003) postula que os integrantes dos diferentes campos de atividade humana empregam a língua por meio de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, os quais são descritos pelo autor como a real unidade da comunicação discursiva. Esses enunciados, por sua vez, “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem [...], mas, acima de tudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2003, p. 261).

Esses três elementos – conteúdo temático, estilo e construção composicional –, para Bakhtin (2003), estão ligados no todo do enunciado de forma indissolúvel e são motivados

materializados que são encontrados na vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas

definidas por conteúdo, propriedades funcionais, estilo e composição características.

²⁶Toma -se Bakhtin (2003) como referência por ser a fonte primária de diversos autores que propuseram o estudo dos gêneros textuais.

pela especificidade de um determinado campo da comunicação, como o interesse, a intencionalidade e a finalidade envolvidos em cada atividade discursiva.

Partindo dessa perspectiva, o autor apresenta a idéia – central em sua teoria – de que, embora cada enunciado seja único, individual, cada instância social elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados pelo teórico de gêneros do discurso. Em suma, pode-se dizer que a teoria bakhtiniana estabelece que cada gênero corresponde a uma determinada função (científica, técnica, publicitária, oficial, cotidiana etc.) e a determinadas condições de comunicação discursiva específicas que, por sua vez, determinam os tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis.

A idéia bakhtiniana de que as escolhas lingüísticas se dão em razão do gênero escolhido para a atualização de determinadas intenções, em determinados contextos comunicativos, é importante para a sustentação da pesquisa aqui proposta, uma vez que, conforme já dito, parte-se da hipótese de que a expressão modalizadora veiculada pelo PEA é característica de alguns gêneros discursivos. Estes, a exemplo de diversos autores contemporâneos (como Marcuschi, 2005a/2005b, e Bonini, 2002/2005), são referenciados neste trabalho como gêneros textuais pela especificidade de um determinado campo da comunicação, como o interesse, a

intencionalidade e a finalidade envolvidos em cada atividade discursiva.

Partindo dessa perspectiva, o autor apresenta a idéia – central em sua teoria – de que, embora cada enunciado seja único, individual, cada instância social elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados pelo teórico de gêneros do discurso. Em suma, pode-se dizer que a teoria bakhtiniana estabelece que cada gênero corresponde a uma determinada função (científica, técnica, publicitária, oficial, cotidiana etc.) e a determinadas condições de comunicação discursiva específicas que, por sua vez, determinam os tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis.

A idéia bakhtiniana de que as escolhas lingüísticas se dão em razão do gênero escolhido para a atualização de determinadas intenções, em determinados contextos comunicativos, é importante para a sustentação da pesquisa aqui proposta, uma vez que, conforme já dito, parte-se da hipótese de que a expressão modalizadora veiculada pelo PEA é característica de alguns gêneros discursivos. Estes, a exemplo de diversos autores contemporâneos (como Marcuschi, 2005a/2005b, e Bonini, 2002/2005), são referenciados neste trabalho como gêneros textuais²⁷.

Para Marcuschi (2005a, p. 18), os gêneros não devem ser entendidos como estruturas rígidas, mas como “formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem” e, portanto, entidades dinâmicas. Isso não significa dizer que eles

²⁷ Cabe observar que, embora sejam tomados por vários estudiosos no campo da lingüística como noções similares, os termos Gêneros Textuais e Gêneros Discursivos são discriminados por alguns autores, como Rojo (2004). Para a autora, essas duas instâncias apresentam diferenças significativas entre si: se a ordem metodológica adotada para o estudo da língua parte dos Gêneros Discursivos, são analisados, inicialmente, os aspectos sócio-históricos da situação enunciativa na qual o gênero está inserido, privilegiando a vontade enunciativa do locutor e sua apreciação valorativa sobre os interlocutores e temas discursivos, e a partir dessa análise, chega-se ao gênero em questão e faz-se o exame das formas lingüísticas relevantes para se

configurar a
significação; quando se parte do conceito de Gêneros Textuais, observa-se que a análise está mais
direcionada a
uma descrição lingüística das regularidades desse gênero, utilizando noções da lingüística textual.
Só depois da
busca de regularidades que o estruturam como gênero é que se busca colocá-lo em relação com
aspectos da
situação social ou de enunciação.

sejam desprovidos de uma identidade. Para o autor, eles não só têm uma identidade como funcionam como entidades poderosas que, na produção textual, condicionam o usuário da língua a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja do ponto de vista do léxico, do grau de formalidade ou da natureza dos temas.

Numa perspectiva aproximada, Matencio (2006), considera os gêneros como

[...] artefatos sociocognitivamente construídos, com base nos quais o sujeito se orienta ao projetar o jogo de imagens entre os interlocutores (papéis sociais e comunicativos, motivações e intenções), assim como o espaço e o tempo da interação, e textualizar, o que permite conceber a textualização como produção e recepção, como atividade co-construída por ações coordenadas dos sujeitos interactantes. (MATENCIO, 2006, p. 41).

Ainda outra noção bakhtiniana relevante para o estudo aqui proposto diz respeito ao papel ativo dos “parceiros do discurso”. Para Bakhtin (2003), são falhas as teorias lingüísticas que consideram que o falante²⁸ desempenha papel ativo no discurso enquanto o ouvinte se limita à passividade de receber e compreender o discurso que lhe é apresentado. Para o teórico, o ouvinte deve ser entendido como um ocupante de uma ativa posição responsiva²⁹, uma vez que toda compreensão do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (concorda-se ou discorda-se dele, é completado, aplicado, usado etc.).

Assim, o autor estabelece que o direcionamento a alguém constitui um traço essencial do enunciado, uma vez que ele é sempre construído com vistas à atitude responsiva do ouvinte. A resposta prevista, por sua vez, é determinada pelo gênero do discurso por meio do qual o falante atualiza sua fala, já que “os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes” (BAKHTIN, 2003, p. 272).

²⁸ Os termos falante e ouvinte não se limitam, aqui, aos usuários da língua na sua modalidade oral, mas se

estendem aos usuários da língua na modalidade escrita também.

²⁹ A ação responsiva é, inclusive, uma marca característica do enunciado para Bakhtin (2003): “todo enunciado

[...] tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados dos outros;

depois de seu término, os enunciados responsivos de outros” (BAKHTIN, 2003, p. 275).

2.2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS GÊNEROS DA ESFERA JORNALÍSTICA

Inicialmente, faz-se necessário explicitar o que se entende por esfera jornalística.

Adota-se, neste trabalho, o termo conforme usado por Rodrigues (2001). Essa autora entende que um dos elementos relevantes para a análise do funcionamento do gênero artigo se refere às especificidades da sua esfera social e explica que o objeto da esfera jornalística se constitui no horizonte de acontecimentos, fatos, conhecimentos e opiniões da atualidade, de interesse público. Nesse contexto, diz a autora, sua função socioideológica se caracteriza por fazer circular (interpretar, “traduzir”) periódica e amplamente as informações, conhecimentos e pontos de vista da atualidade e de interesse público, “atualizando” o nível da informação da sociedade (ou de grupos sociais particulares).

Essa noção se revela equivalente à de domínio discursivo, descrito por Marcuschi (2005a) como uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana que propicia o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, o autor cita como exemplo os discursos jornalístico, jurídico e religioso. Segundo o autor, as atividades realizadas nessas esferas não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles, alguns específicos de determinada esfera, constituindo-se em práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas. Como exemplo, citam-se a reportagem, a entrevista e o artigo de opinião como gêneros próprios do discurso jornalístico.

Tratar dos gêneros da esfera jornalística não é tarefa fácil, uma vez que são relativamente escassos os estudos dessa natureza. Conforme Bonini (2003), no campo da ciência da comunicação, há uma defasagem quanto à discussão na noção de gênero:

Enquanto os autores em outros campos têm tratado o gênero textual como um fenômeno de linguagem socialmente constituído (ligado a atos

enunciativos ou a ações de linguagem efetivos ou efetiváveis) e tentado construir modelos explicativos da ação dos sujeitos na linguagem, no campo da comunicação, os estudos ainda se inscrevem em uma perspectiva tipologizante.

Segundo o autor, é difícil depreender, nessa literatura, o que é um gênero jornalístico, bem como quais são os gêneros que compõem o jornal. Além disso, Bonini (2003) aponta a dificuldade de delimitar os gêneros do jornal, haja vista o alto índice de imbricações intergêneros (variando de acordo com o caderno que se toma como objeto de análise), além de muitos termos serem vagos como ocorrência textual de um gênero (como a análise, o comentário, o perfil etc.). Há, ainda, que se considerar que os gêneros podem se modificar de acordo com o suporte. O artigo de opinião, por exemplo, configura-se de uma determinada forma quando faz parte do hipergênero jornal impresso, e pode tomar características particulares quando é veiculado em um jornal de temática mais específica, como é o caso do Observatório da Imprensa, que, além dessa peculiaridade, é divulgado em um meio digital.

Essas particularidades são abordadas na subseção 2.2.2.2. Para o momento, fixa-se como objetivo uma apresentação, ainda que breve, dos gêneros da esfera jornalística. Toma-se como referência principal a obra de José Marques de Melo (2003)³⁰, que, apesar de não definir explicitamente a noção de gênero que adota, apresenta uma produção teórica bastante abrangente com relação à questão dos gêneros da esfera em questão.

Para Melo (2003), a definição de gêneros textuais no interior da esfera jornalística deve se pautar nas propriedades discursivas, as quais, segundo o autor, constituem um ponto de partida seguro para descrever as peculiaridades da mensagem (forma/conteúdo/temática) e permitir avanços na análise das relações socioculturais (emissor/receptor) e político-econômicas (instituição jornalística/Estado/corporações mercantis/movimentos sociais) que permeiam a totalidade do jornalismo.

³⁰ O autor diz tomar por base para a classificação dos gêneros as categorias estabelecidas por Beltrão (1969, A imprensa informativa; 1976, Jornalismo interpretativo; 1980, Jornalismo opinativo), sobre as quais propõe algumas modificações.

O autor segue a seguinte estratégia metodológica para chegar a uma classificação dos gêneros: 1) agrupa os gêneros em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos por meio de que se configuram; 2) identifica os gêneros a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos.

Com relação ao primeiro critério, o autor identifica duas vertentes: a reprodução do real e a leitura do real. No primeiro caso, observa-se a realidade e descreve-se aquilo que é apreensível à instituição jornalística e, no segundo, analisa-se e avalia-se a realidade dentro dos padrões que dão fisionomia à instituição jornalística. Essa dicotomia leva o autor a entender que o jornalismo articula-se em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa). Daí o relato jornalístico haver assumido duas modalidades: a descrição e a versão dos fatos. O autor usa as expressões correntes jornalismo informativo e jornalismo opinativo³¹ para classificar essas duas categorias.

Com relação ao segundo critério usado para a classificação dos gêneros, Melo (2003) explica que as diferenças entre os gêneros que se incluem em cada uma dessas categorias (informativa e opinativa) não se referem especificamente à estrutura do texto ou das imagens e sons que representam e reproduzem a realidade, mas são visualizadas a partir da articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura).

31 A pertinência dessas duas categorias (jornalismo informativo e jornalismo opinativo) é bastante discutida por profissionais ligados à área da Comunicação. Para o português Chaparro (2007), a dicotomia Opinião x Informação, herdada do inglês Samuel Buckley e que há três séculos tem condicionado e balizado as discussões sobre gêneros jornalísticos, ilude os leitores no sentido de levá-los a acreditar que poderia haver uma forma de informação purificada, objetiva, livre de pontos de vista. Para o autor, essa dicotomização é inconsistente e retrata uma “fraude teórica”, uma vez que o jornalismo não se divide, mas se constrói com informações e opiniões. Melo (2003), embora adote as denominações opinativo X informativo, faz a seguinte ressalva: ao estabelecer uma fronteira metodológica entre as categoriais jornalismo informativo e jornalismo opinativo, não se pretende fazer crer que a expressão opinativa (tomada no sentido da direção ideológica) está reduzida à segunda categoria. Considerando essa observação feita pelo autor, bem como o fato de o tema estar em franca discussão e, ainda, a inexistência de uma obra com a amplitude da proposta de Melo (2003), que considere os gêneros da esfera jornalística a partir de outros critérios, esse autor se apresenta, no momento, como a referência mais consistente com relação aos gêneros do jornalismo brasileiro.

Assim, o autor observa que os gêneros que correspondem ao universo da informação estruturam-se a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: “sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações)” (MELO, 2003, p. 65). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pelas instituições jornalísticas, que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião). A angulação temporal permite estabelecer, por exemplo, se o gênero se caracteriza pela frequência, ou seja, se exige continuidade, ou se aparece aleatoriamente, bem como se os acontecimentos retratados são ou não recentes. Já a angulação na perspectiva espacial permite observar se o texto reproduz o ângulo da instituição jornalística, do receptor, de certos grupos sociais ou de especialistas, por exemplo.

A partir dos critérios citados acima, Melo (2003) propõe a seguinte classificação:

- a) Jornalismo Informativo: nota, notícia, reportagem, entrevista.
- b) Jornalismo Opinativo: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta.

No que tange aos gêneros que integram a segunda categoria (jornalismo opinativo), Melo (2003) observa que eles emergem de quatro núcleos: a) a empresa, b) o jornalista, c) o colaborador, d) o leitor. A opinião da empresa aparece oficialmente no editorial. A opinião do jornalista (profissional regularmente assalariado, pertencente aos quadros da empresa) se apresenta sob a forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e, eventualmente, artigo. A opinião do colaborador (geralmente personalidades representativas da sociedade civil que buscam os espaços jornalísticos para participar da vida política e cultural) se

expressa sob a forma de artigos. A opinião do leitor encontra expressão permanente por meio da carta.

É importante observar que a classificação e análise que o autor faz dos gêneros pertencentes à esfera jornalística recai sobre os suportes tradicionais, como o jornal impresso. Algumas das considerações feitas pelo autor podem não ser observadas no meio digital, por exemplo, e em algumas instituições jornalísticas. No caso do Observatório da Imprensa, que se apresenta como um espaço aberto a todos os cidadãos, é possível visualizar uma subversão dos quatro núcleos (empresa, jornalista, colaborador, leitor). Isso porque, nesse espaço, o leitor não está limitado ao gênero carta. Ele tem um espaço para fazer comentários, mas também pode contribuir com artigos ou outros gêneros textuais, como se expõe na seção

2.2.2.

2.2.1 O gênero artigo de opinião

O artigo é descrito por Melo (2003) como uma matéria jornalística em que alguém (jornalista ou não) desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião. Como todos os gêneros textuais, o artigo tem algumas características maleáveis e outras fixas. Uma de suas características fixas se refere ao produtor do texto: pressupõe autoria definida e explicitada. Para o autor, a assinatura é um índice que orienta a leitura do interlocutor, sendo um parâmetro para a sua valoração em relação ao texto.

Também Bonini (2003) entende que a identidade de gêneros próximos – como o editorial, a opinião do leitor e o artigo assinado – é cunhada mais por essa posição de onde se fala (editorialista, leitor especialista e articulista), pelo que está envolvido nessa posição, do

que pela estruturação lingüística desses gêneros, que é praticamente a mesma. Segundo o autor, também o propósito, se não se ativer a uma especificação mediante o papel social do enunciador, será praticamente o mesmo: convencer pela argumentação.

Há, ainda, outros dois elementos específicos ao artigo jornalístico: a atualidade³², que se remete ao momento histórico vivido, e a opinião³³. Esta, por sua vez, vincula-se à assinatura do autor e não pode estar oculta, eventualmente dissimulada na argumentação, mas deve se apresentar claramente, explicitamente.

Nessa mesma perspectiva, Rodrigues (2001) entende que o artigo se situa entre os gêneros que historicamente têm seu horizonte temático e axiológico³⁴ orientado para a manifestação da expressão valorativa a respeito de acontecimentos sociais que são notícia jornalística. Segundo a autora, o artigo é definido pela instância jornalística e pela esfera acadêmica como o gênero cuja finalidade discursiva da interação social é a manifestação de um ponto de vista, um comentário a respeito dos acontecimentos sociais do universo temático jornalístico, que apresenta aos leitores uma determinada orientação apreciativa, cuja autoria representa uma pessoa externa à empresa jornalística.

Para a autora, como a finalidade discursiva do artigo não se orienta especificamente para a apresentação dos acontecimentos sociais em si (como ocorre na notícia, por exemplo), mas para a sua apreciação, esses próprios acontecimentos acabam se constituindo como um fundo discursivo dialogizador, considerado de domínio do leitor, a partir do qual o articulista constrói o seu ponto de vista.

32 A atualidade pode ser tomada como uma característica dominante em toda a esfera jornalística.

33 Chaparro (2007) lembra que não é adequado usar o conceito artigo como equivalente a opinião.

Esta se refere

ao ajuizamento, atribuição de valor a alguma coisa, ponto de vista, pressuposto, modo de ver, de pensar, de

deliberar. Já o artigo se refere, no plano da linguagem, a um tipo de texto organizado em esquemas argumentativos, adequados para a estruturação de comentário. Assim, para o autor, esses dois conceitos têm

dimensões diferentes: enquanto o artigo se refere à forma, a opinião se refere ao conteúdo.

34 Para a autora, o horizonte temático corresponde ao objeto, ao conteúdo temático do enunciado (aquilo de que

se fala) e o horizonte axiológico é a atitude valorativa dos participantes do acontecimento a respeito do que

ocorre (em relação ao objeto do enunciado, em relação aos outros enunciados, em relação aos interlocutores).

Em outras palavras, Rodrigues (2001) entende que o artigo caracteriza-se como uma reação-resposta valorativa do seu autor face aos acontecimentos sociais da atualidade, de interesse da esfera jornalística. E acrescenta:

A produção da orientação apreciativa constrói-se através da relação dialógica particular das três instâncias enunciativas: a posição da autoria, que funciona como um argumento de autoridade, e seus desdobramentos enunciativos; a relação com os enunciados já-ditos, que o autor aproxima ou distancia do seu discurso [...], com vistas à produção da orientação argumentativa; a relação com a reação-resposta ativa do leitor, objetivando refutar objeções, engajá-lo ao seu discurso e interpelá-lo à adoção de uma determinada atitude valorativa. (RODRIGUES, 2001, p. vi).

Se, por um lado, o texto é construído considerando-se o seu leitor, por outro lado, com embasamento em Bakhtin, a autora assinala que a escolha de um gênero de discurso também define, em grande medida, a sua recepção pelo interlocutor:

Para o interlocutor, o gênero funciona como um horizonte de expectativas, indicando, por exemplo, a extensão aproximada da totalidade discursiva, sua determinada composição, bem como aspectos da expressividade do enunciado. Ao se relacionar com o discurso alheio, o ouvinte (ou leitor), desde o início, infere o gênero no qual o enunciado se encontra moldado e, dessa forma, as propriedades genéricas em questão já se constituem em índices indispensáveis à compreensão (interpretação) do enunciado. (RODRIGUES, 2001, p. 40)

A autora adota, ainda, a idéia de que os gêneros têm uma concepção de autor e destinatário que, junto com outros aspectos, lhe é constitutiva: “o gênero se encontra orientado para um objeto discursivo, inclui os participantes da interação e suas valorações face ao objeto do discurso” (RODRIGUES, 2001, p. 133). Nesse sentido, o que diz e como diz o produtor do texto recebe influência dessa projeção que se faz do interlocutor, já que todo enunciado está orientado para a reação-resposta ativa do seu interlocutor.

Conforme Rodrigues (2001), de um modo geral, no artigo de opinião, a finalidade dessa interação se orienta para a persuasão do leitor, para a busca da sua adesão ao ponto de

vista, à opinião expressa no texto. A autora entende que, enquanto na relação dialógica com os enunciados já-ditos tem-se a presença dos movimentos dialógicos de assimilação ou de distanciamento, na orientação para o leitor e sua reação-ativa (os elos posteriores da comunicação discursiva), tem-se, de um modo geral, uma finalidade de persuasão.

A concepção de destinatário, nesse sentido, é constitutiva do gênero. Nos jornais impressos diários, o conhecimento de quem é o leitor é possibilitado, segundo a autora, pelas enquetes socioeconômicas feitas pelas empresas jornalísticas, que definem o perfil do público leitor do jornal³⁵.

Quanto ao aspecto formal do artigo, Melo (2003) cita que não há um padrão uniforme para a sua concepção. Embora alguns autores defendam uma estrutura mais ou menos estável, outros entendem que o estilo é próprio do articulista. Para o autor, o fato de, geralmente, ser uma colaboração espontânea ou solicitação nem sempre remunerada, “o artigo confere liberdade completa ao seu autor” (MELO, 2003, p. 125). No entanto, neste trabalho, entende-se que essa liberdade é relativa, já que, conforme se vem argumentando, a própria escolha do gênero dá certas diretivas de como o texto deve ser construído.

A noção de autoria relacionada a uma pessoa externa à empresa jornalística é, para Melo (2003), um índice de que esse gênero funciona como um espaço de democratização da opinião no jornalismo, “tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade” (MELO, 2003, p. 127). O autor cita, contudo, que essa democratização não ocorre de igual maneira em todos os espaços jornalísticos, uma vez que constitui uma decorrência do espírito

³⁵ Rodrigues (2001) observa que as grandes empresas jornalísticas publicam jornais diferenciados, destinados ao consumo de diferentes tipos de destinatário, tomando por base a classe econômica. A autora pontua ainda que, enquanto nos jornais destinados aos leitores das classes sociais A e B tem-se a presença constante do gênero artigo, uma tendência que se observa é a sua ausência nos jornais destinados exclusivamente aos leitores das classes populares (C, D e outras).

de cada veículo, de sua disposição para se abrir à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais.

Essa suposta democracia é questionada por Rodrigues (2001), para quem a divisão do espaço da opinião com a exterioridade acontece menos como uma consequência de democratização da comunicação jornalística, mas antes como uma decorrência da necessidade de credibilidade do jornal, uma vez que sua qualidade também depende das opiniões de jornalistas, críticos e colaboradores. Nesse sentido, a abertura de espaço para posições divergente da posição da empresa constitui uma estratégia para reforçar a imagem de imparcialidade e de pluralidade ideológica.

A autora lembra ainda que, apesar de ser um espaço aberto pela instância jornalística para a manifestação da orientação valorativa externa, o texto, antes de ser publicado, passa pelo crivo da sua aprovação. Assim, mesmo abarcando a imagem de liberdade que dá ao seu autor na seleção do assunto e na forma do seu tratamento, o artigo marca-se como um gênero cuja fala é aquela consentida pela empresa.

2.2.2 O artigo de opinião no Observatório da Imprensa

Antes de se proceder à análise das características dos artigos de opinião de onde foi coletado o corpus para a análise, faz-se necessário abordar algumas questões que levaram a definir os textos como artigos de opinião.

De forma geral, o jornal Observatório da Imprensa publica textos opinativos. Alguns deles estão definidos como comentário, editorial etc. No entanto, a maioria não é apresentada

explicitamente como pertencendo a um determinado gênero. É o que ocorre, por exemplo, com os textos coletados.

Na leitura dos textos, algumas vezes pareceu que eles se enquadravam em outros gêneros além do artigo, em especial o comentário. Essa dificuldade de delimitação do gênero, já sinalizada por Bonini (2005), pode ser explicada pelo fato de que as fronteiras entre os gêneros nem sempre são bem delimitadas. O autor observa que, nos exemplares de jornais impressos que analisa, a diferença entre artigo de opinião, comentário e análise não é clara.

É preciso considerar, também, que, no caso dos textos selecionados, pode haver um hibridismo de dois ou mais gêneros, já que, conforme aponta Marcuschi (2005a), a plasticidade dos gêneros e os limites muitas vezes tênues entre eles podem resultar em entrecruzamento e intersecções de características de gêneros próximos. Conforme o autor, a relativa estabilidade dos gêneros permite que eles vão sendo modificados ou criados, conforme as necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, redefinindo, inclusive, aspectos relativos à linguagem em uso, como, por exemplo, a relação entre a oralidade e a escrita, desfazendo ainda mais as suas fronteiras.

Apesar de existir a possibilidade de hibridismo de gêneros, para uma abordagem metodológica mais precisa, optou-se por caracterizar os textos coletados como artigos de opinião. Essa decisão se deu a partir das observações de Melo (2003) acerca da característica do comentário. Conforme o autor, nem sempre o comentarista emite uma opinião explícita. Às vezes seu julgamento é percebido pelo raciocínio que utiliza, pelos rumos da sua argumentação. Segundo o autor, o comentarista aprecia os fatos, estabelece conexões, sugere desdobramentos, mas procura manter, até onde é possível, um distanciamento das ocorrências. Como os textos selecionados apresentam uma orientação argumentativa bem explícita, e, em geral, não se verifica esse distanciamento do produtor do texto com relação aos fatos

analisados, passou-se a tratá-los como artigos de opinião, observadas as características próprias da instituição em que são publicados.

2.2.2.1 O jornal Observatório da Imprensa

Conforme as informações disponíveis no site www.observatoriodaimprensa.com.br, o Observatório da Imprensa se define como “uma entidade civil, não-governamental, não corporativa e não-partidária, que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira”. Nesse sentido, ele se enquadra na categoria do jornalismo especializado, uma vez que se ocupa de temas, problemas e fatos de interesse de um círculo mais limitado de pessoas.

O jornal em questão foi proposto pelo Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo – e representa um projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O Labjor, por sua vez, é descrito como uma entidade preocupada com a formação, treinamento, reciclagem e consultoria nos campos profissional e empresarial, compromissada com a conscientização dos destinatários da mensagem jornalística, “sem a qual resultarão insuficientes todos os esforços de qualificação da nossa imprensa”.

De acordo com os organizadores do jornal, é dessa filosofia que resulta a criação do Observatório da Imprensa, um veículo jornalístico focado na crítica da mídia, com presença regular na Internet desde abril de 1996³⁶, tendo edições publicadas semanalmente. O jornal é

³⁶ Em maio de 1998, o Observatório da Imprensa ganhou uma versão televisiva e, em maio de 2005, chegou à rádio.

apresentado como um fórum permanente no qual os usuários da mídia – leitores, ouvintes, telespectadores e internautas – podem se manifestar e participar ativamente.

Nesse sentido, o jornal surge como uma possibilidade de disponibilizar à sociedade civil meios de monitoração e ação, “de forma a diminuir a distância entre os poderes e a cidadania, convertendo-se ela própria numa instância”. Nesse contexto, o Observatório da Imprensa se propõe a funcionar como um atento mediador entre a mídia e os mediados.

Com relação à forma de organização dos textos no jornal, conforme o perfil, eles são alocados em diferentes seções do jornal, que são diferentes entre si. Essas seções, segundo Albuquerque, Ladeira e Silva (2002), se estruturam em torno de uma lógica particular no tocante aos temas que são ali discutidos, aos agentes que os freqüentam e ao modo de sua atuação.

Os autores descrevem algumas dessas seções: o Circo da Notícia é o espaço editorial do site, comandado por Alberto Dines, voltado para a exposição das concepções particulares do Observatório da Imprensa sobre assuntos relacionados à ética e à responsabilidade social da imprensa; a Imprensa em Questão é um fórum de debates em torno de questões do media criticism, com ênfase nos desvios éticos da imprensa; o Caderno da Cidadania é dedicado a tópicos relativos ao universo do cidadão e do consumidor; o Diretório Acadêmico é um espaço de discussão de questões relacionadas à formação dos futuros jornalistas da comunicação; o espaço Qualidade na TV é dedicado a avaliações sobre o conteúdo da programação da TV.

Não interessa, para este trabalho, apresentar e descrever todas as seções, que passaram por uma reconfiguração no final de 2007. Algumas delas foram suprimidas (como Diretório Acadêmico e Qualidade na TV, citadas acima) e outras foram criadas ou reformuladas. No momento, interessa a descrição da seção Jornal de Debates, escolhida para a coleta dos textos. Conforme Albuquerque, Ladeira e Silva (2002), essa seção configura-se como um

fórum de discussão sobre a comunicação mediada, percebida sob uma perspectiva mais genérica. Segundo os autores, essa seção foi originalmente constituída como um espaço dedicado à discussão de temas relativos à ética jornalística, mas frequentemente transborda o seu campo original e aborda outros problemas, transformando-se num espaço multitemático. Por ser um espaço que suscita o debate, conforme o título deixa entrever, é bastante propício para o surgimento de artigos de opinião.

Para Rodrigues (2001), embora as divisões do universo temático jornalístico e as suas rubricas sejam diversificadas, o que se privilegia em cada espaço também apresenta certas variações entre as diferentes instâncias jornalísticas. Para a autora, essa segmentação, além de selecionar e “rotular” o que faz parte do seu universo temático-discursivo, é um índice de produção e interpretação indispensável dos enunciados individuais e dos gêneros.

Mas, diferente do que ocorre no jornalismo impresso diário, em que o artigo tem uma sistematicidade quanto a sua topografia – o lugar historicamente legitimador para a manifestação do artigo é na seção Opinião (cf. RODRIGUES, 2001) –, no Observatório da Imprensa não há um espaço delimitado para a publicação de textos desse gênero. Como a opinião declarada é uma característica constante nesse jornal, ele acaba sendo um gênero comum a quase todas as seções.

Mas a seção Jornal de Debates apresenta um elemento diferencial, se comparada às outras seções do jornal, que interfere na constituição do gênero estudado: a autoria bastante diversificada, provinda da equipe do jornal, de jornalistas profissionais, de usuários da mídia e de profissionais do meio acadêmico. Conforme Albuquerque, Ladeira e Silva (2002), “ainda que o Observatório acolha em seu site uma infinidade de agentes sociais, dotados de perspectivas as mais diversas, o espaço que é oferecido a cada um deles difere tanto quantitativamente quanto qualitativamente”.

Com relação a esse aspecto, os autores observam que a seção em questão é mais democrática se comparada às outras seções do jornal, já que é um espaço plural, aberto à participação de diversos segmentos da sociedade. Embora entendam que essa abertura tende a ser sufocada pela imposição de uma lógica editorial que hierarquiza os agentes e suas falas, os autores apontam o Jornal de Debates como uma seção que foge à regra geral por ser mais aberto à participação de agentes externos à instituição jornalística, e mesmo ao meio jornalístico, e por ser menos condicionado pela intervenção editorial, se comparado aos demais espaços.

Para os autores, essa característica tem grande importância para o Observatório da Imprensa, já que materializa o objetivo divulgado pelo jornal de atuar como um espaço para setores até então desprovidos de participação: “o Jornal de Debates constitui-se como fórum de debates no qual diversos setores da sociedade se envolvem em uma dinâmica de réplicas e trélicas sobre temas que não teriam espaço nem oportunidade para se desenvolverem em publicações da imprensa” (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p. 183).

Ainda outra característica do Jornal de Debates importante para a pesquisa aqui proposta é o seu perfil interativo mais enfático do que se observa nas outras seções, conforme apontam Albuquerque, Ladeira e Silva (2002), uma vez que o aspecto do fórum de debate é mais claramente delineado. Os autores justificam a afirmação apresentando os seguintes dados:

1) participa dele, de modo mais efetivo, uma maior variedade de personagens; 2) as mensagens publicadas na seção frequentemente referenciam-se umas às outras, e estabelecem diálogos que atravessam diversas edições do Observatório, o que indica uma menor intervenção editorial neste espaço. (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p. 181).

2.2.2.2 Algumas peculiaridades do artigo de opinião no Observatório da Imprensa

Conforme se apontou acima, a temática dos textos que são publicados no Observatório da Imprensa se limita a assuntos relacionados à mídia. Nesse sentido, pode-se dizer que o produtor tem uma liberdade relativa, no sentido de que há um limite temático imposto pelo perfil do jornal em que os textos são publicados. Por outro lado, a gama de assuntos relacionados à mídia e a maneira de abordá-los é bastante ampla.

Com relação às características fixas do artigo – assinatura, opinião, atualidade (cf. MELO, 2003) – os textos coletados as mantêm: a) todos os textos são assinados (esse é, aliás, um dos requisitos exigidos pelo jornal para que os textos sejam publicados); b) todos apresentam uma opinião explícita; e c) todos os textos tratam de assuntos atuais, discutem questões do momento histórico vivido.

As especificidades dos artigos de opinião em questão começam a ser visualizadas a partir da análise de seus aspectos formais³⁷, embora não se limitem a eles, conforme se aborda mais à frente. A primeira característica típica a ser observada diz respeito aos títulos: todos os textos coletados apresentam um título que aponta a temática mais geral, como *Manchete do Globo* e *Debate sobre a mídia*, que vem seguido por um subtítulo, como *A insistência no erro* e *Um espectro ronda a democracia*, respectivamente. Em geral, esses subtítulos não só apresentam um enfoque mais preciso do assunto abordado como também deixam entrever a opinião do produtor do texto com relação ao tema debatido.

Outra característica constante, não comum em artigos de opinião em geral, é o uso de intertítulos. Conforme Martinez (2007, p. 27), o ciberjornalista norte-americano Jonathan

³⁷ Essas características formais são extensivas a textos de outros gêneros publicados no jornal Observatório da Imprensa.

Dube sugere subdivisões do texto como forma de ajudar o leitor a escanear a informação: “blocos de, no máximo, vinte linhas com intertítulos são uma boa medida”.

Ainda com relação à forma, há outra especificidade, que é a não-delimitação da extensão do texto. Embora os artigos publicados nos jornais/revistas impressos não tenham um limite explicitamente definido, eles acabam tendo uma extensão mais ou menos delimitada, de acordo com o espaço reservado para a sua publicação na página do jornal. Já no Observatório da Imprensa, que é veiculado em um meio digital, essa necessidade não se verifica. Assim, entre os textos coletados, há artigos de extensão bastante variada (entre 29 e 117 linhas³⁸), muitas vezes negando a tendência da imprensa atual de apresentar artigos curtos (cf. CHARAUDEAU, 2006). Essas diferenças dos artigos coletados, se comparados com os artigos de opinião publicado em jornais e revistas impressos, estão previstas no fato de que não existe um padrão uniforme para o aspecto formal desse gênero (cf. MELO, 2003).

Um aspecto importante para a constituição dos textos selecionados refere-se ao fato de eles se apresentarem sempre como resposta explícita a outros textos. Isso justifica as constantes citações diretas de trechos de outros textos com os quais o produtor do texto dialoga. Em alguns textos há, inclusive, hiperlinks que levam o leitor aos textos que estão sendo “respondidos” ou com os quais se trava um “diálogo”. Devido às características próprias do jornal, como seu horizonte temático e a finalidade da interação proposta, observa-se que essa interação com textos anteriores é muito mais acentuada nos textos coletados do que nos artigos publicados em jornais impressos, por exemplo.

Nesse sentido, para interagir de maneira plena com o produtor do texto, o leitor precisa estar inteirado dos acontecimentos que permeiam a esfera jornalística, bem como acompanhar a discussão acerca deles, de forma a garantir que o conhecimento seja compartilhado entre os participantes da interação comunicativa.

38 Textos dispostos na seguinte formatação: Fonte Times New Roman, tamanho 12; folha A4, margens esquerda e superior: 3cm; margens direita e inferior: 2cm.

No Observatório da Imprensa, a participação efetiva do leitor se evidencia concretamente nos textos publicados e nos comentários³⁹. O espaço dedicado aos comentários propicia uma participação direta e imediata, só possível no ambiente virtual. Assim, pode-se dizer que o fato de o periódico estar em um meio digital favorece uma interação mais ativa com o leitor. Conforme Zamora (2001), uma das características dos periódicos on-line é a interatividade, que se deve às amplas possibilidades que a rede proporciona para que a comunicação ocorra. Tal interatividade “apresenta uma bidireção de onde o emissor e o receptor se encontram no mesmo plano [...], terminando, desta maneira, com a relação unilateral, unidimensional e unidirecional”⁴⁰ (ZAMORA, 2001), o que leva a uma transformação do tradicional esquema “emissor-canal-receptor”.

Para Andrigueti (2007, p. 99), a interatividade também está relacionada à maneira de leitura possibilitada pela Internet: “a navegação pelo hipertexto, conectando diversos sites no ciberespaço. Ou seja, o usuário ganha poder de escolha e decide qual caminho vai percorrer, rompendo com a tradicional leitura linear típica dos jornais e das revistas”.

Marcuschi (2005b) também aponta a Internet como um espaço que propicia a interação altamente participativa, fator esse que pode contribuir para acelerar a evolução dos gêneros, tendo em vista a natureza do meio tecnológico em que ela se insere e os modos como se desenvolve. O autor diz, ainda, que, nesse novo enquadre participativo, criam-se novas formas de organizar e administrar os relacionamentos interpessoais.

O fato de o Observatório da Imprensa se caracterizar como um espaço mais interativo do que os meios tradicionais contribui para a manifestação da modalização, já que ela também é responsável por estabelecer um contato mais direto com o interlocutor. Nesse sentido,

³⁹ Embora, conforme a proposta apresentada pelo jornal, qualquer pessoa possa publicar textos no Observatório da Imprensa, observa-se que grande parte deles é escrito por pessoas ligadas à área jornalística (jornalistas, professores e estudantes de Jornalismo). Nesse sentido, o leitor não especializado acaba tendo maior participação no espaço dedicado aos comentários.

⁴⁰ Texto original: “Se presenta una bidirección donde el emisor y el receptor se encuentran en el mismo plano [...] de esta manera se termina esa relación unilateral, unidimensional y unidireccional”

acredita-se que o produtor elabore suas escolhas lingüísticas visando a interagir de modo mais eficaz com seu leitor. Em conformidade com Rodrigues (2001), entende-se que a projeção do interlocutor e do seu fundo aperceptivo (os seus valores, posições etc.), orienta o autor, influi naquilo que é dito e como é dito, uma vez que todo enunciado se encontra orientado para o interlocutor. Esse dado (conhecimento do leitor) serve de parâmetro para as escolhas tanto do tema quanto das estratégias discursivas que usará para estabelecer a interlocução.

Ao abrir espaço para discussões e debates, o jornal Observatório da Imprensa cria condições para formar uma imagem mais precisa de sua audiência em comparação com os jornais divulgados em meios tradicionais. O jornal impresso e a televisão, por exemplo, dependem de enquetes socioeconômicas e cartas de leitores/ouvintes para definir o perfil do seu público leitor/telespectador. Já o Observatório da Imprensa, além de disponibilizar os espaços para a publicação de textos, também apresenta um espaço para que sejam feitos comentários a respeito dos textos publicados, conforme se apontou acima. As pessoas que tecem esses comentários se identificam com nome, domicílio e profissão.

Assim, ao construir um texto para ser publicado no Observatório da Imprensa, além de saber de antemão que seus possíveis leitores são interessados em discussões acerca da mídia, uma vez que o jornal é especializado nisso, e que o leitor compartilha de seu mundo sociocultural e temporal (atual), o produtor do texto tem possibilidades de criar uma imagem mais precisa de quem serão os potenciais leitores do seu texto do que se fosse publicá-lo em jornais impressos, por exemplo.

Com relação à autoria, outro elemento importante para a constituição do gênero artigo, há uma democratização no sentido apresentado por Melo (2003): na maioria dos casos, os autores são externos à empresa⁴¹. Apenas cinco dos textos coletados foram produzidos por pessoas ligadas à empresa (um escrito pelo editor-reponsável e quatro, por colaboradores do

⁴¹ Embora a autoria (interna/externa) possa ser um aspecto importante para o surgimento das modalizações, a análise proposta neste trabalho não enfatiza esse aspecto, já que, em geral, ocorre o esperado no artigo de opinião: a autoria é externa.

jornal). Todos os outros foram produzidos por pessoas que, embora ligadas à área jornalística, não estão ligadas diretamente ao Observatório da Imprensa.

A observação das características próprias do artigo de opinião publicado no jornal Observatório da Imprensa contribui para o entendimento de como esse gênero se constitui nos limites da instituição em que é veiculado. Essa constituição, por sua vez, é levada em conta nas análises propostas neste trabalho.

2.3 ARTIGO DE OPINIÃO X MODALIZAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS

É consensual entre os estudiosos da língua que a argumentatividade constitui uma característica essencial da interação social que se dá por intermédio da linguagem humana (cf. KOCH, 2002). Por outro lado, reconhece-se que, em certos gêneros textuais, a argumentação se apresenta de forma mais velada e, em outros, se dá de forma explícita. Dentre as marcas lingüísticas que permitem avaliar o grau de argumentação instaurado no texto estão os elementos modalizadores, uma vez que, conforme defende Koch (2002), são indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do produtor, seja com relação ao conteúdo da mensagem, seja com relação ao interlocutor, sendo motivados “pelo jogo da produção e do reconhecimento das intenções” (PARRET, 1988, p. 80).

Nesse sentido, é pertinente o entendimento de que quanto mais explicitamente argumentativo for um texto, mais propenso ao aparecimento da modalização lingüística ele se torna. Um artigo de divulgação científica, por exemplo, que tende ao objetivismo (até onde seja possível numa língua natural), tende também a mascarar o produtor e, assim, suprimir as marcas de modalização lingüística. Já o artigo de opinião se apresenta como um espaço

propício para o aparecimento da modalização, uma vez que se configura como um gênero explicitamente marcado como argumentativo, tendo como uma de suas categorias definidoras a defesa de um ponto de vista sobre temas da atualidade, conforme já se explicitou anteriormente. Em outras palavras, o produtor faz um recorte da realidade e apresenta o assunto tratado a partir de uma perspectiva subjetiva.

Nesse contexto, ele não precisa usar estratégias para se camuflar. Ao contrário, assume explicitamente a responsabilidade em relação ao conteúdo do seu enunciado e a intenção de agir sobre o interlocutor no sentido de convencê-lo da validade da tese apresentada. Com isso, a sua intervenção no conteúdo da mensagem e a interação com o leitor ocorrem de forma mais explícita do que é esperado em outros gêneros que buscam neutralizar as marcas enunciativas, como aqueles que comportam os discursos didático e científico, que, conforme Koch (2002, p. 83), ocultam a modalização para “dar a impressão de um discurso neutro”.

Assim, a escolha do gênero artigo de opinião permite, de antemão, aos interlocutores reconhecer o engajamento do produtor com o conteúdo da mensagem e suas intenções de agir sobre o leitor, o que resulta na apresentação do produtor em seu enunciado, mesmo quando usa expressões impessoais como o par “é + adjetivo”, por exemplo, que também coloca em relevo as avaliações do produtor e denuncia a sua intenção de assumir (ou não) a responsabilidade pelo que diz.

No caso do artigo de opinião, a modalização não só não precisa ser controlada, tal como ocorre em textos mais “objetivos”, como também assume importante função na medida em que mobiliza recursos lingüísticos que viabilizam a defesa de pontos de vista e moldam o texto em função da aceitabilidade dos receptores, visando à formação de opiniões que se alinhem à apresentada no texto, conforme se argumenta no decorrer deste trabalho.

Para ilustrar a discussão instaurada nesta seção, apresentam-se alguns exemplos retirados dos textos coletados, que retratam diferentes formas de lexicalização da modalização lingüística, algumas das quais são referenciadas no primeiro capítulo:

a) Adjetivos sós ou em posição predicativa, que expressam a opinião do produtor e orientam argumentativamente:

As pressões de um delegado da Polícia Federal conta repórteres de Veja, na mesma semana, completaram o cenário agourento para a imprensa brasileira (TEXTO 15);

Eleições não chegam ao fim no dia da votação. São um processo instável e difícil de construção democrática (TEXTO 18);

É lamentável que uma destas revistas esteja envolvida no esquema do “dossiê”, exacerbando assim a mediocridade que vem assolando o meio (TEXTO 19);

Também é coisa feia, provinciana e não-profissional a postura arrogante de fingir que não existiram os debates Lula vs. Alckmin nas concorrentes Bandeirantes, SBT e Record (TEXTO 18).

b) Expressões referenciais e verbos que orientam argumentativamente na direção pretendida pelo produtor do texto:

A chegada do presidente Lula a Brasília foi saudada por boçais de carteirinha com hostilidade à imprensa e ameaças a jornalistas (TEXTO 15);

Em diversas ocasiões a imprensa brasileira tem se comportado como se o Estado fosse um mal em si mesmo e a sociedade um bem infinito. Nessa luta do Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro – não é preciso dizer de que lado jornais e revistas dizem estar - há um largo espaço para as mais absurdas inconsistências (TEXTO 3);

Embora seja um governo ilegítimo – eleito a partir de uma fraude – e que tenha promovido uma invasão ilegítima contra o Iraque, ceifando milhares de vidas inocentes, o telejornalismo global o trata como "a administração Bush", quando na verdade é o maior regime terrorista de que a história tem notícia (TEXTO 17).

c) Verbos modais que refletem a interpretação que o produtor faz sobre determinada realidade:

Essa preocupação pode – e deve – ser igualmente estendida quanto aos perigos em outras modalidades de dogmatismos, contidos em outros tipos de ortodoxias (TEXTO 4);

Primeiro, uma série de redundâncias surpreendentemente necessárias: não há poder que não possa e não deva ser criticado e fiscalizado (TEXTO 13).

d) Expressões que encenam um ato epistêmico, reforçando o caráter asseverativo do enunciado de modo a orientar o interlocutor a aceitar o conteúdo da mensagem:

É, sem dúvida, um momento especial da imprensa brasileira (TEXTO 11);

É certo que ambos não pensam assim, certamente reconhecem os méritos um do outro, mas devem ter sido orientados pelos marqueteiros a não externarem isso (TEXTO 28);

É evidente que tudo estava armado para que as fotos aparecessem exatamente quando a propaganda eleitoral fosse suspensa, e a mídia reacionária pudesse fazer impunemente a propaganda dos seus candidatos e a difamação dos adversários (TEXTO 25);

Tudo indica que não será ainda desta vez que a distorção será corrigida, mas uma coisa é certa: se continuar assim, vai piorar de tal modo que daqui a pouco ninguém mais suportará (TEXTO 21).

e) Expressões que possibilitam ao produtor manter certo distanciamento com relação ao que afirma, diminuindo seu grau de engajamento com o conteúdo da mensagem:

Mas no Brasil, 20 anos depois, parece que ainda se acredita que o heroísmo da luta contra a ditadura militar por parte de alguns jornalistas diz respeito a uma suposta luta de grandes empresários contra aquele regime que os beneficiava (TEXTO 13);

Provavelmente os dois lados estavam certos (TEXTO 21);

É bem provável que matérias de conteúdo semelhante tenham sido produzidas aos montes (TEXTO 22);

Assumir publicamente essa condição constitutiva do jornalismo – e abrir a discussão de seus critérios e práticas – talvez seja o único caminho para a grande mídia privada restaurar a credibilidade ameaçada junto aos seus “consumidores” (TEXTO 24);

A metáfora pode ser simbólica e exemplificar outro modo de gerir, mas os verdadeiros recursos para as reformas de que o Brasil tanto precisa estão em poder do pequeno estamento que vive dos juros da chamada dívida pública (TEXTO 21).

f) Orações condicionais e/ou verbos no modo subjuntivo, que também permitem ao produtor certa isenção com relação ao que afirma:

Se o título queria dizer que o programa de Lula não tem propostas para esse setor, está mentindo, o que é grave (TEXTO 16);

É como se os jornalistas, ao cumprirem determinadas regras para realizar sua cobertura, não pudessem ser responsabilizados pelo sentido que seu trabalho adquire ao final (TEXTO 18).

g) Advérbios delimitadores, que estabelecem os limites dentro dos quais se deve encarar a avaliação expressa:

Nessa mesma segunda-feira, novo tropeço, politicamente mais feio que o primeiro (TEXTO 15);

A partir daquele “Sai daí, Zé, que você vai fazer réu um homem inocente!”, uma enxurrada de ilações, calúnias e denúncias infundadas pautaram a nossa mídia sem que uma única voz se levantasse – não politicamente, mas legalmente – contra a arbitrariedade que estava sendo cometida contra um cidadão (TEXTO 02).

h) Expressões que delimitam o escopo de atuação da asseveração:

Em sua coluna, o ombudsman Marcelo Beraba expôs muito bem as falhas da Folha, que descumpriu inclusive normas de seu Manual de Redação, mas toda a mídia impressa cometeu os mesmos erros, prestando, de certa forma, um desserviço à opinião pública nesta eleição (TEXTO 19);

Com algumas exceções, não conseguimos, até hoje, dar a devida importância (na verdade, a menor importância) às eleições para o Legislativo, cruciais numa democracia (TEXTO 8).

i) Orações que são introduzidas no texto como uma espécie de ressalva, evidenciando as intenções do produtor em não assumir determinadas posições:

Não se pretende fazer aqui ou alhures uma defesa irrestrita do sistema estatal de solução de controvérsias, controle da Administração Pública e aplicação da lei (TEXTO 3).

j) Perguntas que visam a envolver o leitor na argumentação instaurada:

Em um debate brasileiro, o candidato Eduardo Suplicy não conseguiu responder qual era o preço de um pão francês. Você sabe? (TEXTO 9);

Agora, depois de fazer tudo isso para impedir que Lula fosse eleito já no primeiro turno, tais damas e cavalheiros da mídia chegaram à brilhante conclusão: a culpa de Lula não ter decidido a eleição logo na primeira rodada é... adivinhem de quem? Do Lula, é claro, que não se submeteu a ser escovado num debate adrede preparado para esse fim (TEXTO 25);

Uma percepção subjetiva transformada em anátema. Chamamos a isso jornalismo? (TEXTO 26).

k) Expressões que interpelam os interlocutores a tomar certas atitudes:

É preciso vencer o medo de desvelar a caixa-preta do jornalismo político, sob pena de não construirmos, efetivamente, uma sociedade democrática (TEXTO 18);

A própria mídia se auto-intitula o quarto poder da sociedade: logo, ela deve ser criticada e fiscalizada, desde que não se confunda fiscalizar com patrulhar (TEXTO 13).

l) Expressões que revelam que o produtor se vale do conhecimento geral para dar sustentação à posição assumida:

E debater o papel da mídia constitui-se, como sabemos, numa heresia (TEXTO 1);

É sabido que, nos marcos do capitalismo, um jornalismo ético, crítico e de qualidade, capaz de introduzir debates plurais e democráticos (não só no período eleitoral, abordando temáticas gerais necessárias para a formação e deliberação do cidadão), será sempre periférico, desenvolvido por organização não-hegemônicas (TEXTO 12).

m) Expressões ou enunciados inteiros atribuídos a terceiros, geralmente demarcados com aspas:

Que ninguém suponha que a TV Globo possa abdicar de sua nobre função de “informar com correção e imparcialidade” (TEXTO 17);

As revistas de grande circulação, ditas “formadoras de opinião”, há muito já se tornaram mero entretenimento, sem nenhuma credibilidade (TEXTO 19);

“Nos habituamos tanto a nos disfarçar para os outros que nos disfarçamos de nós mesmos.” (La Rochefoucauld) (TEXTO 4).

Essas são apenas algumas das formas lingüísticas da modalização que podem ser observadas nos textos coletados. Não se pretende, aqui, fazer uma lista exaustiva das ocorrências dessa categoria lingüística, mas apenas ilustrar como o artigo de opinião comporta diferentes marcas da modalização lingüística.

CAPÍTULO III

HISTÓRICO DA SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS RECORTES

São apresentados, neste capítulo, os procedimentos que conduziram a seleção e a organização do corpus. Aborda-se, também, o perfil dos recortes selecionados. Embora o enfoque da presente pesquisa referencie a análise da modalização lingüística veiculada pelo PEA, fez-se necessário considerar os elementos ladeadores dessa estrutura, uma vez que eles influenciam o teor modalizador. Assim, neste capítulo, reserva-se uma seção para uma breve descrição desses elementos, que, embora não sejam centrais neste estudo, são recorrentes no corpus e mantêm um relacionamento com a expressão que é o foco da análise proposta.

O termo “ladeador” é tomado de Sella, Roman e Busse (2007), que apresentam o resultado de algumas pesquisas em que verificam que o predicado nominal expressa uma dada asseveração, que é posta em cena juntamente com outras estruturas sintático-semânticas que sustentam esse ato, conforme já referenciado no primeiro capítulo.

3.1 A ESCOLHA DOS TEXTOS PARA A SELEÇÃO DO CORPUS

Na seleção dos textos de onde se extrairiam os recortes para a composição do corpus, levou-se em conta a necessidade de esses textos retratarem o uso da língua em situações reais de comunicação, uma vez que é nesse contexto que se observa o uso autêntico da língua.

Aliada a essa preocupação inicial, a observação de que o PEA, em função modalizadora, é recorrente em textos em que predomina a tipologia argumentativa acenou

para o “artigo de opinião” como um gênero que poderia servir de base para a coleta do corpus. Esse gênero se revelou mais adequado ao intento desta pesquisa, já que é divulgado como espaço da opinião externa à instituição jornalística, o que representa uma maior liberdade de expressão do produtor do texto e menor controle por parte da empresa jornalística se comparado a outros gêneros pertencentes à categoria jornalismo opinativo, como o editorial, por exemplo.

Embora o artigo seja marcado como um gênero cuja fala é aquela consentida pela empresa e pode ser regulado por ela, conforme adverte Rodrigues (2001), acredita-se que esse monitoramento ocorra de forma menos marcada do que em outros gêneros do jornal cuja autoria está atrelada à instituição jornalística. Nesse sentido, a menor intervenção editorial no gênero artigo permite que o produtor, seguindo seus objetivos comunicativos, posicione-se de forma um pouco mais explícita com relação ao conteúdo abordado e perante seu interlocutor. Com isso, ampliam-se as possibilidades de se analisar como a modalização lingüística é utilizada pelo produtor para se relacionar como o seu enunciado, avaliar o conteúdo da mensagem aí expressa ou estabelecer o relacionamento com o leitor.

A partir dessas definições, passou-se à busca de uma fonte que possibilitasse um número expressivo do gênero selecionado, resultando na coleta de um corpus representativo. Dentre os meios de comunicação disponíveis para a obtenção de dados, observou-se que o jornal Observatório de Imprensa, devido ao fato de ser um espaço destinado à análise e crítica da mídia, veicula um grande número de textos opinativos. Além disso, conforme já se observou no capítulo anterior, esse jornal, em razão de sua proposta de funcionar como um fórum permanente em que os usuários da mídia podem se manifestar e participar ativamente do processo de análise e crítica da mídia, apresenta um caráter interativo mais marcado do que ocorre nos meios mais tradicionais, como as revistas e os jornais impressos. Conforme já exposto, essa interação mais dinâmica parece acentuar as possibilidades de o produtor do

texto, ao escrever, considerar o seu leitor, o que, por sua vez, pode determinar tanto o tema tratado quanto as formas lingüísticas usadas para a interação.

Definiu-se, então, a partir dessas considerações, que o jornal Observatório da Imprensa seria a fonte da qual se coletariam os textos para extrair o corpus de análise. Como

o jornal é dividido em várias seções, com características peculiares, conforme se apontou no segundo capítulo, fez-se necessário optar por uma delas. A seção escolhida foi Jornal de Debates, já que se caracteriza como um espaço em que são publicados textos polêmicos, conforme o título deixa entrever e, devido a esse caráter, veicula um número significativo de artigos de opinião.

Também contribuiu para essa escolha o perfil interativo e democrático da seção, além do fato de ser menos condicionada pela intervenção editorial que as demais seções, conforme já se abordou no capítulo anterior.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DO CORPUS

Após definida a fonte, procedeu-se à coleta do corpus. Considerando-se o número médio de textos publicado em cada edição, estipulou-se que o período de dois meses seria suficiente para colher uma quantidade significativa de artigos. Optou-se, então, pelos textos mais recentes publicados na seção Jornal de Debates. A partir desse critério, foram analisados os textos que tinham sido publicados nos últimos dois meses imediatamente anteriores ao processo de seleção – de 02/10/06 a 05/12/06. Nesse período, foram publicadas dez edições do jornal (números 401 a 410) e a seção Jornal de Debates reuniu 141 textos. Desse total, foi preciso descartar os textos que não se enquadravam no gênero enfocado, como as entrevistas,

os comentários e os editoriais. Também foram excluídos os textos que, embora pertencentes ao gênero “artigo de opinião”, não apresentavam o PEA em função modalizadora.

Após essas delimitações, passou-se à coleta dos recortes para a constituição do corpus. Nesse momento, observou-se que o PEA, em alguns casos, aparecia acompanhado de outros elementos, mais especificamente de advérbios e da conjunção *nem*, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Adv. de negação + é + adjetivo Conjunção + é + adjetivo É + advérbio + adjetivo
Não é preciso Nem é razoável É praticamente impossível

Esses elementos, que são acrescentados à estrutura “é + adjetivo”, não podem deixar de ser considerados, já que, além de promoverem uma alteração sintática, modificam a estrutura também no âmbito da semântica.

No primeiro caso, por exemplo, quando não há a incidência do advérbio de negação (é preciso), tem-se um caso de modalização deôntica, em que prevalece a imperatividade. Esta não resiste à inclusão do advérbio, que resulta na expressão de uma simples constatação ou de uma avaliação, dependendo do contexto em que aparece. No segundo caso, a conjunção *em* serve para sinalizar que a avaliação expressa está sendo adicionada a outros argumentos que aparecem no co-texto⁴². No último caso, o estatuto modalizador da expressão é alterado com a inclusão do advérbio, conforme já se discutiu no primeiro capítulo: enquanto a expressão é impossível retrata um caso de modalização asseverativa, revelando um produtor que assume integralmente a avaliação apresentada, a inclusão do advérbio praticamente

42 O termo co-texto designa os segmentos textuais precedentes e subsequentes a um dado enunciado. A noção de co-texto foi introduzida na Lingüística por Bar Hillel (1970) para dar conta da intervenção das unidades verbais que fixam a significação das outras formas lingüísticas presentes num mesmo texto. Distingue-se da noção de contexto, utilizada para designar os fatores externos, extralingüísticos, relevantes para a compreensão de um texto ou de um discurso.

resulta numa mudança do continuum epistêmico, transformando a expressão num caso de modalização quase-asseverativa.

Apesar de se observar que a inclusão de advérbios e da conjunção nem à estrutura modalizadora provocam alterações sintáticas e semânticas, notou-se que, mesmo nesses casos, mantém-se a função modalizadora que o PEA veicularia se estivesse sozinho. Além disso, considerou-se que, ao se tomar para análise casos reais de uso da estrutura em foco, seria preciso levar em conta suas diversas formas de atualização. Assim, decidiu-se por acolher na pesquisa as ocorrências em que o PEA encontra-se ladeado por outros elementos, exemplificados na tabela acima.

Restaram, então, 28 textos. Destes, foram extraídos 52 recortes que apresentavam o PEA⁴³ em função modalizadora, os quais constituem o corpus de análise da pesquisa aqui proposta.

3.3 A ORGANIZAÇÃO DOS RECORTES

Uma vez definida a seleção dos recortes, o próximo passo foi organizar as ocorrências com o PEA. Foi tomada como norteadora a idéia, levantada no referencial teórico, de que a modalização lingüística pode tanto marcar o relacionamento do produtor do texto com seu enunciado, quanto estabelecer a interação com o leitor e, nesse contexto, definir o relacionamento entre os interlocutores.

Além disso, a forma de organização dos recortes considerou as categorias epistêmica e deôntica, que, conforme já se apontou anteriormente, correspondem à modalização stricto

⁴³ Por uma questão prática, a estrutura continuará a ser referenciada neste trabalho como par “é + adjetivo” (PEA), embora, em alguns casos, a ela se agreguem conjunções ou advérbios, conforme explicitado.

sensu. Essas duas categorias são enfatizadas neste trabalho porque são recorrentes em textos em que o produtor procura expor e impor o seu ponto de vista, como ocorre no artigo de opinião. Além disso, considerou-se, conforme aponta Neves (2006, p. 162), que, apesar das diferentes abordagens que se faz dos tipos de modalidade tradicionalmente reconhecidos, estes podem, na verdade, ser resumido na distinção genérica entre modalidade epistêmica e não-epistêmica. Ou seja, tem-se, de um lado, a modalidade epistêmica e, de outro, a modalidade deôntica.

Ao se organizarem os recortes, levou-se em conta, também, conforme o referencial teórico apresentado no segundo capítulo, que os objetivos do produtor do texto orientaram a escolha do gênero, e este, as escolhas lingüísticas. Estas, por sua vez, deixam transparecer os objetivos da interação estabelecida por meio do texto.

A partir dessas considerações, dentre outras que estão atreladas a elas, passou-se à análise dos recortes, observando-se os movimentos modalizadores estabelecidos pelo PEA. Observou-se que, em alguns recortes, a modalização era responsável por marcar a intervenção avaliativa do produtor do texto com relação à mensagem expressa no enunciado, como ocorre neste fragmento:

[a] É falso, portanto, acreditar que o jornalismo, sobretudo o jornalismo político, possa ser julgado somente por critérios técnicos internos à profissão.
Nessa ocorrência, observa-se que a constatação de uma certa realidade é feita a partir do ponto de vista do produtor. A avaliação que faz sobre o conteúdo da mensagem é apresentada como “certa” e posta em primeiro plano para permitir que o leitor, logo de saída, tome conhecimento de sua opinião e reconheça o seu engajamento com relação ao que é expresso. Embora o interlocutor seja considerado, nota-se que, em casos como o ilustrado em

[a], a modalização veiculada pela expressão em destaque tem como escopo de atuação mais direta o próprio conteúdo modalizado.

Em outros recortes, porém, observou-se que, embora a modalização também incida sobre um certo conteúdo, ela se orienta muito mais para o interlocutor do que para o conteúdo modalizado, assumindo um tom intersubjetivo mais marcado, conforme se observa nos dois recortes seguintes:

[b] É certo que as situações mencionadas acima não são idênticas e não se deve esquecer suas diferenças intrínsecas.

[c] Dessa maneira é preciso lembrar que o Brasil, em consonância com sua recente e ainda curta experiência democrática, precisa de uma injeção de lógicas públicas nas dinâmicas midiáticas se quiser construir um espaço minimamente público.

Em [b], a expressão em destaque funciona como um sinalizador para que o leitor aceite o que está exposto no conteúdo modalizado como uma verdade à qual deve aderir. Essa interpelação, no entanto, não ocorre de forma brusca, pois o produtor procura envolver o leitor em sua argumentação. Para explicar esse recorte, pode-se recorrer às descrições feitas por Rodrigues (2001) sobre os movimentos dialógicos de engajamento e de refutação. Para a autora, no movimento dialógico de engajamento, o produtor do texto eleva o leitor à posição de aliado, de um co-autor do artigo. O discurso é construído como se o articulista incorporasse

o ponto de vista do leitor, como se ambos falassem de uma mesma posição valorativa, em uma relação de concordância. Já no movimento dialógico de refutação, o autor antecipa as possíveis reações-resposta de objeção que o leitor poderia contrapor ao seu discurso, abafando-as.

No recorte sob análise, parece que esses dois movimentos estão intimamente ligados.

Ao anteciper a reação do leitor e refutar uma possível contra-argumentação, o produtor do texto envolve o interlocutor em seu discurso, considerando o que ele tinha a dizer, engajando

o na sua argumentação ao apresentá-lo como parceiro na manifestação da avaliação epistêmica. Nesse sentido, o movimento de engajamento se constrói pela aproximação do leitor ao ponto de vista do autor (cf. RODRIGUES, 2001).

A expressão modalizadora é certo, neste caso, recai sobre um possível enunciado do interlocutor, ao qual o produtor se opõe. Em conformidade com Rodrigues (2001), pode-se dizer que a expressão modalizadora constitui-se como “pista” de um diálogo não desenvolvido, que poderia ser reconstruído a partir do seguinte esquema 44:

(a) O produtor do texto apresenta certas situações, relacionando-as;

(b) O leitor pode considerar que tais situações não são idênticas;

(c) O produtor do texto assume essa interpretação e a apresenta.

Com essa estratégia, o produtor do texto evita que sua argumentação fique fragilizada e ainda acolhe a (possível) opinião do seu interlocutor, engajando-o no seu discurso.

Para Rodrigues (2001), essa reação-resposta antecipada e inserida no discurso do produtor do texto cria no artigo um efeito de uma consequência “já prevista”, embora seja antes uma estratégia para evitar essa possível contra-palavra por parte do leitor. Essa incorporação da palavra do outro também contribui para a argumentatividade instaurada. Como lembra a autora, a refutação de uma possível contra-palavra do leitor se constrói de maneira discreta, “amena”, pois, pela situação de interação, o artigo tende a buscar a adesão do leitor à perspectiva do produtor do texto, que só vai produzir seu efeito se o movimento discursivo conduzir favoravelmente o leitor à perspectiva do autor.

Com relação ao fragmento [c], o conteúdo da mensagem também é apresentado como “certo”. Nesse caso, porém, há uma interpelação direta do interlocutor, que é chamado a

44 Esse esquema foi montado a partir de uma análise geral do texto, que ultrapassa o nível frasal.

tomar uma atitude. Nesse sentido, mais do que marcar o seu relacionamento com o conteúdo da mensagem, o produtor pretende interagir com o interlocutor, colocando-se numa posição que o autoriza a estabelecer obrigações aos interlocutores.

Assim, a diferença básica observada entre o recorte [a], de um lado, e os recortes [b] e [c], de outro, é que, no primeiro, a modalização incide sobre o conteúdo modalizado e, nos outros dois casos, ela atua mais diretamente no espaço interlocutivo.

A partir da observação dessas duas instâncias de atuação da expressão modalizadora (conteúdo proposicional x interlocutor), propôs-se uma divisão das ocorrências em dois grupos distintos, denominados Modalização orientada para o conteúdo modalizado e Modalização orientada para o interlocutor.

Com relação ao segundo grupo, observou-se que a modalização veiculada se relaciona a dois eixos distintos: epistêmico, no caso de [b], e deôntico, no caso de [c]. Conforme se expôs no primeiro capítulo, o entendimento de que alguns elementos representantes da necessidade epistêmica apresentam, de certa forma, uma obrigação para o interlocutor, deixa flexíveis os limites entre noções deônticas e epistêmicas. Apesar dessa observação, optou-se por reagrupar os recortes em que a estrutura modalizadora incide mais diretamente sobre o interlocutor em dois subgrupos: Modalização Epistêmico-Interlocutiva e Modalização Deôntico-Interlocutiva, que têm como exemplos representativos, respectivamente, os recortes

[b] e [c].

Há, ainda, que se observar que nem sempre essa caracterização é tranquilamente estabelecida. Conforme se verifica no andamento deste trabalho, em alguns casos, a estrutura modalizadora parece atuar sobre as duas instâncias com uma intensidade aproximada, mostrando que pode haver aí um caso limítrofe, um “meio-termo” entre as duas categorias propostas. Esses casos serão discutidos no capítulo seguinte. Por hora, estabelece-se que, por uma questão de organização metodológica e também pelo fato de os casos dessa natureza

representarem a minoria das ocorrências, eles serão classificados em um dos dois grupos. Numa pesquisa futura, poderão ser explorados mais criteriosamente e, talvez, reclassificados.

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS RECORTES

Para uma análise mais ampla e completa da modalização veiculada pelo PEA, seria necessário considerar todo o contexto de produção, como a instituição social onde se dá a interação, o papel social dos interlocutores, o momento de produção do texto e os objetivos que o produtor do texto quer atingir com relação ao destinatário. Seria necessário, até, recuperar outros textos com os quais os artigos de opinião selecionados dialogam.

Tome-se como ilustração o Texto 1 (Anexo 1), em que são retomados, inclusive com citações diretas, vários outros textos: o noticiário político de um determinado período; a fala do professor Venício de Lima; um editorial, duas reportagens, um artigo e notas publicadas no jornal O Globo; uma palestra de uma ex-jornalista desse jornal; uma entrevista publicada no Observatório da Imprensa. Além disso, faz-se alusão a outros textos, como reportagens publicadas na revista Veja e outros artigos de opinião publicados no jornal O Globo, além de serem citados blogs e sites da Internet, a mídia paranaense e algumas emissoras não nomeadas.

Além dessa relação com textos anteriores, que permitiria analisar de forma mais cuidadosa a situação de produção do texto em questão, os comentários sobre o artigo de opinião feitos por leitores dariam margem à análise de como a interação verbal entre os interlocutores se concretiza. A relação entre os diferentes discursos que constituem o texto e a observação dos sujeitos que se confrontam nesse espaço interlocutivo é significativa na análise

da modalização porque, conforme aponta Cunha (2005, p. 166), “é por meio das formas marcadas e não marcadas de dialogismos que percebemos a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual, o grau de distância ou de adesão aos discursos dos enunciadores citados ou mencionados, e os lugares ocupados por eles”.

No entanto, a complexidade que subjaz ao trabalho com o texto e à consideração do contexto de produção de uma forma mais ampla, aliada ao tempo limitado de pesquisa imposto em curso de Mestrado, fez com que a análise se limitasse à observação da modalização lingüística considerando os limites do período recortado, assumindo-se os riscos que se corre quando a análise de uma estrutura lingüística se limita a um fragmento textual.

O recorte abaixo, tomado do conjunto do corpus (Texto 5, Anexo 1) ilustra a fragilidade de uma análise da modalização focada em um pequeno excerto textual, com atenção especial a uma estratégia lingüística:

[d] Com isso, é sempre difícil avaliar com segurança – sobretudo para os não iniciados no mundo das finanças, como o signatário – qual o peso relativo dos investimentos de diferentes setores da atividade econômica no conjunto dos recursos que são destinados à grande mídia privada.

Nesse caso, não apenas a expressão em destaque, mas o recorte todo parece ser um elemento macromodalizador, relacionado aos outros enunciados anteriores e posto em cena para justificar o questionamento apresentado no título (Comunicação democrática: Quem financia a mídia privada?). A expressão com isso mostra que o produtor ancora as afirmações e apresentar-se ao interlocutor como alguém que tem conhecimento sobre o assunto tratado, sendo, portanto, digno de credibilidade. A oração parentética mostra um cuidado em focar melhor o contexto sobre o qual recai a avaliação expressa. Nesse sentido, não é apenas o PEA que contribui para que o produtor vá modalizando o seu discurso de forma a adequá-lo aos seus intentos.

Porém, embora a pesquisa proposta não se atenha a um estudo do texto como um todo, por vezes, faz-se necessário recorrer a ele para melhor entender a atuação da modalização veiculada pelo PEA.

Como ilustração, observe-se o recorte abaixo, retirado do conjunto do corpus:

[e] Ora, é claro que cabe, uma vez que o Estado existe para todos os cidadãos. Neste caso, uma análise considerando-se apenas o limite do período selecionado impossibilita até mesmo que se entenda do que trata o conteúdo proposicional, já que há uma elipse que suprime o objeto do verbo “caber”. Além disso, a análise do recorte não dá conta de explicar, por exemplo, se a modalização referencia uma refutação ou uma concordância com enunciados apresentados anteriormente no texto, o que revela a fragilidade de se analisar recortes descontextualizados. E mesmo que se considere todo o contexto lingüístico, por mais amplo que ele seja, minimiza-se as possibilidades de análise das relações intersubjetivas, conforme aponta Neves (2006), em particular a modulação das funções ilocutórias. Assim, embora a análise proposta não abarque o texto, em alguns momentos considera-se o co-texto.

Mesmo no interior do período, verificou-se a necessidade de se considerarem os elementos que estão ao entorno da estrutura modalizadora, já que não é possível definir o papel do PEA quando deslocado do contexto em que aparece. No fragmento abaixo, por exemplo, só é possível compreender se o adjetivo posto em cena veicula uma opinião subjetiva do produtor do texto ou expressa uma simples constatação se for observado o que vem expresso no conteúdo modalizado:

[f] É raro um governante escolhido para um segundo mandato ser forçado, em menos de 24 horas, a um lance defensivo, para dar explicações à opinião pública.

Já no recorte abaixo, só é possível dizer que a estrutura modalizadora veicula um sentido deôntico se considerados tanto os elementos que a antecedem quanto os que a sucedem, no limite do recorte:

[g] Seja qual for o resultado das eleições presidenciais, é bom que os brasileiros releiam o livro *E o vento levou*, de Margareth Mitchell.

Há que se considerar, ainda, que a oração dada no início do enunciado tem um valor discursivo importante para a modalização veiculada pelo PEA, já que é usada pelo produtor para contextualizar sua fala, estabelecendo os limites (ou a falta deles) dentro dos quais a avaliação expressa por meio da estrutura modalizadora deve ser entendida.

Assim, apesar de o PEA ser o centro de atenção da pesquisa aqui relatada, a observação de que o tom modalizador dessa estrutura tem relação direta com o conteúdo modalizado e com outros elementos ladeadores fez surgir a necessidade de se entender esses elementos para melhor compreender o funcionamento da expressão em foco.

Tem-se, então, como foco de análise a expressão modalizadora, por vezes também referenciada como estrutura modalizadora, que refere-se ao par “é + adjetivo” – considerando-se também os elementos acoplados a ele, como alguns advérbios e a conjunção *nem*, conforme explicitado na seção 3.2. O PEA está diretamente ligado ao conteúdo modalizado, que diz respeito à porção textual que está sintaticamente atrelada a ela e sobre a qual ela incide. Observe-se o fragmento a seguir:

[h] É triste constatar que a democracia não está resolvendo os problemas que prometeu resolver.

A opção por limitar a observação dos movimentos de modalização ao PEA faz com que, no caso do fragmento acima, seja tomado como conteúdo modalizado toda a porção

textual que segue à expressão modalizadora. Essa perspectiva de análise destoa de alguns estudos que abordam a modalização lingüística. Koch (2002), por exemplo, analisando a modalização sob o ponto de vista sintático, observa a existência de orações modalizadoras, como as dadas abaixo, citadas pela autora (p. 136-137):

[Eu ordeno que] você saia daqui.

[É certo que] Jorge virá.

[As autoridades financeiras afirmam que] a nossa política econômica é adequada.

Conforme a autora, uma análise sintática tradicional apontaria as primeiras orações (sinalizadas com colchetes) como principais em relação às segundas orações, classificadas como subordinadas. Mas, para a lingüista, é na segunda oração que se encontra o conteúdo proposicional propriamente dito, servindo a primeira oração apenas para modalizá-lo. Assim, para Koch (2002, p. 139), as orações que iniciam o período como as apresentadas acima são “expressões modalizadoras, que constituem um modo de significar diferente daquele sob o qual é veiculado o conteúdo proposicional”. Ou, em outras palavras, enquanto o conteúdo proposicional

contém a informação propriamente dita, aquilo que é dito, as expressões aqui analisadas indicam o modo como aquilo que se diz é dito, pertencendo, pois, ao universo da mostraçã, da representação (no sentido teatral do termo) e não ao universo de referência. (KOCH, 2002, p. 139, grifos da autora).

Uma análise nesses termos resultaria na seguinte classificação do recorte [h]:

Expressão modalizadora	Conteúdo proposicional
É triste constatar que	a democracia não está resolvendo
problemas que prometeu resolver.	

os

No entanto, a opção por limitar a análise da modalização ao PEA, não considerando o teor modalizador de toda a oração, fez com que, nesta pesquisa, o conteúdo proposicional fosse ampliado:

Expressão modalizadora Conteúdo proposicional

É triste constatar que a democracia
resolvendo os problemas que
resolver.
não está
prometeu

Nessa perspectiva, o que “é dito”, o que está no universo de referência, é que se constata que a democracia não está resolvendo os problemas que prometeu resolver, e a esse dito é acrescentada uma avaliação, o modo como o conteúdo proposicional é apresentado ao interlocutor. Assim, no conteúdo modalizado, a “constatação” é posta em primeiro plano, e apresenta-se o fato de a democracia não estar resolvendo os problemas que prometeu resolver como um conhecimento já partilhado entre os interlocutores.

Vale observar que, embora os autores consultados referenciem como conteúdo proposicional o que aqui é chamado de conteúdo modalizado, neste trabalho, essa denominação será evitada porque, conforme já se apontou no primeiro capítulo, há contextos em que a estrutura modalizadora faz parte do conteúdo proposicional, de forma que não é possível, nesses casos, separar o conteúdo proposicional da expressão modalizadora.

Além da estrutura modalizadora e do conteúdo modalizado, observou-se, na maior parte dos recortes que constituem o corpus, que a estrutura “é + adjetivo” conta com certos elementos ladeadores que asseguram todo o processo de inserção da opinião do produtor do texto ou, ainda, de interação com o leitor. Praticamente, há elementos que se tornam básicos no interior do recorte para a análise da estrutura em foco. Observem-se os fragmentos abaixo, que fazem parte do corpus:

[i] É falso, portanto, acreditar que o jornalismo, sobretudo o jornalismo político, possa ser julgado somente por critérios técnicos internos à profissão.

[j] Como esses percentuais se referem a médias gerais, é impossível a avaliação comparativa dos investimentos nos principais grupos de mídia do país.

Em [i], observa-se o uso do portanto como um elemento que faz uma espécie de retomada do que está marcado linguisticamente no co-texto, estabelecendo uma relação de conclusão e mesmo de justificativa da avaliação expressa por meio do PEA. No conjunto do corpus, observa-se a recorrência de palavras e expressões que, como portanto, assumem a função de estabelecer relações no texto e de orientar argumentativamente (daí o conceito de operadores argumentativos, conforme KOCH, 2002), dentre as quais citam-se no entanto, mas, assim, com isso. Geralmente, esses elementos aparecem ladeando a expressão modalizadora (à sua direita ou esquerda).

Já as porções textuais como a que está em destaque no recorte [j] exprimem circunstâncias de tempo, modo, lugar etc. ou indicam finalidade (ex.: E para que isso aconteça...), condicionalidade (ex.: Se existem o alto e o baixo clero no Congresso...), ressalva (Pode parecer banal...), dentre outros tipos de relações sintático-semânticas. Geralmente, elas são apresentadas no início do período, e servem para que o produtor do texto contextualize sua fala com relação ao que expressa no conjunto expressão modalizadora + conteúdo modalizado e mesmo para justificar a avaliação que põe em cena no PEA.

Esses elementos ladeadores não podem deixar de ser considerados, pois recebem a atuação da expressão modalizadora ou, em alguns casos, são responsáveis por dar ao par “é + adjetivo” o tom modalizador observado. Em [i], por exemplo, o elemento em destaque faz remissão a outro enunciado e garante a progressão argumentativa, servindo como âncora para

o que é expresso na estrutura modalizadora, balizando-a. Em [j], é possível identificar condições de argumentação voltadas especificamente para a inserção de informações que servem para sustentar o que se assevera na expressão modalizadora.

Em alguns casos, o próprio ladeador se apresenta como um elemento modalizador. Observe-se, por exemplo, o fragmento a seguir:

[k] Com um mínimo de boa vontade, no entanto, é possível compreender que pessoas civilizadas não utilizam a mídia para atacar a liberdade de imprensa, mas evocam a liberdade de imprensa para criticar a mídia, num ato cidadão de fiscalização dos poderes.

Com a expressão que aparece no início do enunciado, o produtor do texto expõe a atitude que toma com relação ao que é expresso no restante do enunciado, ao mesmo tempo em que faz uma espécie de reprimenda ao “dizer” que a pessoa incapaz de compreender o que é aí exposto age com “má vontade”. Contudo, a forma como o produtor externaliza essa opinião revela cuidado em não parecer grosseiro, já que visa, em última análise, a alinhar o interlocutor às idéias expressas no texto.

Também quando assume a função de restringir o universo em que a interpretação deve ser efetivada, esse elemento ladeador retrata um recurso modalizador, conforme se observa no recorte abaixo:

[l] Se fosse no primeiro turno, é claro que acusariam a publicação do grupo Globo de tentar favorecer a turma de Fernando Gabeira (como Veja o fez, no Rio)

A expressão em destaque nesse enunciado visa a explicar o contexto do qual brota a afirmação. O tom modalizador é observado na medida em que o produtor do texto, ao apresentar ao interlocutor qual é o escopo da avaliação expressa, reserva-se o direito de não se comprometer com uma leitura fora do contexto delimitado.

As expressões como a que está em destaque no recorte [l], responsáveis por estabelecer relações de sentido entre elementos no interior do próprio texto, serão denominadas, nesta pesquisa, de contextualizadores endofóricos. As estruturas que servem

para contextualizar o leitor e indicam tempo, modo, lugar, finalidade, condicionalidade, ressalva, dentre outros tipos de relações sintático-semânticas, e que não fazem parte do conjunto expressão modalizadora + conteúdo modalizado – como ilustrado em [j] –, serão denominadas contextualizadores exofóricos⁴⁵.

Outro elemento presente em alguns recortes, embora em proporção bem menor do que os contextualizadores, refere-se às expansões à direita do conteúdo modalizado. Tais encadeamentos podem se dar a partir das informações constantes no conteúdo modalizado ou na expressão modalizadora, ou em ambos. Observem-se os recortes abaixo:

[m] Portanto, é preciso que venha para a pauta do dia o projeto de democratização dos meios, pois isso é um desejo histórico do povo brasileiro.

[n] É importante lembrar que, no Ocidente, algumas pessoas (sobretudo autoridades religiosas de diferentes confissões) demonstraram repúdio à condenação, mas aproveitaram a oportunidade para criticar uma liberdade de opinião que não conhece limites: assim, criticaram o escritor – e também a liberdade de opinião.

[o] É preciso vencer o medo de desvelar a caixa-preta do jornalismo político, sob pena de não construirmos, efetivamente, uma sociedade democrática.

No fragmento [m], o encadeamento apresentado considera tanto a necessidade externada por meio da expressão modalizadora é preciso, justificando-a, quanto o que é apresentado no conteúdo proposicional, que é retomado pelo termo isso. Já em [n], o encadeamento se dá a partir do que é posto no conteúdo modalizado e, em [o], a expansão é apresentada como justificativa da avaliação expressa (= necessidade).

⁴⁵ Os estudos tomados como base para a descrição dos ladeadores apresentam uma definição mais específica

desses elementos. Sella (2004) e Sella e Roman (2004) entendem que o predicado nominal referencia uma

espécie de asseveração que acomoda dados/argumentos que possam sustentar o ponto de vista defendido,

conforme já apontado no primeiro capítulo. Partindo dessa idéia, Busse (2004) analisa o relacionamento do

predicado nominal no interior do parágrafo, considerando-se que sua função principal é a ser o núcleo de uma

orientação argumentativa, e identifica oito diferentes ladeadores: Expositivo (sujeito), Remissivo, Explicativo,

Opinativo, Explicativo, Ressalva, Modalizador, Finalidade. Neste trabalho, no entanto, optou-se pelos termos

mais gerais “contextualizador endofórico”, “contextualizador exofórico” e “encadeamento” porque não interessa

à pesquisa aqui descrita a análise detalhada desses elementos, que são considerados apenas pela influência que

exercem sobre o tom modalizador da estrutura em foco.

Como os contextualizadores, o encadeamento também pode, conforme aponta Galembeck (2005, p. 282), “fornecer pistas de contextualização que venham a situar os assuntos tratados no universo cognitivo-conceitual dos interlocutores”. Segundo o autor, essas expansões exercem um papel argumentativo nítido na medida em que contribuem para a construção de uma imagem positiva do produtor do texto, ao mesmo tempo em que assumem um papel interacional, uma vez que colaboram para a criação de um contexto comum, partilhado entre os interlocutores. Assim, em concordância com esse autor, pode-se dizer que, ao embasar suas afirmações em dados concretos, que se tornam mutuamente acessíveis, o produtor do texto busca ser reconhecido como alguém que domina o assunto em pauta e não faz afirmações sem fundamento.

Embora não seja foco do estudo proposto, a análise desses elementos ladeadores será considerada subsidiária para a compreensão da modalização veiculada pelo par “é + adjetivo”.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RECORTES TEXTUAIS

As análises aqui presentes retratam uma tentativa de verificar a aplicação das hipóteses, levantadas no terceiro capítulo, de que os processos de modalização estabelecidos pelo par “é + adjetivo” retratam o relacionamento do produtor com o seu enunciado, por um lado, e com o interlocutor, por outro. Conforme exposto na introdução, o termo produtor do texto (ou apenas produtor) referencia um planejador que recorre a uma série de estratégias textuais para atualizar determinadas intenções e interagir com o leitor (também denominado, neste trabalho, de interlocutor). Este, a partir do modo como o texto se encontra linguisticamente construído e considerando o contexto relevante à interpretação – como o gênero textual escolhido, por exemplo –, procede à construção dos sentidos (cf. KOCH, 2003).

Neste capítulo, os recortes são tomados individualmente, e a análise se efetiva a partir da proposta dos grupos Modalização orientada para o conteúdo modalizado e Modalização orientada para o interlocutor. As ocorrências alocadas no segundo grupo são apresentadas nos subgrupos Modalização Epistêmico-Interlocutiva e Modalização Deontico-Interlocutiva, conforme especificado no capítulo anterior.

Antes da exposição das análises, são apresentadas as tabelas que contêm os recortes alocados em cada grupo. Como anunciado anteriormente, os fragmentos textuais sob análise abarcam uma porção textual com a extensão de um período. Essa porção, em alguns casos, limita-se ao par estrutura modalizadora + conteúdo modalizado, e, em outros, apresenta elementos lingüísticos que fogem ao escopo desses dois componentes.

Os elementos que compõem o recorte são explicitados nas tabelas, para melhor visualização no momento da análise, e identificados com as seguintes marcas gráficas:

- Conteúdo modalizado – normal
- Expressão modalizadora – negrito
- Contextualizador exofórico – itálico
- Contextualizador endofórico – itálico e sublinhado
- Encadeamento – sublinhado

Na terceira coluna da tabela, indica-se o texto do qual foi extraído o recorte textual conforme Anexo 1. Os textos (em anexo) não são reproduzidos na íntegra, pois considerou-se necessário apresentar apenas a parte do texto (considerando-se as divisões por intertítulos) que engloba o enunciado recortado⁴⁶.

4.1 MODALIZAÇÃO ORIENTADA PARA O CONTEÚDO MODALIZADO

Conforme explicitado anteriormente, a característica que demarca a afinidade entre os recortes apresentados na tabela abaixo corresponde à instância de atuação da expressão modalizadora. Embora indiretamente o produtor do texto pretenda agir sobre o interlocutor – uma vez que o artigo de opinião é um gênero em que se apresenta e se defende uma certa tese, para a qual o produtor pretende angariar a concordância do leitor –, uma análise mais local revela que, nos recortes pertencentes a esse grupo, a modalização atua mais diretamente sobre

⁴⁶ Apenas o Texto 1 é reproduzido na íntegra, já que, no capítulo anterior, faz-se referência ao texto como um todo.

o conteúdo modalizado, demarcando a posição do produtor do texto com relação à mensagem aí expressa.

TABELA 1 – Modalização orientada para o conteúdo modalizado

Porções textuais Identificação Texto

1. Baixado o teor de predisposição ideológica, ainda forte entre nós, jornalistas, é justo e sensato afirmar que a Globo sofreu críticas exageradas.

Contextualizador

exofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(8)

2. Na primeira parte, é nobre o desígnio do artigo apresentado pelo autor: pedir que os debates ocorram de forma educada, ponderada, sem injúrias pessoais.

Contextualizador

endofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(4)

3. Rusdhié assinala que nunca foi muçulmano, mas, pelo contrário, sempre viveu uma vida de homem laico, pluralista e eclético; portanto é incogruente tratá-lo como apóstata.

Contextualizador

exofórico+

contextualizador

endofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(4)

4. É falso, portanto, acreditar que o jornalismo, sobretudo o jornalismo político, possa ser julgado somente por critérios técnicos internos à profissão.

Expressão modalizadora

+ contextualizador

endofórico + conteúdo

modalizado

(24)

5. No entanto, nem é adequado usar o termo "reação", como se fossem respostas legítimas (ainda que inadequadas quanto ao tom excessivo) aos equívocos de opinião, esses, sim, as ações que teriam provocado as reações.

Contextualizador

endofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado +

encadeamento

(4)

6. Nem é razoável que se acredite que todas as vozes da sociedade tenham lugar na grande imprensa, nem que a verdade, cujo estatuto é tão questionado nas epistemologias modernas, seja uma atribuição possível da imprensa.

Expressão modalizadora

+ conteúdo modalizado

(13)

7. Não é casual que várias vezes o artigo de Guimarães posterga o desenvolvimento da primeira parte para assinalar os "equivocos" de Malin, e só no final ele indica suas respostas rápidas àqueles equivocos.

Expressão modalizado ra

+ conteúdo modalizado

(4)

8. Também é coisa feia, provinciana e não-profissional a postura arrogante de fingir que não existiram os debates Lula vs. Alckmin nas concorrentes Bandeirantes, SBT e Record. a postura arrogante de fingir que não existiram os debates Lula vs. Alckmin nas concorrentes Bandeirantes, SBT e Record.

Contextualizador

endofórico + expressão

modalizado ra + conteúdo

modalizado

(08)

9. Não é possível a saudável mistura, o meio termo. Expressão modalizadora + conteúdo modalizado (09)

10. Não é preciso ir muito longe na pesquisa do material empírico (reportagens e editoriais) para chegar a tal conclusão.

Expressão modalizadora

+ conteúdo modalizado (3)

11. E para que isso aconteça não é necessária -Contextualizador embora possa existir – uma determinação de ordem exofórico + expressão superior para que os jornalistas cumpram. modalizadora +

contextualizador exofórico

+ conteúdo modalizado

(24)

12. Agora, é incrível que um executivo da TV Globo diga publicamente que se trata de "ofensa gravíssima" alguém supor que sua empresa possa perder "de vista os compromissos éticos e os trocou por objetivos políticos subalternos".

Contextualizador

endofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(17)

13. É lamentável que uma destas revistas esteja envolvida no esquema do “dossiê”, exacerbando assim a mediocridade que vem assolando o meio.

Expressão modalizadora

+ conteúdo modalizado +

encadeamento

(19)

14. É triste constatar que a democracia não está resolvendo os problemas que prometeu resolver.

Expressão modalizadora

+ conteúdo modalizado

(21)

15. É curioso um cacoete corriqueiro da (concentrada) mídia brasileira: toda vez que ela é questionada sobre o fato de estar fazendo o seu trabalho direito, seus porta-vozes chamam com o

mesmo argumento, de que a liberdade de imprensa está ameaçada.

Expressão modalizadora
+ conteúdo modalizado

(7)

16. Com isso, é sempre difícil avaliar com segurança Contextualizador -sobretudo para os não iniciados no mundo das endofórico + expressão
finanças, como o signatário -qual o peso relativo dos investimentos de diferentes setores da atividade

modalizadora + conteúdo

modalizado (5)

econômica no conjunto dos recursos que são destinados à grande mídia privada.

17. Como o mundo gira, é natural que o primeiro volte a ocupar esse lugar mais cedo ou mais tarde.

Contextualizador

exofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(2)

18. É raro um governante escolhido para um segundo Expressão modalizadora (15)

mandato ser forçado, em menos de 24 horas, a um lance defensivo, para dar explicações à opinião pública.

lance defensivo, para dar explicações à opinião pública.

+ conteúdo modalizado

19. Não é possível, naturalmente, ignorar a intensa polêmica que cercou a divulgação do escândalo do suposto dossiê que um grupo de petistas, com ramificações até mesmo na campanha pró-reeleição de Lula, tentou adquirir com dinheiro suspeitíssimo para enlamear os tucanos.

Expressão modalizadora

+ contextualizador

exofórico + conteúdo

modalizado (8)

20. Como esses percentuais se referem a médias gerais, é impossível a avaliação comparativa dos investimentos nos principais grupos de mídia do país.

Contextualizador

exofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(5)

21. Tratados como segredo comercial, é Contextualizador exofórico praticamente impossível obter informações relativas + expressão a faturamento, fonte e distribuição por veículo de modalizadora + conteúdo (5) investimentos publicitários, empréstimos, dívidas ou modalizado lucros dos grandes grupos de mídia.

22. Com um mínimo de boa vontade, no entanto, é Contextualizador possível compreender que pessoas civilizadas não exofórico+

utilizam a mídia para atacar a liberdade de imprensa,

mas evocam a liberdade de imprensa para criticar a

contextualizador

endofórico + expressão (13)

mídia, num ato cidadão de fiscalização dos poderes. modalizadora + conteúdo

modalizado

23. É bem provável que matérias de conteúdo semelhante tenham sido produzidas aos montes.

Expressão modalizadora

+ conteúdo modalizado (22)

24. É muito provável que a resposta seja afirmativa. Expressão modalizadora

+ conteúdo modalizado

(3)

As constantes análises dos recortes, observando-se a estrutura modalizadora e seu entorno, resultaram na constatação de algumas características que permitem reagrupar os recortes associados a esse grupo. A primeira observação que se faz diz respeito ao engajamento do produtor com o conteúdo da mensagem: enquanto nos recortes (1) a (20) as asseverações retratam a ocorrência da modalização do eixo da necessidade epistêmica, os recortes (21) a (24) atualizam a noção da possibilidade epistêmica. No primeiro caso, o

produtor apresenta, por meio da expressão modalizadora, avaliações postas como “certas”,

“indubitáveis”, com as quais se compromete. No segundo, as expressões modalizadoras retratam um produtor que quer se precaver da responsabilidade total pelo que afirma, o que o faz recorrer a expressões quase-asseverativas, para usar o termo proposto por Castilho e Castilho (1992).

Com relação aos fragmentos (1) a (20), é possível, ainda, observar que o teor do adjetivo envolvido na expressão modalizadora, o conteúdo modalizado ou os outros elementos ladeadores (ou todos esses fatores ao mesmo tempo) levam à interpretação de que o par “é + adjetivo” atualiza uma asseveração que, em alguns casos, expressa uma avaliação subjetiva do produtor, ainda que camuflada pela “unipessoalização” (cf. NEVES, 1996), e, em outros, apresenta um produtor que quer fazer parecer que a avaliação expressa retrata mais uma simples constatação de uma certa realidade, dada à observação de todos, do que uma avaliação pessoal. No primeiro caso, encaixam-se os fragmentos (1) a (15) e, no segundo, os recortes (16) a (20).

Porém, em ambos os casos, o produtor se preocupa com ancorar, justificar a afirmação expressa por meio do par “é + adjetivo” ou, então, delimitar o escopo da afirmação. Para tanto, recorre, principalmente, aos contextualizadores, que ambientam a asseveração veiculada pela expressão modalizadora. Em (1), o PEA está atrelado ao contextualizador exofórico apresentado no início do enunciado, o qual aponta o contexto que propicia o surgimento do juízo de valor expresso por meio da estrutura modalizadora. Além disso, ao explicitar seu campo de atuação/formação (jornalista), o produtor procura se valer de uma voz autorizada a fazer certas constatações com relação ao universo do jornalismo, tentando torná-las mais confiáveis e, assim, angariar a concordância do leitor. Este, dado a característica do jornal de onde foi retirado o texto que comporta esse recorte, pode ser também um jornalista, que é acolhido no enunciado por meio do pronome pessoal nós. Nesse sentido, o interlocutor é

envolvido na argumentação instaurada e chamado a concordar com a avaliação que recai sobre o conteúdo modalizado.

Em (2), a expressão modalizadora também se apresenta atrelada a um contextualizador. Nesse caso, porém, trata-se de um contextualizador endofórico, já que ele é responsável por retomar o sintagma nominal cada uma das duas partes do artigo de Guimarães, dado no co-texto. Além de fazer a retomada textual, esse elemento serve para delimitar o campo de atuação da avaliação expressa no PEA. Esse dado é importante porque, ultrapassando-se os limites do recorte dado, constata-se que a argumentação global do texto se orienta no sentido de criticar o referido artigo. Assim, o contextualizador deixa explícito que a interpretação da avaliação expressa deve ter como escopo apenas parte do texto debatido. Nesse sentido, por meio da expressão modalizadora, além de apresentar a sua opinião pessoal,

o produtor do texto parece tentar ganhar a simpatia do leitor, uma vez que se mostra capaz de reconhecer os pontos positivos mesmo em um texto do qual discorda em termos gerais. Também essa é uma estratégia válida para alinhar o leitor ao ponto de vista defendido. No interior do conteúdo modalizado, observa-se que o produtor teve a preocupação de explicitar ao leitor as intenções presentes no texto debatido. Com isso, garante-se que o interlocutor se inteire do assunto tratado e, por outro lado, ancora-se a avaliação expressa, já que são enfatizadas certas atitudes positivas tomadas pelo autor do citado texto, que são desejáveis a todos os cidadãos.

No recorte (3), o contextualizador exofórico é introduzido no enunciado para justificar a posição tomada. Observa-se que só depois da apresentação desses dados é que se lança mão da avaliação, que é apresentada como sendo a única conclusão possível se consideradas as observações feitas no início do período. Assim, o enunciado se reveste de razoabilidade, aumentando as possibilidades da mensagem aí expressa ser aceita pelo interlocutor.

Os fragmentos (4) e (5) também apresentam contextualizadores endofóricos responsáveis por estabelecer relação com o co-texto. Enquanto no recorte (5) o contextualizador deixa entrever que a avaliação expressa por meio da estrutura modalizadora comporta uma contra-argumentação, no recorte (4), a relação estabelecida é de conclusão. Nesse caso, o contextualizador revela que há, no co-texto, argumentos que sustentam o ponto de vista apresentado por meio da expressão modalizadora, o que revela um cuidado do produtor em não fazer afirmações sem fundamento, especialmente porque se está contradizendo outros textos.

Em (5), a avaliação expressa pelo PEA é justificada pelo conteúdo do encadeamento, que define a posição assumida pelo produtor com relação ao assunto abordado. Observa-se, nesse recorte, que o produtor usa aspas para demarcar o termo pelo qual não só não se responsabiliza como toma como alvo da crítica instaurada no enunciado. Conforme Koch (1997), o uso de aspas retrata uma estratégia usada pelo produtor para manter distância do que diz, colocando-o “na boca” de outros.

Uma análise comparativa entre os enunciados (4), (5) e (6) leva à observação de que o conteúdo que é escopo da modalização recebe ainda outra marca modalizadora: o uso do modo subjuntivo. Essa estratégia contribui para marcar a não-responsabilidade do produtor sobre o que é exposto no conteúdo modalizado, além de reforçar a refutação demarcada na expressão modalizadora. Em (4), há ainda a presença de um verbo modal (poder), que apóia a avaliação expressa ao estabelecer não um fato, mas uma possibilidade, que é negada no enunciado como um todo.

Em (5) e (6), o uso da conjunção nem parece atenuar a força do PEA. Já em (7), observa-se que o uso do advérbio de negação demarca uma avaliação mais firme, contundente. Ainda com relação a esse recorte, observa-se que o uso de aspas assume a mesma função que em (5).

O fragmento (8) difere dos anteriores por apresentar uma seqüência de adjetivos na expressão modalizadora. Estes refletem uma postura crítica, revelando a reprovação do produtor do texto com relação à atitude de certos profissionais do jornalismo⁴⁷. Os adjetivos são apresentados numa certa ordem do traço⁴⁸ [+ subjetivo] para o [- subjetivo]. Ou seja, a definição do que é feio depende muito mais da interpretação pessoal do produtor do texto (e de inferências por parte do leitor, por outro lado) do que a definição do que é ser provinciano, sendo não-profissional a característica que mais objetivamente pode ser descrita, já que existem certos códigos (de ética, por exemplo) que delimitam as atitudes esperadas de um profissional.

A intenção de criticar, e até de ridicularizar, a imagem dos referidos profissionais é revelada no uso da expressão modalizadora como um todo, e mesmo no contextualizador endofórico também, que deixa entrever que outras críticas foram tecidas no co-texto. Mas esse intento fica mais evidente na expressão é coisa feia, que carrega um tom sarcástico e é característica da linguagem oral, comumente usada para denotar reprovação em situações mais informais de interação. Essa estratégia evidencia, além da crítica aos colegas de profissão, uma tentativa do produtor de estabelecer uma aproximação mais efetiva com o leitor ao assumir uma postura mais relaxada com relação ao uso da linguagem, conforme aponta Andrade (2003).

Ainda com relação ao fragmento (8), observa-se que a avaliação não se limita à expressão modalizadora, mas também está demarcada no conteúdo modalizado, principalmente por meio dos termos “fingir” e “arrogante”. Como o produtor toma o que expõe no conteúdo modalizado como se já fosse aceito pela comunidade lingüística e a avaliação anunciada no PEA está em relevo nesse enunciado, a apreciação externada no conteúdo modalizado acaba ficando em segundo plano e talvez até passe despercebida por

47 Esse referente é recuperado recorrendo-se ao co-texto.

48 Os traços semânticos são os componentes do significado (cf. KOCH, 1997, p. 11).

leitores menos atentos. No entanto, se a informação posta no conteúdo modalizado for questionada, a validade da expressão modalizadora é abalada.

Com relação ao fragmento (9), vale fazer uma comparação com casos em que não há a incidência da negação sobre o adjetivo possível, como é o caso do fragmento (22). Enquanto em (9) o produtor se engaja totalmente com seu enunciado ao expor uma avaliação sobre a possibilidade de ocorrência do que aí é expresso, em (22), o que ele pretende não é fazer essa avaliação, mas realizar uma “asserção fraca”, “atenuada”, conforme aponta Koch (2002, p. 138). Segundo a autora, essa estratégia permite que o produtor se exima, se questionado, da responsabilidade pelo que foi dito.

Observa-se, nesse caso, que a partícula negativa im-(impossível) – como também ocorre com o advérbio de negação (não é possível) – modifica o teor modalizador estabelecido. Pode-se dizer que ocorre, nesse caso, um deslize no continuum da modalização epistêmica: quando não acompanhado da negação, o PEA (é possível) enquadra-se na subclasse quase-asseverativa, uma vez que o produtor do texto mantém uma certa distância do conteúdo expresso; já as expressões é impossível e não é possível enquadram-se na categoria asseverativa, já que o produtor se apresenta como responsável pelo que diz e se engaja com o conteúdo da mensagem.

Com relação aos fragmentos (10) e (11), a incidência da negação sobre a expressão modalizadora faz com que ela deixe de atualizar a noção deôntica, para firmar uma avaliação do produtor sobre o que se expõem no conteúdo modalizado, conforme já se apontou anteriormente. Em (10), observa-se um cuidado especial do produtor em explicitar quais seriam os materiais empíricos, de forma a criar um contexto comum entre os interlocutores, contribuindo, assim, para que a posição assumida no enunciado seja também compartilhada. Em (11), a oração concessiva também contribui para isso na medida em que o produtor revela uma preocupação em não ser categórico, ao mesmo tempo em que se previne de contra

argumentações. No entanto, é preciso observar que o conteúdo da oração em questão é apresentado apenas como uma possibilidade, permitindo ao produtor eximir-se, se questionado, da responsabilidade pelo que foi dito.

Os fragmentos (12) a (15) parecem retratar um caso limítrofe com relação à instância de atuação da modalização. As expressões envolvidas nessas quatro ocorrências, ao mesmo tempo em que atuam sobre o conteúdo modalizado, revelam um apelo mais forte à interlocução do que se observa nos outros recortes que foram alocados no grupo Modalização orientada para o conteúdo modalizado. Essa constatação, como já se observou anteriormente, leva à necessidade de uma observação mais criteriosa de ocorrências como essas, que parecem estar no limite entre as duas instâncias de atuação da estrutura modalizadora.

Diferente dos outros casos analisados acima, os adjetivos envolvidos nesses recortes retratam a atitude ou estado psicológico do produtor, ou, nos termos usados por Koch (1997,

p. 50), são “indicadores atitudinais”. Ao revelar seus sentimentos, sensações sobre o fato expresso no conteúdo modalizado, o produtor parece querer despertá-los também em seu interlocutor. É como se o produtor estivesse interpelando o seu leitor, dizendo que, assim como ele (o produtor), deve também assumir a atitude expressa por meio da estrutura modalizadora perante o fato exposto.

Apesar de se observar que as expressões envolvidas nos recortes em questão atuam mais diretamente no espaço interlocutivo do que outras expressões presentes em fragmentos alocados no primeiro grupo, elas também atuam sobre o conteúdo modalizado, deixando marcada uma posição avaliativa assumida pelo produtor do texto com relação ao que é posto no conteúdo modalizado. Essa observação, aliada à constatação de que esses casos são díspares se comparados aos alocados no grupo da Modalização orientada para o interlocutor⁴⁹, levou à alocação dessas ocorrências nesse primeiro grupo (Modalização

⁴⁹ Os fragmentos alocados no segundo grupo retratam casos típicos da necessidade epistêmica ou envolvem a noção deôntica.

voltada para o conteúdo modalizado). No entanto, reforça-se o fato de a modalização retratada nesses fragmentos evidenciar mais a relação interlocutiva do que observa-se nos outros fragmento pertencentes a esse primeiro grupo.

No recorte (12), observa-se uma tentativa de chamar a atenção do leitor sobre o conteúdo da mensagem e, ao mesmo tempo, de revelar uma certa indignação do produtor, que espera que seja compartilhada com o interlocutor, com relação ao que é exposto no conteúdo modalizado. No interior deste, aparece demarcada com aspas a fala pela qual o produtor não só não se responsabiliza como toma como alvo de crítica. Além de isentá-lo de responsabilidades, esse recurso parece ser usado para retomar com fidedignidade, com o mínimo de interferência possível, o discurso ao qual o produtor se opõe. O contextualizador endofórico usado para introduzir o enunciado parece colaborar para estabelecer uma aproximação com o leitor na medida em que retrata o uso de uma linguagem mais relaxada (cf. ANDRADE, 2003) ao colocar em cena um marcador conversacional⁵⁰. O termo agora, além de sinalizar o início e o final de segmentos tópicos (cf. KOCH, 1997), nesse fragmento, demarca a posição do produtor como contrária ao que é dito no co-texto.

No recorte (13), o produtor do texto apresenta ao leitor sua intervenção avaliativa com relação ao conteúdo da mensagem e enreda o leitor no sentimento de indignação presente nesse enunciado. Nesse caso, parece até mesmo que o produtor do texto recorre à expressão modalizadora para permitir que o conteúdo modalizado se inscreva no âmbito do pressuposto e, assim, evitar uma afirmação mais direta do que é aí expresso. Conforme aponta Ducrot (1987, p. 40), “lamentar, como saber, alegrar-se, etc. são verbos ‘factivos’, que pressupõe que sua subordinada seja verdadeira”.

Ainda com relação a esse recorte, observa-se que o encadeamento se dá a partir do que é posto no conteúdo modalizado, e não da avaliação explicitada no PEA, o que deixa entrever

⁵⁰ Conforme Koch (1997, p. 106), os marcadores conversacionais são elementos discursivos (aí, então, depois, agora, veja, né etc.) que fornecem pistas importantes para os interlocutores, visto que “pontuam” o texto.

que a informação expressa no conteúdo modalizado é o ponto para o qual o produtor do texto pretende chamar a atenção do leitor. O mesmo parece ocorrer no fragmento (14), em que o fato citado no conteúdo modalizado é também tomado como “certo”, já aceito pela comunidade lingüística.

Em (15), observa-se que o produtor do texto introduz o enunciado com uma expressão modalizadora, pois pretende despertar a curiosidade no leitor, que, em decorrência, deve se sentir compelido a terminar a leitura do texto para sanar a curiosidade instigada, de preferência concordando com a tese apresentada.

Os fragmentos (16) a (20), conforme já se apontou acima, demarcam a intenção do produtor em fazer parecer que o enunciado retrata mais uma constatação de um fato, dado a observação de todos, do que uma avaliação subjetiva. No fragmento (16), o advérbio sempre corrobora para essa interpretação. Empregando a análise do continuum na modalização epistêmica citada por Neves (1996), pode-se dizer que o uso do advérbio, nesse caso, acaba elevando o grau de certeza expresso. Por outro lado, embora o produtor do texto se responsabilize pelo que diz, o advérbio faz com que essa responsabilidade seja atenuada, uma vez que faz parecer que o juízo expresso retrata mais uma constatação de um fato corriqueiro, posto à observação de todos, do que uma opinião. Com isso, atenua-se a sua adesão e o seu comprometimento com relação ao conteúdo modalizado. Por outro lado, observa-se uma preocupação em ancorar a asseveração feita. O contextualizador endofórico deixa entrever o intento do produtor de construir um ambiente argumentativo favorável ao aparecimento da avaliação presente na expressão modalizadora. A frase parentética, por sua vez, especifica em que contexto a avaliação expressa é melhor empregada, mostrando um cuidado do produtor em garantir que sua posição seja apresentada como coerente.

No fragmento (17), a constatação demarcada na expressão modalizadora é justificada com o contextualizador exofórico, que garante ao enunciado um tom mais constativo. A

avaliação expressa é tomada como resultado da observação da dinâmica das relações sociais, fato que pode ser observado por todos. Em (18), o adjetivo que, em outros contextos, pode se apresentar como portador de uma apreciação subjetiva, nesse caso, observando-se o conteúdo que é escopo da expressão modalizadora, pode-se dizer que ele responde ao intento do produtor de fazer parecer que o PEA retrata uma simples constatação. Ou seja, a avaliação expressa no PEA é apresentada como se o produtor estivesse menos preocupado em demarcar uma posição avaliativa e mais em fazer uma constatação sobre algo dado à observação de todos.

Nos recortes (19) a (21), o PEA retrata a avaliação do produtor sobre a possibilidade de ocorrer o fato expresso no conteúdo modalizado, como ocorre também em (9). Diferem deste, porém, pelo caráter mais constativo que assumem. Em (19), o contextualizador naturalmente, um advérbio modalizador segundo Castilho e Castilho (1992, p. 207), indica que o conteúdo modalizado não retrata uma interpretação subjetiva, mas uma constatação que qualquer um pode fazer a partir da observação de fatos constantemente divulgados na mídia. Com isso, o produtor deixa de se responsabilizar pela avaliação que é expressa no próprio conteúdo modalizado, que conta com sintagmas nominais, adjetivos e verbos bastante comprometedores.

Nos recortes (20) e (21), o contextualizador exime o produtor da responsabilidade pela avaliação expressa por meio da estrutura modalizadora, uma vez que apresenta a causa que resulta na conseqüência exposta no conjunto expressão modalizadora + conteúdo modalizado. Assim, a avaliação deixa de ser subjetiva e passa a ser a única possível no contexto em que aparece.

No entanto, o recorte (20) se diferencia do (21) na medida em que à expressão modalizadora é acrescentado o advérbio praticamente, que minimiza o comprometimento do produtor do texto com relação à avaliação expressa, conforme já se abordou anteriormente. O

uso desse elemento modalizador provoca um deslize no continuum epistêmico que vai do certo (é impossível) para o quase certo (é praticamente impossível). Nos termos de Castilho e Castilho (1992), a expressão é impossível, que sozinha pode ser analisada como um asseverativo, é semanticamente remodelada com a inclusão do advérbio modalizador em questão, passando, então, a ser entendida como uma estrutura modalizadora quaseasseverativa.

Em (22), conforme já se apontou anteriormente, o uso da modalização quase asseverativa revela que o produtor quer fazer uma asserção fraca (cf. KOCH, 2002). Ao atribuir a falta de compreensão de um determinado fato à “má vontade”, o produtor procura garantir a adesão do leitor, que dificilmente assumirá tomar essa postura, à tese defendida. Além disso, parece que o produtor do texto camufla uma avaliação mais categórica, como “quem tem boa vontade, certamente compreende que pessoas civilizadas não utilizam a mídia para atacar a liberdade de imprensa”, para não parecer autoritário. Pode-se dizer que, com o intuito de preservar a face dos interlocutores e conquistar a simpatia do leitor, o produtor acaba abrandando a forma de expor sua opinião.

Os recortes (23) e (24), também relacionados à possibilidade epistêmica, retratam um produtor que prefere manter certa distância do conteúdo modalizado, revelando um grau de engajamento menor do que se observa nos recortes em que o PEA veicula expressões mais avaliativas. Fazendo uma transposição da análise de Castilho e Castilho (1992), pode-se dizer que esses dois casos se enquadram também no grupo dos quase-asseverativos, uma vez que o produtor considera o conteúdo expresso como quase certo, próximo à verdade. Como não afirma enfaticamente, exime-se da responsabilidade sobre a verdade ou falsidade da proposição.

Ainda com relação a esses fragmentos, observa-se que o uso dos advérbios bem (23) e muito (24) faz com que esse “não-comprometimento” seja minimizado, já que, no continuum

do eixo epistêmico citado por Neves (1996), estes casos estão acima do grau do provável, encontrando-se à beira do certo. Em outras palavras, a presença dos advérbios resulta em um comprometimento maior do produtor do que ocorreria se eles não fossem postos em cena. No entanto, o adjetivo provável implica a não-adesão total do produtor e, por conseguinte, uma responsabilidade limitada com relação à verdade ou falsidade da proposição.

Sintetizando as análises apresentadas até o momento, reitera-se a observação de que a característica que demarca a afinidade entre os recortes alocados no grupo Modalização orientada para o conteúdo modalizado diz respeito ao fato de o par modalizador “é + adjetivo” exprimir o ponto de vista (cf. NEVES, 2006), as intenções e atitudes do produtor com respeito à proposição (cf. CASTILHO; CASTILHO, 1992). Nesse sentido, o escopo de atuação mais direta da modalização estabelecida pelo PEA é o próprio conteúdo modalizado.

Apesar desse ponto em comum, observam-se algumas diferenças entre os recortes, que podem ser assim sintetizadas: 1. ora o PEA assinala casos de modalização asseverativa, atualizando a noção de necessidade epistêmica (cf. CASTILHO; CASTILHO, 1992) para expressar uma avaliação como “certa”, “irrefutável” – recortes (1) a (20) –, ora apresenta-se como uma expressão quase-asseverativa, envolvendo a noção de possibilidade epistêmica (cf. CASTILHO; CASTILHO, 1992), que exime o produtor da responsabilidade total com relação ao conteúdo da mensagem expressa no enunciado – (21) a (24); 2. dentre os recortes (1) a (20), nota-se, observando-se o enunciado como um todo, que a avaliação expressa ora corresponde a uma apreciação que tem como origem o próprio produtor, ora assume um caráter mais constativo, como se a “verdade” expressa fosse dada à observação de todos; 3. dentre os recortes que expressam uma avaliação subjetiva do produtor, observa-se que, em alguns casos – (12) a (15) –, o PEA envolve adjetivos que são indicadores atitudinais (cf. KOCH, 1997) e estabelece uma interação mais direta com o interlocutor na medida em que o

produtor parece requerer também do leitor a atitude que assume perante o fato exposto no conteúdo modalizado.

4.2 MODALIZAÇÃO ORIENTADA PARA O INTERLOCUTOR

Conforme já se anunciou anteriormente, observou-se que as estruturas que estabelecem uma interação mais direta entre produtor e leitor podem expressar uma necessidade epistêmica ou uma noção deôntica de necessidade. Essa observação resultou na divisão desse segundo grupo em dois subgrupos: Modalização Epistêmico-Interlocutiva e Deôntico-Interlocutiva, respectivamente, conforme explicitado no capítulo anterior. As análises apresentadas abaixo se pautam na observação, seleção e organização dos recortes a partir dessas duas subdivisões.

4.2.1 Modalização Epistêmico-Interlocutiva

Nos recortes que integram este subgrupo, há casos do PEA prototípicos da expressão da necessidade epistêmica, que situam o enunciado no ponto mais alto do continuum epistêmico citado por Neves (1996). Ou, usando as análises de Castilho e Castilho (1992), trata-se de modalizadores asseverativos, que revelam que o produtor do texto se responsabiliza totalmente pelo conteúdo modalizado.

TABELA 2 – Modalização orientada para o interlocutor: Modalização Epistêmico-Interlocutiva

25. É óbvio que não era isso que a matéria queria dizer.

Expressão modalizadora
+ conteúdo modalizado (16)

26. Ora, é claro que cabe uma vez que o Estado existe para todos os cidadãos.

Contextualizador
endofórico + expressão
modalizadora + conteúdo
modalizado +
encadeamento

(7)

27. É claro que senões sempre ocorrem Expressão modalizadora + conteúdo modalizado (8)

28. Mas é claro que políticos hereges sempre existiram.

Contextualizador
endofórico + expressão
modalizadora + conteúdo
modalizado

(1)

29. É certo que as situações mencionadas acima não são idênticas e não se deve esquecer suas diferenças intrínsecas.

Expressão modalizadora
+ conteúdo modalizado +
encadeamento.

(4)

30. É certo que ambos não pensam assim, certamente reconhecem os méritos um do outro, mas devem ter sido orientados pelos marqueteiros a não externarem isso.

Expressão modalizadora
+ conteúdo modalizado +
encadeamento

(28)

31. Se fosse no primeiro turno, é claro que acusariam a publicação do grupo Globo de tentar favorecer a turma de Fernando Gabeira (como Veja o fez, no Rio)

Contextualizador
exofórico+ expressão
modalizadora + conteúdo
modalizado +
encadeamento

(11)

32. Se existem o alto e o baixo clero no Congresso, é claro que também existem o alto e o baixo clero dos jornalistas políticos.

Contextualizador
exofórico + expressão
modalizadora + conteúdo
modalizado

(18)

33. É evidente que tudo estava armado para que as fotos aparecessem exatamente quando a propaganda eleitoral fosse suspensa, e a mídia reacionária pudesse fazer impunemente a propaganda dos seus candidatos e a difamação dos adversários.

Expressão modalizadora
+ conteúdo modalizado

(25)

34. É inegável, porém, que a partir do surgimento e do crescimento dos mass media ocorreu alguma modificação nesse paradigma: na virada do século 20 para o 21, a comunicação se sobrepôs à política.

Expressão modalizadora
+ Contextualizador
endofórico + conteúdo

modalizado

(20)

Observa-se que, por meio de estruturas modalizadoras como *é certo*, *é óbvio*, *é evidente* e *é inegável*, o produtor do texto se mostra totalmente engajado com o conteúdo da mensagem. A certeza com relação ao que é afirmado, que parece tomar de um conhecimento geral (*general knowledge*, cf. PALMER, 2001), interpela o leitor a aderir à idéia apresentada e a seguir a orientação argumentativa instaurada no texto.

É preciso considerar, como bem lembra Parret (1988), que todo ato de comunicação envolve um fazer argumentativo e um fazer interpretativo, o que quer dizer que a aceitação da suposta verdade afirmada não depende apenas do produtor do texto, mas também do leitor, que pode ou não aceitá-la. No entanto, as análises aqui descritas não pretendem conferir se o ato perlocucionário Observa-se que, por meio de estruturas modalizadoras como *é certo*, *é óbvio*, *é evidente* e *é inegável*, o produtor do texto se mostra totalmente engajado com o conteúdo da mensagem. A certeza com relação ao que é afirmado, que parece tomar de um conhecimento geral (*general knowledge*, cf. PALMER, 2001), interpela o leitor a aderir à idéia apresentada e a seguir a orientação argumentativa instaurada no texto.

É preciso considerar, como bem lembra Parret (1988), que todo ato de comunicação envolve um fazer argumentativo e um fazer interpretativo, o que quer dizer que a aceitação da suposta verdade afirmada não depende apenas do produtor do texto, mas também do leitor, que pode ou não aceitá-la. No entanto, as análises aqui descritas não pretendem conferir se o ato perlocucionário⁵¹ teve ou não sucesso, mas apenas observar as estratégias usadas pelo produtor do texto no sentido de tentar convencer o interlocutor acerca da validade da opinião expressa.

Nos fragmentos (25) e (26), as expressões modalizadoras expressam um alto grau de adesão do produtor com relação à idéia expressa no conteúdo modalizado, a qual ele apresenta como tomada de uma voz geral, ou pautada em certos critérios de avaliação julgados culturalmente aceitos. O produtor apresenta a mensagem ao interlocutor como sendo “verdadeira”, “indubitável”, num movimento interpelativo para engajá-lo em sua argumentação. No fragmento (26), observa-se que o contextualizador endofórico estabelece a seqüência textual ao mesmo tempo em que revela um certo tom de indignação do produtor do texto. O encadeamento se dá no sentido de trazer evidências que confirmem o que é exposto no conteúdo modalizado.

Os fragmentos (27) a (30) assumem um tom de ressalva. Enquanto no fragmento (27) a ressalva é interpretada a partir da análise do fragmento como um todo, e também observando-se as informações dadas no co-texto, no recorte (28) ela é reforçada pelo

51 Na teoria dos Atos de Fala, “ato perlocucionário é aquele destinado a exercer certos efeitos sobre o interlocutor: convencê-lo, assustá-lo, agradá-lo etc., efeitos que podem realizar-se ou não” (KOCH, 1997, p. 20).

contextualizador endofórico mas. Observa-se, nesses dois fragmentos, que se considera uma possível contra-argumentação do leitor, que é acolhida. Pode-se recorrer, aqui, às descrições feitas por Rodrigues (2001) sobre os movimentos dialógicos de engajamento e de refutação. Conforme já abordado, o primeiro mostra que o discurso é construído como se o articulista incorporasse o ponto de vista do leitor, como se ambos falassem de uma mesma posição valorativa, em uma relação de concordância. Já no movimento dialógico de refutação, o autor antecipa as possíveis reações-resposta de objeção que o leitor poderia contrapor ao seu discurso, abafando-as.

Nos fragmentos sob análise, esses dois movimentos aparecem relacionados: ao antecipar a reação do leitor e refutar uma possível contra-argumentação, o produtor do texto envolve o interlocutor em seu discurso, considerando o que ele tem a dizer (pelo menos potencialmente) e, com isso, engaja-o na sua argumentação. Nesse sentido, o movimento de engajamento se constrói pela aproximação do leitor ao ponto de vista do autor (cf. RODRIGUES, 2001), o que deixa mais aparente a interação dos interlocutores.

Em (29), o encadeamento instaura uma argumentação que só tem sentido se considerado o que é exposto no conteúdo modalizado. Em (30), faz-se uma espécie de explicação sobre o que é exposto no conteúdo modalizado, reafirmando a posição de certeza por meio do advérbio modalizador certamente.

Já nos recortes (31) e (32), observa-se uma tentativa de limitar o contexto de atuação do que é exposto no conteúdo modalizado e enfatizado pela expressão modalizadora com a apresentação de contextualizadores exofóricos, que apresentam orações condicionais. Em (31), procura-se ancorar a situação hipotética num encadeamento usado para apresentar fatos conhecidos como uma evidência que fundamenta a afirmação expressa. Em (32), a expressão modalizadora desempenha a função de um conectivo que estabelece uma relação entre o que é enunciado no contextualizador e o que vem expresso no conteúdo modalizado, além de

expressar a certeza do produtor do texto e, por conseguinte, a sua adesão com relação ao que é dito.

Os recortes citados até o momento do subgrupo Modalização Epistêmico-Interlocutiva, que envolvem os adjetivos óbvio, claro e certo, apresentam casos típicos da modalização epistêmica, revelando um alto grau de engajamento do produtor do texto. Nos termos de Neves (1996), pode-se dizer que esses recortes estão situados no grau mais alto de certeza e, de acordo com Castilho e Castilho (1992), que retratam expressões modalizadoras asseverativas, não dando margem a dúvidas. Conforme a análise exposta até agora, além de expressar o grau de certeza do produtor do texto, o PEA, nesses casos, atua no movimento interlocutivo, revelando a tentativa do produtor em impor ao interlocutor a obrigação de aceitar a “verdade” exposta.

Observa-se que características semelhantes assumem as expressões modalizadoras em

(33) e (34). Nota-se que, nesses casos, a estrutura modalizadora funciona também como um chamariz para que a atenção do leitor se intensifique com relação ao que é expresso no conteúdo modalizado, ao qual é interpelado a aderir. Em (33), o produtor se pauta em evidências, baseadas nas informações dadas no co-texto, para demarcar a certeza com relação ao conteúdo da mensagem do enunciado. Ao apresentar certos fatos como “evidentes”, o produtor procura fazer com que a certeza afirmada seja partilhada entre os interlocutores. Nesses dois últimos recortes, o adjetivo posto em cena revela que o produtor considera uma possível afirmação com relação ao que é posto no conteúdo modalizado, daí a atitude de refutação impressa no PEA. Em (34), essa atitude é reforçada pelo contextualizador endofórico, que explicita ser o conteúdo modalizado um argumento contrário em relação às idéias expostas no co-texto.

Conforme as análises empreendidas com relação aos fragmentos desse subgrupo (Modalização Epistêmico-Interlocutiva), embora o PEA apresente algumas peculiaridades

(assume o caráter de ressalva ou refutação, por exemplo), todos mantêm a característica que motivou o agrupamento: ao demarcar a certeza do produtor com relação ao que é dito no conteúdo modalizado, a modalização instaurada pelo PEA orienta-se para o interlocutor, num movimento de interpelação, quase obrigando-o a aceitar a verdade expressa e, por conseguinte, a tese apresentada no artigo.

4.2.2 Modalização Deôntico-Interlocutiva

Enquanto nos casos de modalização voltada para o interlocutor que envolvem a noção epistêmica (é certo, é óbvio, é claro etc.), observa-se, conforme já visto, o desejo de chamar a atenção e, de certa forma, obrigar o leitor a aderir, aceitar o que vem expresso no conteúdo modalizado, os fragmentos alocados no subgrupo Modalização Deôntico-Interlocutiva retratam um produtor que quer chamar a atenção do seu leitor para certas atitudes; ao mesmo tempo, tenta agir sobre o interlocutor, ao atribuir-lhe, direta ou indiretamente, uma obrigação.

Em outras palavras, nesse subgrupo foram alocados os fragmentos em que a estrutura modalizadora “é + adjetivo” atualiza noções de necessidade e obrigatoriedade e funciona como lugar de interpelação em que se apresentam ao leitor as atitudes que, em determinado contexto, precisam ser tomadas.

TABELA 3 – Modalização orientada para o interlocutor: Modalização Deontico-Interlocutiva

35. Dessa maneira é preciso lembrar que o Brasil, em Contextualizador consonância com sua recente e ainda curta endofórico + expressão experiência democrática, precisa de uma injeção de modalizadora + (12) lógicas públicas nas dinâmicas midiáticas se quiser conteúdo modalizado construir um espaço minimamente público.

36. Pode parecer banal, mas é sempre necessário contextualizador lembrar que a tolerância tem seu limite na exofórico+ agressividade intolerante do outro. contextualizador endofórico + expressão modalizadora + conteúdo modalizado

(4)

37. É importante lembrar que, no Ocidente, algumas pessoas (sobretudo autoridades religiosas de diferentes confissões) demonstraram repúdio à condenação, mas aproveitaram a oportunidade para criticar uma liberdade de opinião que não conhece limites: assim, criticaram o escritor -e também a liberdade de opinião.

Expressão modalizadora + conteúdo modalizado + encadeamento

(4)

38. Com a devida vênia e o reconhecimento pela sua contribuição à história do jornalismo brasileiro, é mister afirmar que o comentário "O crime e a foto do crime", de Alberto Dines (OI, programa radiofônico de 16/10/06), é um desserviço à democracia, ao interesse público e, especialmente, à reflexão sobre o papel da mídia na sociedade contemporânea.

Contextualizador exofórico + expressão modalizadora + conteúdo modalizado (27)

39. Mais uma vez é preciso afirmar que sem a democratização da mídia dificilmente teremos uma real democracia na sociedade contemporânea, no Brasil ou em qualquer país do mundo atual.

Contextualizador endofórico + expressão modalizadora + conteúdo modalizado

(14)

40. É preciso falar dos municípios e dos estados, que é onde a corrupção começa.

Expressão modalizadora + conteúdo modalizado + encadeamento

(6)

41. Lembrando que a cobertura do “dossiêgate” foi assimétrica na apuração do conteúdo, é importante frisar que a “arrogância” de Lula é uma formulação da revista.

Contextualizador

exofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(26)

42. Se o ex-governador guarda alguma coerência ideológica com o programa de seu partido e com a própria gestão à frente de São Paulo, é preciso destacar que é de minimização e desmonte que estamos falando.

Contextualizador

exofórico+ expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(26)

43. Apesar dessa fragorosa derrota perante os leitores, é fundamental analisarmos com muita cautela o abaixo-assinado dos empregados da TV Globo e as circunstâncias que os envolvem.

analisarmos com muita cautela o abaixo-assinado dos empregados da TV Globo e as circunstâncias que os envolvem.

Contextualizador

exofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(10)

44. Mas é preciso que se diga que não o fez em benefício próprio.

Contextualizador

endofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(23)

45. Seja qual for o resultado das eleições presidenciais, é bom que os brasileiros releiam o livro *E o vento levou*, de Margareth Mitchell.

Contextualizador

exofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(21)

46. É preciso dar definitivamente um “Adeus às ilusões” de um jornalismo absolutamente romântico, que teria lutado contra a nobreza em nome do Terceiro Estado.

Expressão modalizadora

+ conteúdo modalizado (13)

47. Então, é preciso parar de divinizar as empresas jornalísticas, como senhoras cativas do céu dos justos.

Contextualizador

endofórico + expressão

modalizadora + conteúdo

modalizado

(13)

48. É preciso multiplicá-los e realizar debates sempre, não apenas em época de eleições.

Expressão modalizadora

+ conteúdo modalizado (21)

49. É preciso caminhar muito ainda, no futuro

Expressão modalizadora

+ conteúdo modalizado +

contextualizador exofórico

(8)

50. E é necessário, também, que se tenha o devido cuidado para não reduzir a ampla questão dos financiamentos públicos apenas aos investimentos

publicitários.

Contextualizador

endofórico + expressão +

modalizadora +

contextualizador

endofórico + conteúdo

modalizado

(5)

51. É preciso vencer o medo de desvelar a caixa-preta do jornalismo político, sob pena de não construirmos, efetivamente, uma sociedade democrática.

Expressão modalizadora

+ conteúdo modalizado +

encadeamento

(18)

52. Portanto, é preciso que venha para a pauta do dia Contextualizador o projeto de democratização dos meios, pois isso é endofórico + expressão um desejo histórico do povo brasileiro. modalizadora + conteúdo

modalizado +

encadeamento

(7)

No caso da Modalização Deôntico-Interlocutiva, a interpelação é atualizada por meio de estruturas como é necessário, é preciso, é importante, modalizações deônticas situadas no domínio do dever, da ordem e da conduta. A modalização deôntica está condicionada pelo traço [+controle], ligado ao produtor do texto e, por outro lado, implica que, para se chegar à execução, o interlocutor aceite o valor de verdade do enunciado (cf. NEVES, 1996). Ou seja, a estrutura modalizadora revela um produtor comprometido com o que diz e que deseja atuar sobre seu interlocutor ao apresentar uma proposta considerada não só adequada, mas necessária no contexto em que aparece.

A partir da observação do conteúdo modalizado, constata-se que as atitudes assumem basicamente duas feições: nos recortes (35) a (44), as atitudes requeridas são mais intelectivas e pontuais, pois precisam ser tomadas no momento da leitura ou produção do texto. Trata-se de uma estratégia argumentativa voltada à interpelação do leitor para a realização de uma atitude a ser tomada de imediato que, em última análise, visa a alinhar o leitor à posição defendida no texto. É como se o produtor do texto expressasse ao leitor a necessidade de se levar em consideração o dado apresentado no conteúdo modalizado para que a tese apresentada seja tomada como coerente. Nos outros casos – recortes (45) a (52) – a atitude se remete à futuridade, projetando-se para um momento posterior à manifestação da necessidade.

Conforme se explicita no decorrer desta seção, em alguns casos, a reivindicação da atitude do leitor ocorre de forma mais direta: o produtor do texto diz para o interlocutor que ele (o leitor) precisa lembrar de determinada situação. Ou seja, a atitude requerida dirige-se diretamente para o leitor ou envolve os interlocutores. Em outros casos, porém, ela é imposta ao leitor apenas de forma indireta. Algumas vezes, o produtor do texto lança a responsabilidade para uma comunidade mais geral, ou atribui responsabilidades a si mesmo.

Nos recortes (35) a (37), o verbo lembrar, que faz parte do conteúdo modalizado, remete-se diretamente ao leitor, ou seja, o produtor do texto atribui ao interlocutor uma

atitude que precisa ser tomada no momento da leitura. Já nos fragmentos (38) a (42), o produtor expõe a necessidade de uma certa atitude, ligada à construção do texto, a si mesmo, e, em (43), a necessidade é imposta aos interlocutores.

No fragmento (35), o contextualizador endofórico deixa entrever que foram apresentados argumentos anteriormente no texto para se chegar à observação da necessidade exposta.

No recorte (36), a expressão modalizadora vem acompanhada do advérbio sempre. Com a inclusão desse elemento, parece que o produtor do texto apresenta a necessidade, explicitada por meio da expressão modalizadora, como algo corriqueiro, de que todos têm conhecimento. Nesse recorte, antes de apresentar a estrutura modalizadora e o conteúdo modalizado, o produtor do texto usa o contextualizador exofórico para promover uma espécie de salvaguarda contra possíveis objeções. Antes que o leitor as faça, o próprio produtor as apresenta; porém, refuta-as em seguida com o contextualizador endofórico *mas*. Observa-se também que há a preocupação em modalizar o próprio conteúdo do contextualizador exofórico, o que é feito por meio do verbo modal *poder*.

O fragmento (37) assemelha-se aos três anteriores, mas diferencia-se deles por não acionar um adjetivo prototípico da modalização deontica. Porém, o PEA em questão acaba veiculando essa noção no contexto em que aparece. Embora se observe que o adjetivo importante expressa a intervenção avaliativa do produtor com relação ao que é posto no conteúdo modalizado, casos como o recorte (37) não são incluídos no primeiro grupo analisado (Modalização orientada para o conteúdo modalizado), em que a avaliação expressa é uma característica marcante, porque a estrutura modalizadora desempenha a mesma função interlocutiva que a observada nos recortes (35) e (36), por exemplo. Ou seja, ao recorrer ao uso do par é importante, o produtor do texto expõe a necessidade de se tomar uma determinada atitude, de forma que essa estrutura poderia ser parafraseada pelo PEA é preciso.

Conforme já se apontou anteriormente, essa leitura só é possível considerando-se o enunciado como um todo e, particularmente, o verbo lembrar, que encabeça o conteúdo modalizado. Ainda com relação ao fragmento (37), observa-se que o encadeamento se dá a partir do que é posto no conteúdo modalizado, o que revela ser este (e não a avaliação exposta na expressão modalizadora) o conteúdo que se quer enfatizar.

Conforme já observado, em alguns casos, o produtor impõe para si mesmo a necessidade de tomar uma determinada atitude. Isso é facilmente constatado quando o conteúdo modalizado é encabeçado pelos verbos afirmar (38) e (39), falar (40), frisar (41) e destacar (42), uma vez que é o produtor quem detém a palavra. Por movimentar um verbo performativo no interior do conteúdo modalizado, a atitude requerida é cumprida no mesmo momento em que é anunciada.

Em (38), o produtor recorre a um adjetivo não tão comum quanto necessário e preciso. Parece tratar-se de uma estratégia para enfatizar a sua intenção de chamar a atenção do leitor para a necessidade exposta. Nesse fragmento, o contextualizador apresentado no início do enunciado é um recurso colocado em cena pelo produtor para preservar sua face perante o interlocutor, já que faz uma crítica a um profissional reconhecido no mundo jornalístico. O enunciado (39) apresenta-se como um reforço ao que é dito no co-texto, o que é explicitado por meio do contextualizador endofórico. Em (40), o encadeamento justifica a necessidade de se tomar a atitude requerida.

Em (41), antes de apresentar a necessidade de se tomar uma certa atitude, o produtor do texto lembra ao leitor um determinado acontecimento no intuito de contextualizar e justificar a necessidade apresentada. Nesse enunciado, o produtor se utiliza de expressões pelas quais não se responsabiliza, pondo-as entre aspas. Em (42), o produtor apresenta, primeiramente, um contextualizador, que estabelece os limites dentro dos quais a necessidade é posta. Fora do contexto exposto, o produtor não se responsabiliza pela afirmação feita.

Embora os verbos afirmar (38/39), falar (40), frisar (41) e destacar (42) apresentem uma determinada atitude voltada ao próprio produtor, conforme se apontou anteriormente, subjacente a essa “auto-interpelação”, pode-se visualizar uma interpelação orientada para o interlocutor. Ao estabelecer a necessidade de falar ou enfatizar determinada atitude ou fato, o produtor estende para o leitor a necessidade de levá-los em consideração no momento da leitura. Em outras palavras, se é preciso que algum fato seja afirmado, falado, frisado, destacado, é porque, na opinião do produtor, ele precisa ser conhecido ou lembrado pelo interlocutor para que a argumentação instaurada no texto seja tomada como coerente e, por conseguinte, aceita.

Já em (43), observa-se a estratégia do produtor do texto em relacionar os interlocutores ao estabelecer que ambos precisam considerar com atenção o que é expresso no conteúdo modalizado. Nesse caso, o responsável pelo envolvimento dos interlocutores é a desinência do verbo (analisarmos), que enreda os interlocutores na necessidade apontada pelo PEA. A recorrência a essa estratégia evidencia um produtor preocupado em conquistar a concordância do seu interlocutor. Ao se incluir no enunciado, considerando que a atitude expressa no conteúdo modalizado deve ser tomada por ele também, o produtor do texto tenta se aproximar do leitor e ganhar sua confiança.

No fragmento (44), o produtor do texto recorre à impessoalidade (se diga), de forma que a atitude requerida parece estender-se a uma comunidade mais geral, embora seja o próprio produtor do texto que a cumpre nesse momento. O contextualizador apresenta a necessidade expressa como uma ressalva com relação ao que se discute no co-texto.

Como já se observou anteriormente, os recortes pertencentes ao subgrupo Modalização Deontico-Interlocutiva analisados até agora apontam para a necessidade de uma atitude intelectual que precisa ser tomada no próprio momento de leitura ou produção do texto, a qual é indicada pelo verbo que faz parte do conteúdo modalizado. A imposição, direta

ou indireta, de uma determinada atitude ao interlocutor revela um produtor que se posiciona como alguém autorizado a requerer certas atitudes, que, em última análise, são lançadas para que o leitor aceite a posição defendida no texto. Ao usar essa estratégia, o produtor acaba interpelando o interlocutor de forma explícita, uma vez que o produtor diz claramente ao leitor que está reivindicando a sua atenção por meio de alguns verbos, como lembrar, assinalar, dizer etc. No entanto, é preciso ressaltar, esses verbos fazem parte do conteúdo modalizado, de forma que a estrutura modalizadora se atém à função de interpelar o leitor, alertando-o para certas atitudes que precisam ser tomadas.

Os fragmentos (45) a (52) diferenciam-se dos outros recortes pertencentes a esse subgrupo – (35) a (44) – por conta do próprio conteúdo modalizado. Observa-se que a atitude requerida não se atém ao momento de produção/leitura do texto, mas se estende à futuridade, conforme se apontou anteriormente. Em (45), mais do que demarcar sua posição avaliativa com relação ao conteúdo da mensagem, o produtor do texto parece preocupado em enfatizar a necessidade de se tomar uma determinada atitude, que é lançada a todos os brasileiros. O contextualizador apresentado no início do enunciado demarca que a atitude requerida deve ser cumprida em qualquer contexto.

Em (46), o produtor do texto, ao usar a estrutura modalizadora, também interpela o leitor a tomar uma certa atitude, que é demarcada no conteúdo modalizado. Nesse caso, o produtor incorporou o título do texto com o qual dialoga (“Adeus às ilusões”) e o apresentou como uma necessidade. Nesse recorte, como também em (47) e (51), é imposta uma certa atitude que parece voltar-se mais para os profissionais ligados à área da Comunicação.

Ainda com relação ao recorte (47), observa-se que o produtor usa o contextualizador endofórico para estabelecer uma espécie de conclusão, procurando ancorar a necessidade expressa nesse recorte nos argumentos apresentados no co-texto. Já em (49), o contextualizador estabelece uma demarcação temporal com relação ao momento da

enunciação para que a atitude requerida seja posta em prática. Os contextualizadores endofóricos usados no fragmento (50) revelam que a necessidade expressa nesse fragmento é somada à necessidade, apontada no co-texto, de que outras atitudes também sejam tomadas.

Em (51), o produtor preocupa-se em justificar a interpelação expressa no conteúdo modalizado por meio do encadeamento, já que, nessa porção textual, são apresentadas as conseqüências que surgirão caso a necessidade posta não seja sanada. Em (52), o encadeamento apresenta uma justificativa para a interpelação feita, enquanto o contextualizador endofórico revela que o produtor procurou validar a necessidade expressa nesse recorte também em argumentos anunciados no co-texto.

Em síntese, os recortes alocados nesse subgrupo retratam a intenção do produtor em interpelar, direta ou indiretamente, o leitor, buscando direcionar a sua reação-resposta (cf. RODRIGUES, 2001). Nesse sentido, embora tenha como escopo o conteúdo modalizado, a modalização estabelecida pelo PEA tem como instância de atuação mais evidente o próprio interlocutor.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho representa o resultado de análises feitas acerca de algumas ocorrências de modalização lingüística em recortes retirados de artigos de opinião publicados no jornal Observatório da Imprensa. Não sendo possível abarcar todos os aspectos relativos aos recursos que mobilizam a modalização num texto, optou-se por promover um estudo centrado apenas em ocorrências em que se sobressai o uso do par “é + adjetivo” em função modalizadora.

Durante o percurso traçado para o desenvolvimento da análise pretendida e sustentação das hipóteses levantadas, buscou-se demonstrar que o par “é + adjetivo” representa uma estrutura modalizadora por meio da qual o produtor do texto mobiliza esforços para que seu posicionamento seja devidamente assegurado e para promover a interlocução com o leitor do texto.

As sondagens realizadas, levando-se em consideração o gênero em que são veiculados os recortes sob análise, resultaram na observação de que o teor de modalização estabelecido pelo PEA promove dois movimentos: um voltado para o próprio conteúdo modalizado, sobre

o qual o produtor do texto expõe uma avaliação (subjéctiva ou com tom de constatação) ou sua atitude perante o que é aí expresso, e outro voltado à interpelação do interlocutor, no sentido de convencê-lo a aceitar o conteúdo exposto na mensagem e, por conseguinte, a tese defendida no artigo. Esse entendimento levou à configuração de duas categorias que serviram de base para as análises empreendidas: Modalização orientada para o conteúdo modalizado e Modalização orientada para o interlocutor.

É preciso explicitar que, nesta pesquisa, não há o entendimento de que a modalização veiculada pelo par “é + adjetivo” atua somente em uma dessas duas instâncias. A classificação

dos recortes a partir dessas duas categorias surgiu da observação de que, em alguns casos, uma das instâncias está mais visível do que a outra.

No primeiro grupo, foram reunidas as ocorrências em que se observou que a modalização veiculada pelo par “é + adjetivo” opera como um índice de avaliação do produtor do texto que incide mais diretamente sobre o conteúdo modalizado, ressaltando-se alguns casos – recortes (12) a (15) –, em que, conforme as análises empreendidas, o PEA parece atuar num espaço limítrofe entre conteúdo modalizado e interlocutor. Conforme se expôs, esses casos requerem uma investigação mais acurada, que não se considerou fundamental nesta pesquisa pelo fato de os recortes com esse perfil não serem representativos.

Ainda com relação ao primeiro grupo (Modalização orientada para o conteúdo modalizado), observou-se que, em alguns recortes, as escolhas de certos adjetivos como falso, razoável, justo, sensato, dentre outros, relacionam-se ao conhecimento do produtor do texto, constituindo-se em uma avaliação pessoal, subjetiva. Em outros casos, a expressão modalizadora e seu entorno (contextualizadores, conteúdo modalizado, encadeamento) faz surgir uma avaliação mais descritiva que, embora possa expor a opinião do produtor, apresenta aspecto informativo.

Ainda que nesse segundo caso não se observe uma tentativa pontual de marcar posição, a constatação expressa no PEA assume papel importante no artigo de opinião, uma vez que a informação expressa contribui para a sustentação da tese defendida no texto. Mesmo evidenciando um teor mais descritivo, por se tratar de uma asseveração, o produtor apresenta-se engajado com a avaliação expressa. Isso pode ser percebido, inclusive, nas tentativas de ancorar a constatação feita por meio do PEA, relacionando-a a argumentos presentes no co-texto por meio dos contextualizadores endofóricos ou apresentando um contexto pertinente ao aparecimento de tal asseveração, ou mesmo limitando o seu escopo de atuação por meio dos contextualizadores exofóricos. A consideração desses elementos

ladeadores acena para a importância de se considerar um contexto lingüístico que vá além da própria expressão enfocada. Ainda assim, conforme se argumentou no terceiro capítulo, corre-se o risco de não se promover uma análise mais completa da modalização lingüística, já que o texto como um todo não é objeto de estudo e apenas alguns elementos do contexto de produção (o gênero escolhido e o jornal em que os textos são veiculados) são levados em consideração.

No segundo grupo (Modalização orientada para o interlocutor), foram alocadas as ocorrências que revelam um produtor do texto menos empenhado em apresentar sua posição com relação ao conteúdo da mensagem do que em estabelecer uma interlocução com o leitor. Embora no primeiro grupo também exista a intenção de agir sobre o interlocutor – já que a finalidade do artigo de opinião se orienta para a persuasão do leitor, para a busca da sua adesão ao ponto de vista, à opinião expressa no texto –, nos casos alocados no segundo grupo, essa interlocução se dá de forma muito mais direta e enfática e aparece muito mais marcada na estrutura modalizadora sob análise.

Na análise das ocorrências desse segundo grupo, tentou-se captar as nuances da modalização epistêmica e deôntica, o que levou à separação desse grupo em dois subgrupos: Modalização Epistêmico-Interlocutiva e Modalização Deôntico-Interlocutiva. No primeiro caso, observou-se que são postos em cena adjetivos prototípicos da necessidade epistêmica, como certo, claro, evidente, dentre outros. O uso do par “é + adjetivo”, nesses casos, embora atue sobre o conteúdo modalizado, já que este é o alvo da declaração de certeza, veicula um movimento modalizador que incide sobre o interlocutor de forma enfática, uma vez que, ao declarar a certeza, o produtor busca enredar o leitor em sua argumentação, fazendo-o aceitar o que lhe é posto. Trata-se de uma estratégia usada pelo produtor para “captar” o leitor no sentido de envolvê-lo em sua argumentação de forma a fazer com que ele assuma a sua perspectiva de análise, que é o objetivo do artigo de opinião.

Essa interpretação ancora-se na afirmação de Parret (1988) de que o produtor do texto, ao usar expressões como *é certo que* e *é claro que* (que escondem os suportes enunciativos *eu digo que*, *que acho que*, *eu tenho a certeza que*), pretende fazer-parecer-verdadeiro o seu discurso. Conforme o autor, não se trata de uma busca de adequação ao referente, mas de adesão do interlocutor.

Por outro lado, o autor lembra que essa adesão só é alcançada se se corresponder à expectativa do interlocutor, já que a troca comunicativa é uma dialética de um “fazer persuasivo”, de um lado, e de um “fazer interpretativo”, de outro: “sempre que a verdade é objeto de comunicação, há persuasão de um lado e verdade fiduciária do outro” (PARRET, 1988, p. 75). Esse contrato entre um pólo persuasivo e um pólo interpretativo dá lugar, segundo o autor, a muitas manipulações no campo do saber e tem no ato epistêmico uma “solicitação de consenso” (PARRET, 1988, p. 76).

De acordo com as análises feitas, é possível dizer que a atualização de expressões epistêmicas, especificamente as que envolvem a necessidade epistêmica, quase obriga a esse consenso. Para Parret (1988), a afirmação da certeza (que, para ele, é sempre uma afirmação da necessidade), é mais forte, mais inconvertível que a simples afirmação da necessidade. Isso seria motivado por uma exigência “conversacional”, logo, pragmática: “que a força do engajamento de uma ‘atitude’ (a crença como estado de espírito) é mais determinante que a constatação de um estado de coisa” (p. 94).

Nos recortes alocados no subgrupo Modalização Deontico-Interlocutiva, o par “é + adjetivo” atualiza a noção deontica de necessidade e referencia um sentido propositivo ou mesmo impositivo. Nesse contexto, o produtor recorre à estrutura modalizadora para apontar uma necessidade, considerada adequada no contexto em que aparece, enredando o leitor em um movimento de interpelação.

Porém, considerando o gênero em que são veiculados esses enunciados, pode-se afirmar que, mais do que obrigar o interlocutor a agir de uma determinada forma, a interpelação observada nos recortes alocados nesse subgrupo, como também nos outros casos, visa a alinhar o leitor à opinião apresentada pelo produtor do texto. Ao apresentar a necessidade de se tomar uma determinada atitude, ele está muito mais preocupado em sustentar a tese apresentada e angariar a concordância do interlocutor em relação a ela do que obrigá-lo a agir conforme o estabelecido no conteúdo modalizado. Com isso, o produtor arma-se com os recursos disponíveis para levar o interlocutor a compartilhar de sua visão do mundo, expressa no artigo.

Esse entendimento é embasado em autores que tratam da modalização lingüística. Koch (2002), por exemplo, cita que quando o produtor do texto recorre à modalização do campo da necessidade, do imperativo, procura manifestar um saber (explícito ou implícito) e obriga o interlocutor a aderir ao seu discurso, aceitando-o como verdadeiro, já que os argumentos são apresentados como incontestáveis (eu sei, portanto, é verdade). Isso implica numa posição de autoridade de quem escreve com relação a quem lê, revelando haver aí, como também nos casos em que são atualizadas noções de necessidade epistêmica, um deslize para a camada pragmática, para usar os termos de Dascal (1986).

A recorrência dos recortes em que a modalização orienta-se para o interlocutor revela que, no artigo de opinião, o produtor procura manter uma interlocução mais ativa com o seu leitor. Essa leitura encontra apoio em Rodrigues (2001), que entende haver, nesse gênero, diferentes movimentos de orientação ativa para o leitor e o seu discurso. Esses movimentos, segundo a autora, presentificam-se no artigo por determinadas características estilístico-composicionais.

Em conformidade com as análises empreendidas, a estrutura modalizadora “é

+ adjetivo” representa um desses traços estilístico-composicionais que, no artigo, pode fazer “sentir a presença ativa do leitor” (RODRIGUES, 2001, p. 215).

Essa interação produtor-leitor encontra um espaço fértil no jornal Observatório da Imprensa, que se propõe a funcionar como um fórum permanente em que os leitores, críticos da mídia, podem se manifestar. Além de se apresentar como um espaço democrático para a publicação de textos, o jornal reserva, ao final de cada texto, um espaço para comentários dos leitores. Essas características parecem resultar em uma interação muito mais dinâmica e concreta do que aquela possibilitada em artigos de opinião publicados em revistas ou jornais impressos, por exemplo. Além disso, permitem ao produtor do texto uma visualização mais concreta de quem é seu interlocutor que, nesse espaço, não se apresenta como uma entidade abstrata.

Faz-se necessário proceder a uma pesquisa que envolva outros gêneros de textos opinativos para comprovar a hipótese de que o par “é + adjetivo” é recorrente em textos em que predomina a tipologia argumentativa. Porém, a partir da observação da função modalizadora assumida pela estrutura em questão nos recortes analisados, chega-se à comprovação da hipótese aventada de que se trata de uma estratégia lingüística que encontra no gênero artigo de opinião um espaço propício para manifestar-se. O artigo se constitui como um gênero em que se busca convencer o outro sobre uma determinada idéia a partir de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo autor e de refutação de opiniões divergentes.

Nesse contexto, a modalização veiculada pela estrutura lingüística sob análise se apresenta como uma forma de adequar o uso da linguagem com vistas à finalidade discursiva, pontuando a posição do produtor do texto e orientando-se para a aceitabilidade dos receptores, ajustando-se às intenções envolvidas na interação lingüística estabelecida. Nesse sentido, mais do que adequada à situação comunicativa, essa estrutura lingüística se apresenta como uma estratégia lingüística que desempenha papel relevante no texto, já que faz parte de uma gama de estratégias postas em cena no texto opinativo para que o leitor aceite a orientação

argumentativa apresentada e, conseqüentemente, alinhe-se à posição defendida, que é o objetivo da interação estabelecida por meio do artigo.

Porém, conforme se tentou demonstrar nas análises, o tom modalizador da estrutura em questão pode ser firmado por outros elementos que estão ao seu entorno, como o próprio conteúdo modalizado, os contextualizadores e o encadeamento, que, em muitos casos, viabilizam a defesa do ponto de vista e a condução de julgamentos, bem como a interação mais direta com o leitor. Trata-se de elementos que visam a sustentar o compromisso assumido com relação ao que é asseverado e a apresentar o produtor como alguém que assume uma postura coerente, que é digna de confiança.

Esse cuidado em amarrar as estruturas do recorte com vistas a alcançar os objetivos e “jogar sutilmente com o eixo do engajamento”, para usar os termos de Charaudeau (2006, p. 233), é também possibilitado pelo gênero escolhido, já que, conforme o autor, não estando em situação física de contradição imediata (não há alternância de turno de fala, logo, não há interrupção possível), o produtor pode desenvolver sua análise ou sua argumentação planejando-a previamente, redigindo-a num determinado espaço de maneira contínua, escolhendo suas palavras e, se necessário, corrigindo-a.

Embora se assuma que um estudo pautado em um recorte textual, que tem como foco de análise uma única estrutura lingüística, seja insatisfatório em alguns aspectos, conforme se expôs no andamento do trabalho, entende-se que as análises empreendidas deram conta dos objetivos estipulados para essa pesquisa. Esta, conforme exposto na introdução, tem a pretensão de contribuir, ainda que minimamente, para o ensino da Língua Portuguesa, a partir da observação da necessidade de o professor promover reflexões acerca do funcionamento dos mecanismos lingüísticos pautadas em situações reais de uso da língua. Tais reflexões, como a exposta nesta dissertação, visam a auxiliar o professor no esforço para promover o amadurecimento dos estudantes com relação à habilidade de lidar com a articulação textual,

seja como leitores, que precisam alcançar as diversas “camadas” de significação presentes em cada texto, seja como produtores, que precisam saber lidar com os recursos lingüísticos que a língua dispõe para alcançar os objetivos esperados em cada situação comunicativa.

De acordo com Koch (2002), cabe ao professor a tarefa de despertar no educando uma atitude crítica diante da realidade em que se encontra inserido. Para isso, é preciso que, durante as aulas de leitura, seja promovida uma conscientização do aprendiz sobre a existência de diversos níveis de significação presentes em cada texto. Nesse sentido, o trabalho com a modalização lingüística é relevante porque essa categoria está diretamente ligada à intencionalidade do produtor, ao seu grau de engajamento com relação aos enunciados que produz, ou, ainda, à “maneira como representa a si mesmo, ao outro e ao mundo por meio da linguagem” (KOCH, 2002, p. 160).

Possibilitar ao aluno o reconhecimento e a análise das marcas lingüísticas da modalização (com também de outras categorias, como o posto, o pressuposto, o subentendido etc.), é um caminho necessário para se chegar a uma intelecção mais aprofundada do texto. Além disso, conforme acredita Koch (2002), reconhecendo as manobras discursivas realizadas pelo produtor do texto, será mais fácil para o aluno fugir à manipulação. E é isso que esperamos como professora e pesquisadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de; LADEIRA, João Damasceno Martins; SILVA, Marco Antonio Roxo da. Media criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. v. XXV, n. 2, jul/dez. 2002. Disponível em:

<<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewFile/3598/3392>>.

Acesso em: 15 mar. 2007.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira. A revista Veja: interação e ensaio.

In: PRETI, Dino (org.). Interação na fala e na escrita. 2.ed. São Paulo:

Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

ANDRADE, Maria Lúcia Fabrício. Gêneros e tipos: uma aproximação. Soletas, n.2, 2001.

Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletas/>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

ANDRIGUETI, Analu. O jornalista no mundo dos games. In: FERRARI, Pollyana.

Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2007, p. 91-106.

AUSTIN, John Langshaw. Performativo-constativo. In: OTTONI, Paulo. Visão

Performativa da Linguagem. 1.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, p. 109-121.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAR-HILLEL, Yehoshua. Aspects of language. Jerusalém: Central Press, 1970.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir

Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. Gêneros textuais : reflexões e ensino. Palmas e União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005, p. 61-78.

_____. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil?

Revista Linguagem em (Dis)curso. v. 4, n. 1, jul/dez. 2003. Disponível em:

<<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0401/11.htm>>. Acesso em: 23 jul.

2007.

_____. Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos. Florianópolis: Insular, 2002.

BUSSE, Sanimar. Uma tentativa de descrição das macroestruturas sintático-semânticas geradas pelo predicado nominal em porções textuais retiradas de redações produzidas pelos candidatos ao vestibular especial/2002 da Unioeste. Cascavel, 2004. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CASTILHO, Ataliba; CASTILHO, Célia. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo. (org.) Gramática do português falado. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1992, 2.v.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Uma nova proposta para a questão dos gêneros. Disponível em: <http://www.blogdoprofessorchapparro.com.br/integra_integra.asp?codigo=49>. Acesso em: 23 set. 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2004.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz f. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo.

2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONIÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & ensino. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 166-179.

DASCAL, Marcelo. A relevância do mal-entendido. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas: IEL, n.11, p.199-217, jul./dez. 1986.

DUCROT, O. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. (ver. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FURNALETTO, Maria Marta. Função-autor e interpretação: uma polêmica revisitada. 2004. Disponível em: <http://br.geocities.com/agatha_7031/autor.html>. Acesso em: 05 fev. 2008.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. O tópico discursivo: procedimentos de expansão. In: PRETI, Dino (org.). Diálogos na fala e na escrita. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005,

p. 277-297.

GUIMARÃES, Eduardo. Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Introduction to Functional Grammar, Oxford: 1985.

KOCH, Ingedore Villaça. Desvendando os segredos do texto. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Argumentação e linguagem. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A inter-ação pela linguagem. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONIÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais & ensino. 4.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005a, p. 19-36.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: _____. XAVIER, Antônio Carlos (orgs.). Hipertexto e gêneros digitais : novas formas de construção do sentido. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005b, p. 13-67.

MARTINEZ, Adriana Garcia. A construção da notícia em tempo real. In: FERRARI, Pollyana. Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2007, p. 13-27.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Práticas discursivas, gêneros do discurso e textualização. Estudos Linguísticos XXXV, p. 138-145, 2006. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/mdlmm.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2007.

MELO, José Marques. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3.ed. (ver. e ampli.). Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. Texto e gramática. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. A modalidade: In: KOCH, Ingedore Villaça (org.) Gramática do português falado. São Paulo: Unicamp / FAPESP, 1996, v. 6., p 163-195.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, ano 11, n. 406, 407, 408, 409, 410, nov./dez. 2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 07 dez. 2006.

PALMER, Frank R. Mood and modality. 2. ed. London: Cambridge University Press, 2001.

PARRET, Herman. Enunciação e pragmática. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

RAMIRES, Vicentina. Panorama dos estudos sobre gêneros textuais. Investigações: Lingüística e Teorias Literárias. v. 18, n. 1, jul. 2005. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/pgletras/revista/Vol.%2018,%20N%20B0%201%20Julho 2005.pdf](http://www.ufpe.br/pgletras/revista/Vol.%2018,%20N%20B0%201%20Julho%202005.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2007.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/lael/lael-inf/def_teses.html>. Acesso em: 04 mar. 2007.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/ceale/generodiscurso.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2004.

SELLA, Aparecida Feola; ROMAN, Elódia Constantino; BUSSE, Sanimar. Roteiro de análise lingüística. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

_____; _____. Analisando o Aposto e o Predicado Nominal. Uniletras, Ponta Grossa, n. 26, p. 185-198, dez. 2004.

_____. A argumentatividade que emerge do predicado nominal. XXXIII Revista de Estudos Lingüísticos do GEL. Taubaté, p.158-162, 2004.

_____. Descrição da frase em Língua Portuguesa com base nos pressupostos da Teoria das Valências. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Estadual Paulista, 2000.

VICENTI, Fernanda. Predicado nominal em posição temática: papéis modalizadores. Cascavel, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Educação, Comunicação e Artes. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

ZAMORA, Lizy Navarro. Los periódicos on line: sus características, sus periodistas y sus lectores. Sala de Prensa, v. 2, n. 34, ano III, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art253.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 – FRAGMENTOS DOS TEXTOS SELECIONADOS PARA A COLETA DO

CORPUS

TEXTO 1

DEBATE SOBRE A MÍDIA

Um espectro ronda a democracia

Por Marcelo Salles em 7/11/2006

O noticiário político nos dias seguintes à reeleição do presidente Lula comprovou a hipótese levantada pelo professor Venício Lima: "Nessas eleições, o papel da mídia entrou em debate". E debater o papel da mídia constitui-se, como sabemos, numa heresia. Sobretudo quando pesquisadores, professores e jornalistas independentes ressaltam a importância da democratização dos meios de comunicação para o bom funcionamento da democracia.

Daí o título do editorial do jornal O Globo de quarta-feira (1/11): "Grave ameaça". Para o diário carioca, o grande perigo que ronda o país ganha repercussão em "sites e blogs na internet, por meio de mensagens muitas vezes de identificação suspeita, e em algumas análises sem sustentação em fatos concretos", maneira pela qual "tenta-se relatar a história de uma conspiração fantasiosa".

Mais à frente:

"Um indicador preocupante de onde tudo isso pode chegar foi a inaceitável agressão cometida por militantes do PT (...) contra repórteres. Agressão (...) que na verdade atingiu toda a imprensa e o que ela representa em termos de liberdade democrática".

Na página 14 da mesma edição, o jornal passa da opinião à distorção de informações. No quadro central, em reportagem não-assinada, o subtítulo diz que o ex-ministro Ciro Gomes "pede incentivo financeiro para veículos que apóiam o governo". A matéria, entretanto, cita um trecho da entrevista concedida por Ciro ao blog Conversa Afiada – e reproduzida neste Observatório – no qual está explícito que o ex-ministro não pede verba para veículos que apóiam o governo, e sim para os meios de comunicação alternativos.

Ainda na página 14, outra reportagem não-assinada ecoa as denúncias feitas pela revista Veja: "abusos, constrangimentos e ameaças" a três de seus jornalistas por um delegado da Polícia Federal. A medida, diz o editorial, "reproduz uma cena típica da ditadura militar".

No dia seguinte, quinta (2/11), a página 12 do Globo se ocupa de notas da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) a condenar a

intimidação dos jornalistas da Veja. Outra nota da ANJ critica a forma como o governador do Paraná tratou jornalistas em entrevista coletiva. Nota do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro reprova "a histeria fascista dos militantes que (...) agrediram os repórteres que cobriam o dia seguinte da vitória de Lula".

Em resumo, essa foi a maneira como O Globo entrou no debate sobre a mídia. Onde se pode concluir que, para o diário carioca, as vozes discordantes participam de uma conspiração fantasiosa com o objetivo de restringir a liberdade de imprensa e a democracia.

Nenhuma menção

Não importa que a Veja tenha perdido sua credibilidade ao publicar reportagens que ela

mesma admite não estarem comprovadas. O Globo continua assumindo a versão da revista como a única verdadeira; seus artigos de opinião sequer admitem que o outro lado (no caso, a PF) possa ter razão. Qual o receio de Veja – endossado pelo Globo? Que seus jornalistas revelem que as reportagens ali publicadas são freqüentemente reescritas até perderem seu contexto original, de modo a agradar os executivos da Editora Abril – situação recentemente explicitada em palestra de Edna Dantas, ex-jornalista da empresa, para estudantes da Universidade Cândido Mendes? Mas, para O Globo, as informações suspeitas e análises sem sustentação são as que vêm de blogs e sites da internet...

Cabem ainda outras perguntas para a direção do Globo, como: por que distorcer a entrevista de Ciro Gomes? Terá sido mera desatenção do redator escrever "veículos que apoiem o governo" em lugar de "meios de comunicação alternativos"? Quando dizem que o interrogatório da PF "reproduz uma cena típica da ditadura militar" é um elogio ou uma crítica? (A interpretação fica prejudicada porque o jornal se refere a um regime que apoiou entusiasticamente). Por que não explicar aos leitores a cobertura tendenciosa da mídia paranaense, em vez de apenas criticar a posição do governador Roberto Requião? Será pelo mesmo motivo que condenam os homens-bomba palestinos sem explicar por que eles se tornam homens-bomba?

O Globo afirma que o entrevero entre militantes petistas e repórteres configura "agressão (...) que na verdade atingiu toda a imprensa e o que ela representa em termos de liberdade democrática", mas não publicou uma linha sobre o assassinato de Brad Will e a prisão de Erin Siegal, jornalistas do Centro de Mídia Independente de Nova York. Nem a Sociedade Interamericana de Imprensa divulgou nota a respeito. Por quê?

Afinação ideológica

O diretor-executivo de Jornalismo da TV Globo, Ali Kamel, talvez possa ajudar nas respostas. Em artigo publicado no diário carioca, na terça-feira (31/10), ele avisa:

"Embora os atores políticos permaneçam racionais (ninguém rasga dinheiro),

eles tentam pôr a sociedade para girar no compasso da irracionalidade. (...) A

internet facilitou isso à exasperação, com a proliferação de blogs cujo

compromisso ético com a informação é nenhum".

Kamel, que não aceitou debater publicamente a democratização da mídia brasileira, considera alguns atores políticos perigosos porque tentam causar um surto de irracionalidade na sociedade. Mas é claro que políticos hereges sempre existiram. A grande diferença é que hoje suas vozes se fazem ouvir independentemente da vontade dos donos da mídia grande. Por isso – e só por isso – Kamel entrou no assunto. Já não podia ignorá-lo.

A pequena democratização da informação que ocorre hoje graças à internet e a jornais e revistas independentes poderá engendrar uma democratização mais ampla, que desemboque numa reestruturação das concessões públicas de radiodifusão e garanta a pluralidade no controle desses veículos de comunicação. Com o advento da TV digital, por exemplo, torna-se possível a existência de pelo menos 252 emissoras abertas. Um cenário de "liberdade democrática" muito mais amplo do que o de hoje, onde seis emissoras ideologicamente afinadas falam o que querem e como querem para 190 milhões de pessoas.

Eis o espectro que ronda a democracia no imaginário global.

(Ano 11, ed. N° 406, 7/11/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 2

JOSÉ DIRCEU

A bola da vez

Por Cristiana Oliveira Castro em 5/12/2006

A bola da vez agora é o ex-ministro José Dirceu. Como o mundo gira, é natural que o primeiro volte a ocupar esse lugar mais cedo ou mais tarde. A execração pública a que José Dirceu foi submetido após as denúncias de Roberto Jefferson, são comparáveis, apenas, ao que as Organizações Globo haviam feito com a imagem do então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. A partir daquele "Sai daí, Zé, que você vai fazer réu um homem inocente!", uma enxurrada de ilações, calúnias e denúncias infundadas pautaram a nossa mídia sem que uma única voz se levantasse -não politicamente, mas legalmente -contra a arbitrariedade que estava sendo cometida contra um cidadão. Nossa mídia, que sempre se empenhou tanto na liberdade de imprensa que garante a democracia plena, pareceu bastante desinteressada dos direitos e garantias individuais dos cidadãos. Princípios básicos que balizam o direito foram substituídos pela necessidade de manter o circo das CPIs. A grande mídia e seus operadores determinaram que todos seriam culpados até prova em contrário; opinião pessoal virou prova testemunhal e artigo de revista virou prova documental, inclusive nas mãos de uma juíza no Congresso Nacional. Autor perdeu o direito de desistir da ação e o termo cassação política transformou-se em fundamento que justificasse condenação sem provas. Provar não era mais tarefa de quem alegava, cabia ao réu provar a sua inocência.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 410, 05/12/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 3

MÍDIA vs. MP & JUDICIÁRIO

Entre o Estado mínimo e o divã

Por Angelo Augusto Costa em 28/11/2006

Em diversas ocasiões a imprensa brasileira tem se comportado como se o Estado fosse um mal em si mesmo e a sociedade um bem infinito. Nessa luta do Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro – não é preciso dizer de que lado jornais e revistas dizem estar -há um largo espaço para as mais absurdas inconsistências. Isso porque, na hora do aperto, é ao Dragão, e não ao Santo, que se voltam as preces. Exemplo maior do alto grau de dissociação, no sentido psicológico, de alguns veículos de comunicação está na recente campanha fomentada pelo governo para comprimir o orçamento do Poder Judiciário e do Ministério Público em nome da austeridade fiscal. Não se pretende fazer aqui ou alhures uma defesa irrestrita do sistema estatal de solução de controvérsias, controle da Administração Pública e aplicação da lei. Muitas das críticas duríssimas que a imprensa dispara contra o Judiciário e o MP têm inteira procedência. Em relação ao controle dos atos dos outros poderes, ninguém duvida de que o Judiciário, sobretudo em suas mais altas instâncias, simplesmente não funciona. Tampouco será novidade para o observador atento a eventual captura do Ministério Público por ideologias que se atribuem a condição quase divina de única interpretação possível do interesse público definido na Constituição. Ainda falta um grau maior de controle externo sobre ambas as instituições, mesmo depois da Reforma do Judiciário, e as pressões remuneratórias sempre foram muito intensas dentro das respectivas carreiras. A questão é que no frenesi ideológico do desmonte do Estado corporativo e burocrático, sem indicar que tipo de Estado deve substituir esse que aí está, a imprensa se vê inebriada pela falácia da negação de que tribunais, para julgar, têm um custo, assim como o MP para investigar, acusar, defender direitos coletivos e controlar os atos do governo. Esse custo seria exagerado hoje no Brasil? É muito provável que a resposta seja afirmativa. Mas para chegar a essa conclusão deve-se argumentar, não apenas fazer cálculos de percentagem do ensino fundamental e ouvir os "especialistas em contas públicas" de sempre -portadores de uma visão ideológica coincidente com a da maioria da opinião publicada nos jornais.

Conflito violento

Aliás, podemos resumir a opinião da imprensa brasileira sobre as despesas do MP e da Justiça nisto: os jornalões e as revistas pedem segurança jurídica, mas não querem um Poder Judiciário de verdade. Não é preciso ir muito longe na pesquisa do material empírico (reportagens e editoriais) para chegar a tal conclusão. As opiniões concretas são bem conhecidas. Como se diz no foro: os fatos notórios não demandam prova. Alguns exemplos incontestáveis nos bastam. É quase um consenso dizer que alguém tem de emprestar força aos contratos, e reclamar para isso um Judiciário eficiente, mas logo em seguida espancar a Justiça (o MP com ela) e as liminares que paralisam obras de infra-estrutura. Sempre que se tem um aumento de tributos considerado inconstitucional, jornais e revistas em bando externam sua irrestrita confiança nos tribunais para restabelecer a ordem jurídica, porém logo denunciam com veemência os "privilégios da toga". Diante do avanço da criminalidade, exigem a realização de mais investimentos na Justiça Criminal, só para lembrar, dias depois, que o Judiciário é um pródigo que tem de ser interdito por gastar além da conta. De modo unânime rejeitam as tentativas de aprovação da "lei da mordaza", numa defesa vigorosa do direito à informação, só que insistem em desancar a autonomia administrativa e financeira do

Poder Judiciário e do MP -ignorantes, talvez, de que independência e imparcialidade sem

dinheiro são apenas palavras bonitas. Por fim, celebram a liberdade de imprensa e endeusam a magistratura como "última trincheira da cidadania", mas acham que juízes e procuradores têm que receber o mesmo salário do último contínuo da repartição. Como se explica isso? Numa analogia com a psique individual pode-se dizer que o altíssimo grau de comprometimento da dissociação, que ora afirma, ora nega, a importância do Judiciário e do MP constitui um reflexo do conflito violento entre a consciência do ego e a pressão de conteúdos inconscientes. Há duas opiniões que se alternam conforme a maior ou menor defesa do ego. Assim se produzem tantas e tão flagrantes contradições.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 409, 28/11/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 4

OI & LEITORES

Equívocos de opinião e a lógica de granito

Por Pedro Eduardo Portilho de Nader em 28/11/2006

"Nos habituamos tanto a nos disfarçar para os outros que nos disfarçamos de nós mesmos." (La Rochefoucauld) "O mesmo museu tinha uma seção em memória do Massacre Armênio (naturalmente, disse ela, alguns turistas vinham esperando ver remanescências do massacre turco dos armênios, e era sempre um choque descobrir que nesse museu a história era contada de forma diferente)". (O narrador, in Neve, de Orhan Pamuk) "Quando um não quer, dois não brigam" é o provérbio, bastante conhecido, lembrado por Eduardo Guimarães em seu artigo publicado no dia 14. O artigo trata, basicamente, de dois pontos. Por um lado, se esforça em pedir que serenem os ânimos que se exaltaram nos últimos tempos: primeiro, vários articulistas no OI -entre eles, Alberto Dines e Mauro Malin, principalmente escreveram sobre os escândalos de corrupção nos últimos anos; isso provocou diversas respostas exasperadas, que, por sua vez, teriam causado reações igualmente exaltadas daqueles primeiros. Guimarães assinala que houve extrapolações, com injúrias pessoais, e as rejeita, pedindo educação e respeito nos debates. Por outro lado, procura apontar o que considera equívocos num artigo de Mauro Malin, sublinhando, logo no início, que este respeita os leitores. O autor sempre reitera o que aparece como o desígnio do artigo: o comedimento dos ânimos, pedindo que as pessoas debatam de forma ponderada, evitando exaltações e hostilidades que não são compatíveis com debates civilizados. Cada uma das duas partes do artigo de Guimarães é exemplarmente razoável (no sentido de terem razoabilidade, não de serem medianas) quando consideradas isoladamente. Na primeira parte, é nobre o desígnio do artigo apresentado pelo autor: pedir que os debates ocorram de forma educada, ponderada, sem injúrias pessoais. Na segunda parte, ele oferece um exemplo: procura criticar os argumentos de Malin, apontando o que, no seu entender, são os equívocos do articulista. Procura contra-argumentar, evita injúrias, busca, inegavelmente, desenvolver uma forma respeitosa com o artigo que critica, assim como dissera que Malin tinha sido respeitoso com seus leitores.

Os excessos

A questão é que as duas partes não são isoladas. Não é casual que várias vezes o artigo de Guimarães posterga o desenvolvimento da primeira parte para assinalar os "equívocos" de Malin, e só no final ele indica suas respostas rápidas àqueles equívocos. A estratégia discursiva funde as duas partes: ao tratar do desígnio inicial, o artigo mostra ansiedade em assinalar os erros de Malin. Considerando assim, aparece evidente: ao apontar o que ele considera os equívocos cometidos por Malin, Guimarães trata -inadvertidamente ou não (essa distinção não é relevante aqui) - esses e outros "equívocos", de Dines e de outros articulistas, como a causa das manifestações intolerantes que esses articulistas e seus textos sofrem. Guimarães condena os excessos, as extrapolações ofensivas contidas em muitos comentários, mas seu artigo mais do que sugere que esses comentários imponderados, injuriosos, foram, afinal, decorrentes dos "equívocos" daqueles articulistas. A idéia que aparece subjacente, ainda que não formulada abertamente, é que se não houvesse os equívocos, não ocorreriam os excessos. Evitem-se os equívocos e as reações histriônicas contrárias não ocorrerão mais, é o que se depreende do artigo. Se no início, ao invocar o serenamento dos ânimos, a ponderação

e o respeito nos debates, o artigo parecia ele mesmo pleno de razoabilidade em vez da intransigência e dos excessos que são condenados, no final fica a impressão de que ele não

atingiu a questão principal: o comportamento intolerante. Seu alvo central terminou sendo os equívocos de opinião (tomou os argumentos de Malin como exemplo de seu alvo). Teve o mérito de não tratá-los ostensivamente como delitos de opinião, mas, no fim, esses equívocos aparecem como os responsáveis pela reação injuriosa dos comentários contrários. Esse procedimento abre brecha para que os assim considerados equívocos sejam imputados como delitos de opinião. Ao desaprovar os excessos dos comentários intolerantes, o artigo de Guimarães enfatiza justamente os excessos, negligenciando assim os caracteres intolerantes contidos nos comentários. O artigo sugere que os excessos são consequência dos eventuais equívocos de opinião; diferentemente disso, na verdade, os excessos são decorrentes da intolerância dos que cometem os chamados excessos. Num outro artigo meu ["Liberdade de opinião e seus adversários"], procurei apontar a intolerância contida em muitos comentários feitos numa situação similar a essa; Guimarães, por sua vez, preferiu ressaltar o que ele considera equívocos de opinião, deixando de lado a intolerância dos comentários (não observa a intolerância desses comentários, apenas seus excessos). Seu artigo rejeita os excessos, mas não desaprova a intolerância.

(...)

As diferenças

Não cabe aqui uma discussão minuciosa sobre a perseguição e a sentença de morte a que foi exposto Salman Rusdhie - o apelo, referente à execução do escritor, lançado a todos os defensores da fé, por quaisquer meios, em qualquer lugar, sem considerar o decorrer do tempo -, mas algumas observações são pertinentes. Já foi apontado que o imame que lançou a fatwa apenas aproveitou a oportunidade para se contrapor e se superpor aos sunitas, demonstrando mais intransigência do que esses: seu alvo sendo o conflito religioso interno, não haveria preocupação efetiva com o livro de Rusdhie. Na fatwa, Rusdhie foi apresentado como um herético, autor de uma blasfêmia contida no livro, mas essa acusação era falsa: era bem conhecido que Rusdhie nunca tinha partilhado da fé, de maneira que era errado tratar o livro como prova de apostasia. É importante lembrar que, no Ocidente, algumas pessoas (sobretudo autoridades religiosas de diferentes confissões) demonstraram repúdio à condenação, mas aproveitaram a oportunidade para criticar uma liberdade de opinião que não conhece limites: assim, criticaram o escritor -e também a liberdade de opinião. No entanto, como já foi apontado alhures, Rusdhie não entrou numa igreja e insultou os crentes tão somente escreveu um livro para quem quisesse lê-lo. Tomaram o livro como uma manifestação de opinião, considerada má. A fatwa é vista como um excesso que deve ser repudiado, mas a liberdade de opinião é questionada. Aparece aí a lógica de granito: o dogmatismo dessas pessoas se aproveitou do dogmatismo da fatwa declarada contra Rusdhie. A melhor resposta foi dada pelo próprio Rusdhie em artigo publicado em fevereiro de 1990: em vez de defender sua pessoa, ele corajosamente trata da questão que entrelaça literatura, modernidade e liberdade de expressão. Rusdhie assinala que nunca foi muçulmano, mas, pelo contrário, sempre viveu uma vida de homem laico, pluralista e eclético; portanto é incongruente tratá-lo como apóstata. No entanto, ele não é indiferente à religião de parcela grande da população do país onde nasceu e cresceu. Rusdhie diz que, longe de atacar a fé dos muçulmanos, se sente próximo da sociedade muçulmana, desde que ela não se tranque em certezas fixas - de granito, poder-se-ia acrescentar -, mas se permite questionar (neste sentido, Rusdhie lembra que as sociedades muçulmanas mudaram suas leis e seus costumes ao longo dos séculos). Rusdhie observa que não é intolerante nem indiferente: sua literatura explora a questão da revelação e da fé. Sem a liberdade de desafiar, de ofuscar, de provocar, de questionar as ortodoxias, aponta ele, a liberdade não existe: é preciso reconhecer a diferença de posições.

Ação e reação

Assim, o artigo de Rusdhie deixa entrever a idéia de que não é a liberdade no espaço público que serve à liberdade individual, mas a liberdade de expressão que é importante para se constituir um espaço público aberto, tolerante às diferenças e às dúvidas (estes dois parágrafos, é preciso ressaltar, se beneficiaram diretamente das formulações de um artigo de Claude Lefort a propósito de Rusdhie). É certo que as situações mencionadas acima não são idênticas e não se deve esquecer suas diferenças intrínsecas. Ser processado judicialmente na Turquia laica, como ocorre com o ganhador do Prêmio Nobel de Literatura deste ano, não é o mesmo que ter uma fatwa declarando sua execução, e os dois casos não são a mesma coisa que sofrer um julgamento numa sociedade totalitária. Há diferenças também entre os casos na Alemanha hitlerista e no regime soviético: nos julgamentos nazistas, o réu já estava previamente condenado antes de se começar o julgamento, que era apenas um teatro deplorável (repleto de canastrices, como é possível ver em documentário que mostra a atuação histórica e estressada de um juiz nazista), mas o réu não era induzido a se declarar culpado de traição e a pedir sua própria condenação, como costumava ocorrer nos julgamentos stalinistas. Similarmente, ao rejeitar os excessos, o artigo de Guimarães difere muito daqueles que sequer vêem excessos e nada vêem de errado no histrionismo intolerante. Por outro lado, a ênfase nos excessos negligencia a intolerância. Ao ressaltar os chamados equívocos de opinião, esses são tratados como a origem das reações que se excederam na falta de educação. No entanto, nem é adequado usar o termo "reação", como se fossem respostas legítimas (ainda que inadequadas quanto ao tom excessivo) aos equívocos de opinião, esses, sim, as ações que teriam provocado as reações. O exemplo, feito por Guimarães, de criticar ponderadamente Malin, extravasa no artigo e ultrapassa o propósito de ser um exemplo: se fosse apenas um exemplo de crítica ponderada e civilizada, não haveria a ânsia desajeitada, demonstrada no artigo, em anunciar os "equívocos" de Malin no meio do desenvolvimento do desígnio, não ocorreria a alta ansiedade que resulta na fusão do desígnio e da crítica-exemplo.

Os limites

Em comentário posterior, Guimarães reclama sua tristeza pela pouca adesão manifesta ao desígnio enunciado em seu artigo. Não há motivo para reclamação por isso: ninguém fez reparo ao desígnio em si, ausência de reparos que é relevante -no entanto, talvez seja significativo que ele celebre a alegria pelas adesões, proteste decepção pela falta de mais adesões, mas não observe a falta de reparos ao desígnio em si. Tudo indica que ninguém discordará do desígnio enunciado. Talvez alguns, ou muitos, que não manifestaram adesão completa ao artigo tenham, de alguma maneira, percebido uma inconsistência entre o desígnio em si e a permissividade com a intolerância. A preocupação direta de Salman Rusdhie é referente ao perigo imenso que há nos dogmatismos contidos na forma de ortodoxia religiosa. Essa preocupação pode -e deve - ser igualmente estendida quanto aos perigos em outras modalidades de dogmatismos, contidos em outros tipos de ortodoxias. Pode parecer banal, mas é sempre necessário lembrar que a tolerância tem seu limite na agressividade intolerante do outro. Essa proposição oferece a parte substancial que é negligenciada pelo provérbio que movimenta e encerra o artigo de Guimarães. Mais relevante do que a vontade de brigar ou não, a questão principal, e mais séria, é a referente aos limites da intolerância.

(Ano 11, ed. Nº 409, 28/11/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 5

COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA

Quem financia a mídia privada?

Por Venício A. de Lima em 28/11/2006

O acesso a dados contábeis das empresas de comunicações no Brasil é, certamente, uma das maiores dificuldades que o estudioso enfrenta. Tratados como segredo comercial, é praticamente impossível obter informações relativas a faturamento, fonte e distribuição por veículo de investimentos publicitários, empréstimos, dívidas ou lucros dos grandes grupos de mídia. Com isso, é sempre difícil avaliar com segurança -sobretudo para os não iniciados no mundo das finanças, como o signatário -qual o peso relativo dos investimentos de diferentes setores da atividade econômica no conjunto dos recursos que são destinados à grande mídia privada. Um exemplo dessa dificuldade tornou-se público recentemente no embate judicial que travam a CartaCapital-Mino Carta e Veja-Diogo Mainardi. Um dos pontos em debate é o volume de publicidade do governo federal que a CartaCapital receberia. A revista de Mino Carta afirma que esse volume não passa de 30% e é inferior ao que recebe a revista Exame, da Editora Abril. Já no artigo objeto da ação judicial por difamação, o articulista de Veja diz que 70% da publicidade de CartaCapital vem do governo federal. Retomo o assunto a propósito de afirmação que fiz em artigo anterior (OI nº 407) sobre o Estado brasileiro ser -direta ou indiretamente -uma das principais fontes de financiamento da mídia privada comercial, seja ela impressa ou eletrônica ("Comunicação democrática: Quem financia a mídia pública?"). Pelo menos um leitor questionou minha afirmação como incorreta. Utilizo a palavra "financiamento" no sentido que o verbo "financiar" tem no dicionário, isto é, prover as despesas de; custear. No caso, refiro-me, portanto, ao conjunto dos recursos públicos que fazem parte do "custeio" das empresas da grande mídia, que as ajudam a manter-se em funcionamento. Isso inclui, dentre outros, isenções e incentivos fiscais para importação de equipamentos e matéria-prima; ressarcimento fiscal; empréstimos de bancos oficiais; os patrocínios; a publicidade legal (editais, balanços) e a publicidade da administração pública direta - governos federal, estaduais e municipais - e da administração indireta, tanto das empresas que concorrem como das que não concorrem no mercado. Dessa forma, o cálculo dos valores envolvidos nesse largo espectro de recursos públicos não é tarefa fácil. Essa, creio, é mais uma razão pela qual eles não são facilmente conhecidos.

Dados não-oficiais

Um exemplo desses recursos públicos - sempre ausente da agenda pública de discussão - é

o ressarcimento fiscal. Durante a última campanha, a Receita Federal informou que o horário eleitoral "gratuito" custaria aos cofres públicos cerca de 191 milhões de reais em ressarcimento fiscal às empresas privadas de radiodifusão, aliás concessionárias de um serviço público. Para algumas dessas concessionárias, o horário eleitoral "gratuito" acaba sendo um excelente negócio uma vez que o ressarcimento, estabelecido na Lei Eleitoral, é calculado aos preços correntes da tabela publicitária, raramente praticados na negociação rotineira com os anunciantes. No que se refere especificamente aos investimentos publicitários, existem estudos publicados e também percentuais que circulam não-oficialmente entre agências e institutos de pesquisa especializados. Como esses percentuais

se referem a médias gerais, é impossível a avaliação comparativa dos investimentos nos principais grupos de mídia do país. E é necessário, também, que se tenha o devido cuidado para não reduzir a ampla questão dos financiamentos públicos apenas aos investimentos

publicitários. O jornalista Fernando Rodrigues, por exemplo, tem acompanhado os investimentos publicitários do governo federal de forma sistemática. Em novembro de 2003, com base em dados do Monitor Plus/Ibope e de pesquisa própria sobre grandes anunciantes governamentais ("Gasto oficial responde por 7% do mercado publicitário", Folha de S.Paulo, 10/11/2003), ele estimava que os governos federal, estaduais e municipais eram responsáveis por 7,13% de tudo o que se investiu em publicidade no ano de 2002. Comparativamente, esse percentual era o maior de 14 países, entre os quais se incluíam Estados Unidos e Alemanha. Já em janeiro de 2005, estimava que a despesa total média com propaganda (incluindo a produção, a propaganda legal e os patrocínios), somente do governo federal, de 1998 a 2004, girava em torno de 1 bilhão de reais por ano. Isso fazia do governo federal o maior anunciante do país ("Governo terceiriza gasto com publicidade", Folha de S.Paulo, 3/1/2005, pág. A-6). Outra matéria publicada em abril ("Gasto de Lula com publicidade sobe R\$250 milhões em 2004", Folha de S.Paulo, 8/4/2005, pág. A-4), estimava que o investimento em publicidade do governo federal, em 2004, ficava abaixo apenas daquele das Casas Bahia, o maior anunciante empresarial do país. Já em setembro do mesmo ano, Rodrigues estimava que os gastos públicos totais com publicidade alcançariam cerca de 3 bilhões de reais -ou mais de 3 vezes os valores totais de inserções publicitárias do governo federal ("Governos gastam R\$ 3 bilhões por ano com propaganda no Brasil", Folha de S.Paulo, 5/9/2005, pág. A-10). Somente para o governo federal, a estimativa para a propaganda legal era de cerca de 65 milhões de reais e para os patrocínios, de 200 milhões de reais. Acrescidos os valores estimados para os governos estaduais e municipais -cerca de 1,5 bilhão de reais/ano - chegava-se ao total de 3 bilhões de reais. Há dados não-oficiais que falam de percentuais de 6,4% em 2004 e de 5,5% em 2005 - um ano atípico - relativos ao investimento publicitário público total.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 409, 28/11/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 6

ELEIÇÕES 2006

A liberdade de imprensa é federal

Por Valter Pereira de Melo em 10/10/2006

(...)

Falta de liberdade

Para a imprensa, que pagou o salário dos jornalistas – e que salários! sou do ramo, conheço as artimanhas. Por que o Observatório não faz um debate sobre a imprensa regional e municipal? Aí, nessas duas esferas de governo, é que a corrupção é grossa. Denunciei um prefeito do PMDB e hoje denuncio um do PSDB que roubaram de cara lavada. Tanto um quanto o outro me perseguiu, cortou publicidade e mandou que empresários não publicassem anúncios no meu jornal. Além disso, os dois me caluniaram na rádio deles. Na área federal, é uma beleza, podem crer.

A TVE é uma emissora pública, não podemos utilizar um espaço privilegiado para apresentar apenas uma visão parcial da coisa, desinformar, distorcer uma realidade. O Observatório da Imprensa só fala da área federal porque é fácil. É preciso falar dos municípios e dos estados, que é onde a corrupção começa. Na área federal é consequência. Por que a Folha não denunciou os escândalos do Alckmin? Não denunciou porque, se denunciar, o governo estadual corta a verba gorda.

A imprensa só quer bancar que é livre na área federal. Isso é errado. Faça um debate sobre a liberdade de imprensa na área estadual e convide Jorge Kajuru. Ele viveu essa falta de liberdade total. Não podemos escamotear, professor Alberto Dines.

(Ano 11, ed. Nº 402, 10/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 7

MÍDIA & SOCIEDADE

Não podemos debater?

Por Marcos André Lessa em 14/11/2006

É curioso um cacete corriqueiro da (concentrada) mídia brasileira: toda vez que ela é questionada sobre o fato de estar fazendo o seu trabalho direito, seus porta-vozes chamam com o mesmo argumento, de que a liberdade de imprensa está ameaçada. Os donos dos meios de comunicação precisam perceber que a população tem direito de saber muita coisa que a liberdade de imprensa exige dos seus veículos e profissionais. Tomemos como exemplo

o recente acirrar de ânimos entre governo e mídia. Após a denúncia da revista CartaCapital quanto ao exercício do jornalismo no episódio das fotos do dinheiro, não se parou de debater o papel da imprensa numa democracia. A internet foi o fórum principal para isso, e até mesmo Ali Kamel teve que se explicar sobre uma prática jornalística de suas equipes, coisa impensável até então.

(...)

Desejo histórico

Pois o referido projeto já está sendo chamado pela revista Época de "pretexto" para a "revanche", e o colunista Paulo Nogueira já decretou: quem tem que julgar a mídia não é o governo, mas a o público e a Justiça. Ou seja, não toquemos nesse assunto simplesmente porque ao governo não cabe responsabilidade sobre isso. Ora, é claro que cabe, uma vez que

o Estado existe para todos os cidadãos. E assim como precisa promover distribuição de renda e os direitos humanos básicos, precisa também buscar o equilíbrio da representatividade da população e dos órgãos de mídia. A sociedade espera uma maior democratização dos meios para se sentir representada e com possibilidade de acompanhar e interagir. A internet é isso, e não pára de crescer pelo mesmo motivo. Portanto, é preciso que venha para a pauta do dia o projeto de democratização dos meios, pois isso é um desejo histórico do povo brasileiro. Mesmo se os porta-vozes dos barões disserem o contrário.

(Ano 11, ed. Nº 407, 14/11/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 8

BALANÇO DAS URNAS

Houve progressos na cobertura das eleições

Por Ricardo A. Setti em 30/10/2006

Reeleito o presidente Lula e terminada a maratona eleitoral de 2006, o signatário destas linhas vai respeitosamente divergir de vários colegas, de diferentes veículos, para considerar que o saldo da cobertura das eleições pela imprensa foi positivo. Não é possível, naturalmente, ignorar a intensa polêmica que cercou a divulgação do escândalo do suposto dossiê que um grupo de petistas, com ramificações até mesmo na campanha pró-reeleição de Lula, tentou adquirir com dinheiro suspeitíssimo para enlamear os tucanos. Nem dá para discordar dos colegas -como o ombudsman da Folha de S.Paulo, Marcelo Beraba, e Luiz Weis, colunista deste Observatório -que criticaram pesadamente o fato de órgãos da grande mídia terem mentido a seu público sobre as famosas fotografias da pilha de dinheiro destinado à aquisição do dossiê, feitas e vazadas à imprensa pelo delegado da Polícia Federal Edmilson Pereira Bruno. O delegado combinou com jornalistas que diria a seus superiores que o CD com as fotos fora roubado de sua mesa, de forma a afastar de si as suspeitas de vazamento, e a versão mentirosa chegou a leitores e ouvintes. A polêmica principal sobre a divulgação das fotos envolveu a Rede Globo -sempre o principal alvo de críticos durante as eleições, devido a seu passado muito pouco recomendável no jornalismo político. Teria dado maior ênfase ao aparecimento das fotos do que ao gravíssimo desastre com o avião da Gol em Mato Grosso, ocorrido no mesmo dia, influenciando, portanto, o resultado do primeiro turno com um noticiário carregado de suspeitas contra o PT. Levou bordoadas de muita gente, a começar das desfechadas pelo jornalista Paulo Henrique Amorim em seu blog. As da CartaCapital contra a Globo, como sabem os leitores, acabaram sobrando, inclusive, sem o menor fundamento, para este Observatório.

A Globo vem se redimindo do passado

O saldo geral da grande imprensa diante da eleição, no entanto, está longe de ser ruim. Sem a menor pretensão de esgotar o tema, que é amplo, começemos pela própria Globo. Baixado o teor de predisposição ideológica, ainda forte entre nós, jornalistas, é justo e sensato afirmar que a Globo sofreu críticas exageradas. A emissora, na verdade, se comportou corretamente. Como vem acontecendo há várias eleições, realizou trabalho competente e isento, tanto na eleição presidencial como nas demais. Certas concessões, como

o precioso tempo dedicado diariamente no primeiro turno a candidatos nânicos à Presidência, donos de legendas de aluguel, em troca de mantê-los fora dos debates, acabaram sendo um jeito criativo de driblar loucuras da nossa legislação eleitoral e permitiram que o debate do primeiro turno não virasse piada. É claro que senões sempre ocorrem. Os que enxergaram uma Globo agindo contra Lula provavelmente não quiseram ver alguns escorregões no exato sentido oposto -por exemplo, o destaque conferido, como se se tratasse de atos rotineiros de governo, a certas solenidades oficiais obviamente eleitoreiras promovidas pelo presidente, como o encontro com catadores de papel. Também é coisa feia, provinciana e não-profissional a postura arrogante de fingir que não existiram os debates Lula vs. Alckmin nas concorrentes Bandeirantes, SBT e Record. Sem contar que, acima de tudo, isso desinforma e prejudica seu próprio público. Mas chegou a hora de reconhecer que a poderosa

rede vem se redimindo do passado, deixando o passivo de festejar a ditadura, ignorar a campanha das diretas-já e outras mazelas cada vez mais distante.
(...)

Ainda é preciso caminhar muito.

Conseguimos, então, uma cobertura excelente? Claro que não. É preciso caminhar muito ainda, no futuro. Começando por repensar os debates entre candidatos na TV. Ainda que variassem de algum modo os formatos, a área de jornalismo das emissoras não conseguiu um jeito de torná-los realmente reveladores. Além do que continua constrangedor e impróprio submeter políticos que poderão ocupar o mais importante cargo público do país a regras que, muitas vezes, reduzem-nos a patéticos escolares bagunceiros levando, cabisbaixos, "pito" de jornalistas mediadores. (Ao final do debate da Globo, todos se lembram, Lula e Alckmin, titulares de mais de 100 milhões de votos dos brasileiros, tiveram que engolir, como meninos bem comportados, o elogio de William Bonner por seu "comportamento exemplar"). Outros pontos do trabalho jornalístico merecem reflexão e reparos. Com algumas exceções, não conseguimos, até hoje, dar a devida importância (na verdade, a menor importância) às eleições para o Legislativo, cruciais numa democracia. A cobertura das eleições nos Estados que não os cinco ou seis principais é irregular e quase sempre raquítica. O levantamento de uma questão-chave da campanha no segundo turno presidencial -o caso do dossiê contra os tucanos -, como tantas outras que envolvem a polícia, foi modestíssima na apuração própria, para mencionar somente um exemplo adicional.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 405, 30/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 9

ELEIÇÕES 2006

Para não perder tempo com debates

Por Paulo Nassar em 17/10/2006

Publicado originalmente no Terra Magazine (15/10/2006)

(...)

Falas e gestos

Esse tipo de evento na televisão tem quase cinco décadas. É basicamente impulsionado por muito marketing, dinheiro e sacanagens. O resultado é que a sociedade desconfia cada vez mais do que vê e ouve na tela de televisão e nas páginas da imprensa.

O marco inicial desse tipo de sujeira eletrônica, em 1960, foi o debate na televisão entre John Kennedy e Richard Nixon. Na época, um dossiê informou à assessoria de Kennedy que Nixon sofria de uma doença que o fazia suar em bicas. Os spins doctors de Kennedy não perderam tempo e pressionaram a produção do debate para que, durante todo o programa, a temperatura do estúdio ficasse infernal. O suor de Nixon foi percebido pelos eleitores como nervosismo e insegurança.

Longe de transformar esse tipo de comunicação com os eleitores em algo informativo e transparente, esses embates transformaram-se em terreno propício para "pegadinhas" ou para jogo pesado. Em um debate brasileiro, o candidato Eduardo Suplicy não conseguiu responder qual era o preço de um pão francês. Você sabe? Em outro, Fernando Henrique Cardoso foi inquirido se acreditava em Deus. Fernando Collor quis, em debate, embaraçar Lula denunciando que o petista possuía um aparelho de som, três em um. Alckmin, no debate, insinuou que Lula não conseguia articular perguntas, por isso mesmo precisava lê-las. O resultado é que não existe mais a boa ambigüidade nas falas e nos gestos. Não é possível a saudável mistura, o meio termo.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 403, 17/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 10

GOL 1907 E A DINHEIRAMA

Abaixo-assinado frustrado da TV Globo

Por Marcelo Salles em 31/10/2006

Se a expectativa da TV Globo com o abaixo-assinado (ver "Em defesa da correção profissional") era convencer os internautas de que o Jornal Nacional procedeu corretamente ao segurar as informações sobre o acidente com o voo 1907 da Gol, não funcionou. Se a idéia era deslocar o eixo das críticas à empresa para o campo da ofensa pessoal, o resultado também não foi o esperado. E quem diz isso são os próprios leitores dos portais em que o abaixo-assinado foi publicado. Até as 23h30 do dia 29/10/2006, este Observatório da Imprensa havia recebido 241 comentários sobre o documento. Apenas três defendiam a posição dos jornalistas da TV Globo. Repetindo: apenas três entre 241 comentários defendiam a posição dos jornalistas da TV Globo. Os outros 238 atacavam - alguns muito duramente - a iniciativa. Já no Comunique-se, a TV Globo conseguiu um número maior de apoiadores. Dos 117 comentários publicados até as 23h30 do dia 29/10/2006, 18 defendiam o abaixo-assinado, sendo que, desses, sete são funcionários da empresa. A despeito dessa fragorosa derrota perante os leitores, é fundamental analisarmos com muita cautela o abaixo-assinado dos empregados da TV Globo e as circunstâncias que o envolvem. 1. A motivação do documento foi a reportagem de capa da revista CartaCapital (nº 415). Na página 23, o autor do texto, Raimundo Pereira, afirma: "No dia 29 [de setembro], no Jornal Nacional, da Globo, no entanto, não há espaço para mais nada: a tragédia do avião da Gol não entra; o noticiário eleitoral, com destaque para as fotos do dinheiro dos petistas, é praticamente o único assunto". Mais à frente, Raimundo pergunta: "Qual a razão da omissão do JN? A emissora levou um furo, como se diz no jargão jornalístico, ou decidiu concentrar seus esforços no que lhe pareceu mais importante?". Assim como nesses dois trechos, no decorrer da reportagem fica claro que a crítica é em relação à direção da emissora. Em nenhum momento houve tentativa de calúnia ou ofensa à honra dos profissionais envolvidos na apuração, como tenta fazer parecer o abaixo-assinado. Basta pegar a revista e reler. Raimundo inclusive chega a afirmar, na mesma página 23, que a "questão da divulgação das fotos mobilizou a cúpula do jornalismo da tevê dos Marinho". E na página 24, reitera: "Compreende-se por que a decisão sobre o que fazer com o áudio e com as fotos tivesse de ser tomada pelas mais altas autoridades da emissora".

(...)

(Ano 11, ed. Nº 405, 30/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 11

ELEIÇÕES 2006

Leitores sob fogo cruzado

Por Marcelo Mastrobuono em 24/10/2006

(...)

Polêmica desordenada

Era o que faltava para lançar luzes ao ringue eleitoral da imprensa. Desde então, a posição de cada veículo vem sendo discutida e debatida por profissionais do meio e fora dele. É, sem dúvida, um momento especial da imprensa brasileira. Foram raros os momentos em que os veículos, em especial as revistas, se viram tão comprometidos com suas posições ideológicas. O enfrentamento está aberto e escancarado. Só não vê quem não quer.

No calor desse embate, fica evidente até para perceber quem tenta ficar fora de confrontos. A *Época*, por exemplo, esverdeou. Na efervescência do clima eleitoral, preferiu sair com uma capa chamando a atenção sobre a questão da preservação do verde, com a capa "Pense verde". Se fosse no primeiro turno, é claro que acusariam a publicação do grupo Globo de tentar favorecer a turma de Fernando Gabeira (como *Veja* o fez, no Rio). Mas não foi. A edição chegou às bancas em 12 de outubro, quando o PV já estava fora de combate. Mesmo assim, a revista não ficou isenta das críticas. Afinal, como dizem alguns, não era hora de esverdear, muito menos de amarelar.

No pano de fundo de todas essas tendências está um dos mais antigos preceitos do jornalismo – a imparcialidade, assunto tão polêmico como apontar quem é o melhor para o Brasil: Lula ou Alckmin. Uma discussão, aliás, muito pertinente. Pena que seja travada de forma tão desordenada e em clima emocional de arquibancada.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 404, 24/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 12

DEPOIS DA CAMPANHA

A blogosfera e a mídia

Por Luis Nassif em 7/11/2006

Reproduzido do blog do autor, 6/11/2006

(...)

O caminho, a saída

Para promover tais movimentos, a mídia conta com plena autonomia e praticamente nenhuma obstrução para agir de maneira totalmente livre, ainda mais quanto à produção e distribuição de conteúdos. Isso, no entanto, não corresponde a uma ausência de controle. O controle existe, só que eminentemente privado. O uso dessa liberdade na cobertura de episódios recentes, como o dossiê contra os pretensamente ingênuos tucanos, comprova o engajamento das indústrias culturais, com liderança da Globo, no combate a toda iniciativa do governo Luiz Inácio Lula da Silva de propor algum um mínimo de controle público sobre os atos de midiaticização -como ocorreu com a Lei do Audiovisual e o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). É sabido que, nos marcos do capitalismo, um jornalismo ético, crítico e de qualidade, capaz de introduzir debates plurais e democráticos (não só no período eleitoral, abordando temáticas gerais necessárias para a formação e deliberação do cidadão), será sempre periférico, desenvolvido por organização não-hegemônicas. Mas mesmo as companhias midiáticas, comprometidas com o sistema, podem avançar um pouco em seu compromisso social se forem submetidas a controle público -o que, logicamente, tem uma rejeição enorme dessas mesmas empresas, que colocam tudo numa vala comum de censura, em mais uma estratégia visando confundir e convencer a opinião pública. Dessa maneira é preciso lembrar que o Brasil, em consonância com sua recente e ainda curta experiência democrática, precisa de uma injeção de lógicas públicas nas dinâmicas midiáticas se quiser construir um espaço minimamente público. As políticas públicas servem para isso, na medida em que os problemas não se resolvem automaticamente pelo mercado, premissa que passa pela aceitação de que os jornalistas não estão acima dos demais cidadãos. Para evitar essa discussão, o processo eleitoral foi esvaziado, não sendo pautado o principal desafio ético para governantes e sociedade: a incorporação de milhões de excluídos de bens e serviços básicos (pré-requisito para a chamada inclusão digital). Essa é a política despolitizada praticada pela mídia, proposta a cada cidadão como se fosse não um caminho, mas a saída. Trata-se de uma política na qual os agentes públicos, os trabalhadores da mídia, na verdade são privados, subordinados acima de tudo aos ditames das organizações e suas regras. Nessa política despolitizada (e privatizada) da mídia, os atores efetivamente públicos não raro são capturados, tornando-se reféns - como o próprio governo Lula, que cedeu a quase toda a pauta das indústrias culturais, mas no fim foi descartado por ela, em detrimento do projeto tradicionalmente mais confiável.

(Ano 11, ed. Nº 406, 07/11/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 13

GRITA DA MÍDIA

O direito de criticar a imprensa

Por Wedencley Alves em 7/11/2006

Primeiro, uma série de redundâncias surpreendentemente necessárias: não há poder que não possa e não deva ser criticado e fiscalizado. A própria mídia se auto-intitula o quarto poder da sociedade: logo, ela deve ser criticada e fiscalizada, desde que não se confunda fiscalizar com patrulhar. As redundâncias são necessárias porque nos dias de hoje qualquer crítica mais severa aos meios de comunicação é interpretada como "ataque à liberdade de imprensa". Com um mínimo de boa vontade, no entanto, é possível compreender que pessoas civilizadas não utilizam a mídia para atacar a liberdade de imprensa, mas evocam a liberdade de imprensa para criticar a mídia, num ato cidadão de fiscalização dos poderes. O problema pode ser de ordem semântica: quando se diz imprensa, normalmente se refere ao corpo de jornalistas responsável por levar a verdade dos fatos à sociedade. Ou aqueles que vão até o mais amplo leque possível da sociedade (ou seja, "o todo") para ouvir as suas diversas vozes sobre fatos e fenômenos sociais. Usando uma expressão dos adolescentes de hoje: nem a ciência "se acha" tanto. [Nem é razoável que se acredite que todas as vozes da sociedade tenham lugar na grande imprensa, nem que a verdade, cujo estatuto é tão questionado nas epistemologias modernas, seja uma atribuição possível da imprensa. "As vozes" aqui entram em cena numa referência a Mikhail Bakhtin e às "vozes ideológicas" presentes na sociedade, e que frequentariam uma literatura moderna e polifônica como a de Dostoiévski. A partir de Bakhtin, teóricos da mídia começaram a atribuir ao jornal a característica central da polifonia, sem perceberem, no entanto, que, na maioria das vezes, quando há implicações políticas e/ou econômicas sérias, os jornais tendem ao silenciamento das vozes discordantes.] Tanto uma definição quanto outra, além de demonstrar pretensões descabidas, motiva o corporativismo por apagar um fato quase sempre silenciado. O fato é que "imprensa" refere-se, na verdade, ao universo de jornalistas que trabalham em instituições midiáticas, mas também aos seus dirigentes, e a outros jornalistas que se outorgam o direito de serem independentes. Por instituições midiáticas podemos nomear de pequenos jornais alternativos a megagrupos empresariais, com interesses políticos e econômicos, tão ideológicos quanto qualquer militância esquerdista de porta de fábrica. Há o modo idealista dese ver a imprensa. É direito de quem quiser vê-la assim -dissociada dos grandes grupos empresariais e das famílias que oligopolizam a liberdade de expressão. Mas há também um modo menos ingênuo: por exemplo, que no Brasil não seja possível discutir-se imprensa sem se pensar na disputa por nichos de telecomunicações, como telefonia ou transmissão a cabo, distribuição de livros em escolas, tecnologias digitais etc., além, evidentemente, da luta pelo prestígio político. Esta disputa se dá nas páginas de revista, mas também na Bovespa, no Congresso ou no Palácio.

Empresas. Nada mais

É preciso dar definitivamente um "Adeus às ilusões" de um jornalismo absolutamente romântico, que teria lutado contra a nobreza em nome do Terceiro Estado. Sabe-se perfeitamente que parte - e somente parte - do objeto do manifesto do abade Sieyès [Autor do manifesto que, em oposição ao Primeiro (o clero) e ao Segundo Estado (a nobreza), mostra como a ampla maioria da classe produtora, burguesia, trabalhadores livres e camponeses,

estava, nas cercanias da Revolução Francesa, alijada das decisões de poder e dos direitos do Estado] foi promovida, com a imprensa junto. Meio século depois, Balzac [Autor de Os

jornalistas, crítica ácida aos personagens da imprensa que freqüentavam a sociedade burguesa francesa nos Novecentos.] já tinha percebido isso. Enquanto isso, do outro lado do Atlântico americanos da penny press [Que marca o surgimento da imprensa noticiosa, contra a chamada party press (baseada na prática da opinião e de artigos de fundo); a "penny press" (que pode ser traduzido hoje como "imprensa do tostão") fazia referência ao preço muito baixo desses jornais, de feitio popular, que surgiu nos 30, nos EUA, e cujos fundadores nunca esconderam seu caráter absolutamente comercial] já pregavam, sem pudor, que "news is commodity" [Ver Muniz Sodré Reinventando a cultura (ed. Vozes, 1996), sobre o surgimento da notícia moderna.], mostrando que nem só de burguesia, mas de muito mercado, precisaria a imprensa daquele momento em diante. Herdamos esse idealismo tardio. O que foi reforçado nos tempos da ditadura. Mas no Brasil, 20 anos depois, parece que ainda se acredita que o heroísmo da luta contra a ditadura militar por parte de alguns jornalistas diz respeito a uma suposta luta de grandes empresários contra aquele regime que os beneficiava. Poemas de Camões [Editores do Estadão publicavam versos para denunciar censura naquele espaço da página.] em páginas censuradas não impediam o cafezinho à noite com o poder, em encontros entre donos de jornais e ministros adesistas. Quem se pôs do outro lado foi para o espaço, como o saudoso Correio da Manhã [Melhor referência sobre o caso é Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã, de Jéferson Andrade (José Olympio, 1991).]. A ditadura era mais do que militar. Quem sobreviveu, usufruiu. E não me parece que os filhos dos oligopólios da mídia tenham tido o mesmo fim de Vladimir Herzog [Morto em 25 de outubro de 1975, nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo.]. Então, é preciso parar de divinizar as empresas jornalísticas, como senhoras cativas do céu dos justos. São empresas. Nada mais. Pagam aos jornalistas e às vezes atrasam. Estes sabem perfeitamente o que é "pegar a barca" [Passageiro freqüente das barcas, Alberto Dines pegou a última em 2004, na estação Jornal do Brasil, por discordar da linha editorial do periódico carioca.] se discordarem. Sabem também que a maior vítima do todo-poder dos barões da mídia é a própria liberdade de opinião dos jornalistas. E que megaempresário está longe de ser coleguinha [Para os que não são da área, "coleguinha" é como alguns jornalistas se referem aos companheiros de categoria.].

(...)

(Ano 11, ed. Nº 406, 07/11/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 14

ELEIÇÕES 2006

A mídia, a política e o voto

Por Antonio Albino Canelas Rubim em 10/10/2006

(...)

Dois projetos

Mais uma vez fica patente que os grandes grupos de comunicação do país estão completamente orientados por seus interesses políticos e econômicos e que entre suas vítimas estão as regras mais elementares do jornalismo comprometido com a transparência, a investigação, a cidadania e a democracia. O tema da democratização da mídia no país emerge aqui com toda sua potência. Mais uma vez é preciso afirmar que sem a democratização da mídia dificilmente teremos uma real democracia na sociedade contemporânea, no Brasil ou em qualquer país do mundo atual.

O segundo turno das eleições abre a possibilidade de, por certo como muita luta, reverter este quadro de despolitização, colocando em cena a discussão dos dois projetos contrapostos que pretendem governar o país nos próximos quatro anos. Quiçá a política volte à cena nestas eleições para que a população brasileira possa exercer de modo autônomo e livre seu direito de escolha – e com isto ajudar a consolidar a democracia no país.

(Ano 11, ed. Nº 402, 10/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 15

DEPOIS DA CAMPANHA

Acertos da imprensa, bordoadas do governo

Por Rolf Kuntz em 7/11/2006

A imprensa entrou com o pé direito no período pós-eleição. O governo começou tropeçando nos próprios pés e dando bordoadas. O primeiro tropeço ocorreu já no domingo (29/10), dia da votação, quando o poeta solitário Tarso Genro, também ministro de Relações Institucionais, anunciou o fim da "era Palocci" e da "preocupação neurótica com a inflação". Foi uma Carta aos Brasileiros com sinal trocado. A notícia apareceu com destaque em todos os meios, competindo com as primeiras declarações do presidente reeleito. No dia seguinte, quando surgiram os previsíveis efeitos da bravata, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve de corrigir o estrago, reafirmando compromissos com as políticas fiscal e de metas de inflação. É raro um governante escolhido para um segundo mandato ser forçado, em menos de 24 horas, a um lance defensivo, para dar explicações à opinião pública.

Nessa mesma segunda-feira, novo tropeço, politicamente mais feio que o primeiro. A chegada do presidente Lula a Brasília foi saudada por boçais de carteirinha com hostilidade à imprensa e ameaças a jornalistas. O presidente não se manifestou. Como de costume, não soube de nada. O presidente do PT, Marco Aurélio Garcia, fez um comentário morno sobre a cafajestada: "Se houve qualquer manifestação de intolerância, tem nossa condenação".

Primeiro, o condicional não se aplica. As manifestações foram públicas. Segundo, a imprensa não pede tolerância. Em seguida, o conselheiro presidencial e diretor do partido governista aconselhou aos meios de comunicação uma "auto-reflexão" sobre seu procedimento na campanha.

Depois desses fatos e da conversa do ex-ministro Ciro Gomes sobre "democratização" dos meios de comunicação, os jornalistas têm o direito, e até o dever, de se prevenir contra novos ataques às liberdades de informação e de opinião nos próximos quatro anos. As pressões de um delegado da Polícia Federal conta repórteres de Veja, na mesma semana, completaram o cenário agourento para a imprensa brasileira.

Se fosse um jogo, os meios de comunicação teriam vencido de goleada, tanto por suas jogadas quanto pelos gols contra marcados pelo governo. Enquanto autoridades e dirigentes da Petrobras insistiam em ter feito um bom acordo com o governo boliviano, os jornais foram publicando, dia após dia, informações acachapantes sobre as negociações do contrato do gás. O governo brasileiro havia desmentido o ultimato boliviano, mas correu para assinar o contrato na noite de sábado (28/10) para domingo, no prazo fixado pelo presidente Evo Morales.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 406, 07/11/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 16

MANCHETES DO GLOBO

A insistência no erro

Por Bernardo Machado Tonasse Gomes em 24/10/2006

Das duas uma: há pessoas mal-intencionadas ou incompetentes na editoria nacional de O Globo. Pela segunda vez em dois dias, é publicada matéria sobre as eleições com título dúbio. A primeira foi a infeliz "PT usará facção do crime para abafar dossiê" (17/10). Como se os soldados do tráfico fossem invadir a qualquer momento a PF para atrapalhar as investigações. É óbvio que não era isso que a matéria queria dizer. Mas então, por que usar um título de duplo sentido? Para que confundir o leitor dessa forma? Não foi à toa que, no dia seguinte, o jornal tenha recebido cartas indignadas.

E parece que não aprendeu com o erro. "Com artistas, sem propostas para a cultura" foi a nova pérola, publicada na edição de quarta-feira (18 de outubro). Se o título queria dizer que o programa de Lula não tem propostas para esse setor, está mentindo, o que é grave. No site do PT pode-se baixar uma cartilha de 36 páginas sobre o assunto. Se, em vez disso, queria dizer que Lula não falou de propostas no encontro com artistas, foi incrivelmente mal redigido, o que também não é nada bom. Para piorar, a questão não é nem de leve retomada no corpo da matéria, deixando uma afirmação dúbio, vazia e desamparada no ar.

O que houve, pessoal? Esse tipo de coisa é tão elementar no jornalismo que sou levado a duvidar da hipótese da incompetência. Afinal, como editores de um jornal do porte de O Globo deixam passar um erro tão gritante como esse?

(Ano 11, ed. Nº 404, 24/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 17

IMPrensa, PF E A Dinheirama
TV Globo, o delegado e outros assuntos capitais

Por Marcelo Salles em 24/10/2006
(...)

Função nobre

5. A frase do presidente Lula sob a qual Kamel se esconde no penúltimo parágrafo, atestando a suposta isenção da TV Globo nessas eleições, foi enviada à emissora antes do dia 29 de setembro, informação convenientemente omitida pelo executivo.

6. Fechando com chave de ouro, Ali Kamel afirma:

"Não sou movido por paixões políticas e meu compromisso é apenas com a minha profissão: relatar os fatos, com correção e imparcialidade, não importando se beneficiam ou prejudicam esta ou aquela corrente política. Posso constatar com orgulho que esta é também a postura dos meus colegas de redação".

E conclui:

"Supor que jornalistas da TV Globo e a própria emissora possam perder isso de vista, trocando os compromissos éticos de nossa missão conjunta por objetivos políticos subalternos, é uma ofensa gravíssima que repudiamos com toda a ênfase".

Ali Kamel deveria saber, até mesmo por sua experiência de vida, que o ser humano jamais será imparcial enquanto for humano. A imparcialidade não existe, a não ser para as máquinas. A todo instante fazemos escolhas, que estarão ligadas às nossas experiências anteriores, à nossa visão de mundo. E mesmo ao optar por uma palavra ou outra (golpe ou revolução, por exemplo), estamos emitindo a nossa opinião.

Agora, é incrível que um executivo da TV Globo diga publicamente que se trata de "ofensa gravíssima" alguém supor que sua empresa possa perder "de vista os compromissos éticos e os trocou por objetivos políticos subalternos". Por que, Kamel? Não haveria motivos no currículo da Globo que permitam tais suposições? Não se tratava de "objetivo político subalterno" a participação direta da Globo na fraude que pretendia derrotar Leonel Brizola nas eleições de 1982 para o governo do estado do Rio de Janeiro? E o que dizer da edição tendenciosa do debate entre Lula e Collor em 1989? Ou das relações cordiais que a Globo manteve com os regimes ditatoriais, a partir de 1964? Não teria havido "objetivo político subalterno" quando sua empresa apoiou abertamente a escolha do modelo japonês para a TV digital, bajulando na ocasião o mesmo governo que atacou nas vésperas da votação em primeiro turno? Na época aliviaram o quanto puderam a notícia divulgada pelo IBGE sobre insegurança alimentar no Brasil, que coloca 72 milhões de pessoas nos indicadores da fome no país...

E o que dizer do modo como os telejornais da TV Globo tratam o governo dos EUA? Embora seja um governo ilegítimo – eleito a partir de uma fraude – e que tenha promovido uma invasão ilegítima contra o Iraque, ceifando milhares de vidas inocentes, o telejornalismo global o trata como "a administração Bush", quando na verdade é o maior regime terrorista de

que a história tem notícia.

Mas, não. Que ninguém suponha que a TV Globo possa abdicar de sua nobre função de "informar com correção e imparcialidade". Porque aí se trata de ofensa gravíssima.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 404, 24/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 18

COBERTURA ELEITORAL

Desvendar a caixa-preta do jornalismo político

Por Liziane Guazina em 24/10/2006

(...)

3. O jornalismo a serviço das fontes

Em retrospectiva recente, poderíamos lembrar de outros casos do jornalismo a serviço das fontes, como quando o ex-deputado Roberto Jefferson procurou uma jornalista da Folha de S.Paulo para fazer suas denúncias. Também sob esta perspectiva se compreende que o cruzamento da famosa lista de parlamentares e assessores que foram ao Banco Rural, durante a crise política de 2005, tenha sido fornecida pela assessoria do PFL a uma jornalista da GloboNews, ou que o presidente Lula escolha quando e em quais debates vai, entre muitos exemplos.

Por outro lado, o jornalismo político também padece de um vício difícil de contornar: o reduzido grupo de fontes autorizadas que convive com o pequeno grupo de jornalistas que cobrem a área. Se existem o alto e o baixo clero no Congresso, é claro que também existem

o alto e o baixo clero dos jornalistas políticos. No alto clero estão os articulistas, comentaristas ou chamados "formadores de opinião" que, muitas vezes, formulam teorias e (des)orientam a ação de grupos políticos. No baixo clero, estão os que correm do Congresso para o Palácio do Planalto, e vice-versa, em infatigáveis plantões, para obter – como já vimos – as fatídicas declarações que vão garantir o jornal do dia seguinte ou o telejornal da noite. Há muitos anos, quando ainda era uma estudante de jornalismo, entrevistei um então integrante do alto clero do jornalismo político e recebi a primeira de muitas lições: os jornalistas que cobrem política escrevem, na maioria das vezes, para eles próprios e para suas fontes. Portanto, os constrangimentos organizacionais de que falam alguns teóricos como John Soloski (*Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, organizado por Nelson Traquina, 1993) não estão somente nas redações, mas na prática jornalística junto às fontes. E é na convivência entre jornalistas e fontes que se reforçam as divergências e as afinidades, inclusive as políticas, que vão ajudar a moldar a cobertura.

Um último elemento a se observar a respeito do jornalismo a serviço das fontes é a cobertura política que legitima a ação dos atores políticos. Quantas vezes, nesta campanha, jornais ou revistas capitanearam a ação política de grupos, ao publicar informações não checadas, matérias baseadas em ilações ou indícios, até mesmo em informações plantadas ou com omissão de importantes atores? Isto para não falar de entrevistas compradas e capas baseadas em supostos furos que não se confirmam com o passar dos dias, utilizando-se informações requentadas e já negadas, produzidas para servirem como imagem no horário eleitoral ou como citação em relatórios da polícia.

4. A ilusão dos critérios profissionais do que é notícia

O discurso do profissionalismo é sempre o primeiro a ser invocado quando há questionamentos sobre a cobertura jornalística. É como se os jornalistas, ao cumprirem determinadas regras para realizar sua cobertura, não pudessem ser responsabilizados pelo

sentido que seu trabalho adquire ao final. Gaye Tuchman, socióloga norte-americana que escreveu alguns textos clássicos sobre o jornalismo, afirmou, ainda na década de 1970, que o cumprimento de atributos formais na produção das notícias – que ela chamou de "rituais estratégicos" – concede aos profissionais um distanciamento entre aquilo que eles pensam e o que eles noticiam.

Em uma perspectiva bastante crítica, Tuchman ("A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas", publicado em *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, organizado por Nelson Traquina, 1993) derruba o mito da objetividade e do profissionalismo. Para ela, a objetividade nada mais é do que uma noção operativa, que permite aos jornalistas tomarem suas decisões com um mínimo de reflexão, no menor tempo possível, e com menos riscos. Mas, em nenhum momento, os procedimentos objetivos permitem alcançar de fato a objetividade. Apenas mostram uma percepção seletiva de quem produz e são um meio de o jornalista fazer passar sua opinião, delimitada pela política editorial, e de iludir os leitores ao sugerir que a análise é definitiva.

E, por último, políticos não passam, políticos são parte essencial da democracia. Eleições não chegam ao fim no dia da votação. São um processo instável e difícil de construção democrática. O dia da eleição é só o começo de um governo; se um candidato é eleito, é porque as forças que estavam alinhadas a eles venceram a disputa, inclusive, as forças midiáticas.

Tornar transparente o ponto de vista editorial de que se parte, os compromissos políticos e os critérios jornalísticos, e desnudar os interesses das fontes nas reportagens é condição para um jornalismo de credibilidade. É preciso vencer o medo de desvelar a caixa-preta do jornalismo político, sob pena de não construirmos, efetivamente, uma sociedade democrática.

Nos estudos de jornalismo, milhares de páginas têm sido dedicadas ao problema da objetividade e dos critérios do que é notícia. De outro lado, sempre que se pergunta aos profissionais de redação, a resposta gira em torno do que é novo, desviante, importante, relevante, que causa impacto, ou que tenha interesse público.

A questão-chave que envolve a prática jornalística é que todos os critérios citados só adquirem sentido completo quando combinados com a realidade objetiva, os valores e a visão de mundo de jornalistas, editores e proprietários dos meios. É exatamente por isso que a cultura profissional se torna importante na equação que responde o que é notícia.

Silvia Moretzsohn (*Jornalismo em "Tempo Real"*, Editora Revan, 2002), afirma que "não há como definir notícia segundo critérios internos à profissão". O jornalismo não existe em uma esfera ideal, pairando acima dos compromissos políticos e econômicos, como um deus-juiz do mundo; ao contrário, ele está no seio desses interesses; é palco e parte das disputas. Portanto, a definição do que é notícia está ligada de forma inerente aos interesses e visão de mundo de toda a cadeia de produção jornalística. Reduzir o jornalismo às técnicas é ocultar seu caráter político.

Assim, os jornalistas e seus respectivos jornais e emissoras de televisão que participaram do vazamento do delegado Bruno e divulgaram as fotos sem divulgar também o áudio (não era de interesse público o público saber qual o interesse da fonte?) podem até justificar que deveriam assegurar anonimato à fonte e que estavam a serviço do dito interesse, mas não podem fingir ignorar que a maneira como fizeram isso foi – explicitamente – uma escolha política.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 404, 24/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 19

ELEIÇÕES 2006

O que esperamos da imprensa

Por Cássio Caetano Gusson Schiavi em 10/10/2006

(...)

Falta de tato

Em sua coluna, o ombudsman Marcelo Beraba expôs muito bem as falhas da Folha, que descumpriu inclusive normas de seu Manual de Redação, mas toda a mídia impressa cometeu os mesmos erros, prestando, de certa forma, um desserviço à opinião pública nesta eleição. Elogiáveis nos jornais as entrevistas, os artigos e as sabatinas, que colaboraram para a formação de opinião sobre os candidatos, mas um fato não anula o outro.

As revistas de grande circulação, ditas “formadoras de opinião”, há muito já se tornaram mero entretenimento, sem nenhuma credibilidade. Pautadas pelo mercado e publicando aquilo que as torna mais vendáveis – cujo conteúdo é discutível, seja pela falta de aprofundamento na discussão dos temas, seja pela parcialidade adotada nos textos – seguem modelo de jornalismo que em nada difere do papa das artes Assis Chateaubriand, como dizia Glauber Rocha, que usava sua máquina comunicacional como instrumento de favorecimento pessoal e manipulação de opinião, fazendo um jornalismo totalmente isento de responsabilidade social. É lamentável que uma destas revistas esteja envolvida no esquema do “dossiê”, exacerbando assim a mediocridade que vem assolando o meio.

Quanto à mídia televisiva, a TV Globo mais uma vez mostrou sua total falta de tato no que se refere à política e à necessária isenção nessa área. O último debate na emissora mostrou que o “Padrão Globo de Jornalismo” é contestável e partidário. Assistimos a uma reprise mesquinha do documentário Muito além do Cidadão Kane. Como veículo de comunicação sério e de maior público, a Globo não poderia ter adotado a posição do último debate.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 402, 10/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 20

ELEIÇÕES 2006

Relações mais do que intrincadas

Por Selma Tronco em 10/10/2006

Na Grécia Antiga, o filósofo Aristóteles (384-322 a.C.) chegou à conclusão de que para o exercício da política era necessário bom domínio de outra área do conhecimento humano: a comunicação. Desde então, ninguém ousou criticar essa afirmação. É inegável, porém, que a partir do surgimento e do crescimento dos mass media ocorreu alguma modificação nesse paradigma: na virada do século 20 para o 21, a comunicação se sobrepôs à política.

Uma das razões para a concretização dessa mudança relaciona-se à expansão da sociedade e a constatação de que os feitos só existem no momento em que são comunicados. Com isso, a divulgação de ideologias, atos políticos e candidatos deve passar, necessariamente, por algum veículo de comunicação de massa – que pertence a um dono. Essa pessoa tem total liberdade para selecionar o tipo de informação que deseja transmitir, bem como o modo de se fazer isso. Um exemplo simples dessa manipulação de consciências é a prática de evidenciar os aspectos positivos de um candidato e noticiar os fatos que prejudicariam a imagem de outro. Esse cenário se enraizou de forma profunda no Brasil a medida em que a maioria dos donos de empresas de comunicação exercem, direta ou indiretamente, alguma atividade política.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 402, 10/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 21

ELEIÇÕES 2006

Debate da Band, E o vento levou (II)

Por Deonísio da Silva em 10/10/2006

Seja qual for o resultado das eleições presidenciais, é bom que os brasileiros releiam o livro *E o vento levou*, de Margareth Mitchell. Ou dêem um jeito de assistir ao DVD do filme homônimo, pois o debate havido entre Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva no domingo (8/9) mostrou os dois Brasis de que tanto falam conhecidos sociólogos. Com uma diferença: agora o conflito está posto!

Até agora, um dos Brasis submetia-se ou era submetido ao outro, com leves intervalos de governos interessados no que se convencionou chamar de nacional.

Naturalmente o presidente Lula exagerou ao dizer no debate, dirigindo-se a Alckmin, “você governam este país há 400 anos”, e ouvir do oponente que o PSDB não existe há tanto tempo. Mas o que ele tem em mente quando diz e repete seus sofismas é que representa um presidente diferente de todos quantos governaram o Brasil, por se achar o que mais deu atenção aos pobres. Esquece-se de Getúlio Vargas, de João Goulart, de Juscelino Kubitschek e até da ditadura militar, que complicou a Previdência ao criar aposentadorias para quem jamais contribuiu.

Esquece-se também de que algumas redes de proteção social que manteve e aperfeiçoou foram criadas pelo antecessor, um verdadeiro carma do atual presidente, uma alma penada que está sempre sendo invocada para ser detratada nas comparações. Lula não parece que disputa com Alckmin, e, sim, com FHC.

(...)

Debates, sempre

As massas querem entrar para a universidade? Sejam-lhe dados os cursos, de preferência entrando sem vestibular que examine méritos, competências específicas e vocações. No lugar de tais seleções, um maço de quotas de todos os tipos, de preferência aquelas quotas que não podem ser discutidas sem se resvalar para o perigoso caminho da desagregação nacional, instilando ódio racial, ódio de quem estuda e quer ascender socialmente por méritos, ódio a tudo que não seja benesse. Mas, enfim, conquistado o diploma de algum tipo de curso superior, não serão mais do que desempregados com curso superior.

Enfim, não houve debate. Houve troca de acusações para se dizer que cada um tem tais e quais defeitos. Provavelmente os dois lados estavam certos.

Mas o problema do eleitor é outro: quem é o mais capaz para fazer com que o Brasil deixe de ser dividido em dois, entre aqueles que cada vez pagam mais impostos e os outros que precisam de favores do Estado, pagos com os recursos angariados com a carga tributária?

O governo do Brasil, como todos os governos do mundo, não produz nada. Reparte apenas.

Está repartindo mal há muitos séculos.

Tudo indica que não será ainda desta vez que a distorção será corrigida, mas uma coisa é certa: se continuar assim, vai piorar de tal modo que daqui a pouco ninguém mais suportará.

Mas quando será este dia? É triste constatar que a democracia não está resolvendo os problemas que prometeu resolver. E este é um tema perigoso demais para ser discutido em debates de televisão, com tantas restrições.

Um diz que vai vender um avião da presidência da República para com os recursos construir hospitais. A metáfora pode ser simbólica e exemplificar outro modo de gerir, mas os verdadeiros recursos para as reformas de que o Brasil tanto precisa estão em poder do pequeno estamento que vive dos juros da chamada dívida pública.

O vice-presidente de Lula de vez em quando bordeja o problema central do Brasil – os juro – mas certamente é aconselhado a calar-se, pois mais silencia do que revela que, como empresário, sabe bem onde aperta o sapato.

Mas de debate em debate o povo aprende. E aprendem também aqueles que debatem. É preciso multiplicá-los e realizar debates sempre, não apenas em época de eleições.

(Ano 11, ed. N° 402, 10/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 22

RACISMO NA TELINHA

Imagens em preto (triste) e branco (alegre)

Por Carlos Tautz em 2/10/2006

Já incorporamos tanto a ideologia racista segundo a qual pessoas negras são apáticas, ruins, incapazes, sofridas etc. etc. – ao passo que os brancos seriam seu oposto – que nem nos damos conta de quando esse sistema de idéias se manifesta no nosso dia-a-dia. Nem mesmo jornalistas experimentados, com tarimba para serem correspondentes internacionais, têm conseguido superar esses preconceitos.

À parte o nariz-de-cera (ainda se usa essa expressão?), chamo a atenção para matéria da TV Globo levada ao ar na quarta-feira (27/9). Ela tratava do show de reabertura do Super Dome, o enorme ginásio esportivo que abrigou milhares de vítimas do Katrina, o furacão que destruiu Nova Orleans em agosto de 2005. Refiro-me, aqui, somente à matéria da Globo porque eu a assisti. É bem provável que matérias de conteúdo semelhante tenham sido produzidas aos montes.

A matéria se dividia em dois momentos. No primeiro, destacava-se o anúncio do show que reuniu as bandas U2 e Green Day para comemorar a restauração do Super Dome. Na tela, homens e mulheres risonhos celebravam a reabertura do ginásio cantando e dançando. O momento era de uma felicidade só.

Um detalhe: viam-se exclusivamente brancos sorrindo, ao som, no fundo, dos dois conjuntos. Nenhum negro apareceu na tela. Provavelmente gerada a partir do escritório da rede em Nova York, a matéria, correta do ponto de vista do encadeamento lógico-temporal, relembra o estado em que o Super Dome ficou depois de ter sido quase destruído pelo uso emergencial, inadequado e intensivo que se fez dele há um ano. Ali ficaram milhares sem água, luz, segurança e mínimas condições de higiene milhares de desabrigados pelo furacão.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 401, 02/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 23

29-S, UM DIA PARA NÃO ESQUECER

Tragédia aérea, escândalo político, jornalismo complacente

Por Alberto Dines em 5/12/2006

A cada novo dia, nova prova: o governo, por intermédio do ministro da Defesa, enganou a nação brasileira ao longo de dois meses. A maior tragédia aérea brasileira está acoplada a um escândalo político de grandes proporções. Com a cumplicidade de grande parte da mídia que, mais uma vez, veiculou acusações infundadas emitidas por autoridades sãs e/ou irresponsáveis. Waldir Pires é um político honrado, corajoso, dono de uma biografia impoluta. Isso não o livra da constatação de que conduziu a apuração das causas da colisão do Boeing da Gol com o jato Legacy de forma, no mínimo, leviana. Mas é preciso que se diga que não o fez em benefício próprio. Sua intenção era favorecer o governo. Ou o partido do governo. Se no intervalo entre o primeiro e o segundo turno eleitoral se evidenciassem os fatos que agora começam a aparecer, o governo sairia muito chamuscado do pleito. Waldir Pires politizou a tragédia desde o primeiro momento. E agora está pagando por isso. Os pilotos do Legacy eram americanos, logo eram liminarmente culpados -estavam na altitude errada, desligaram o transponder, não obedeceram às regras. O jornalista do New York Times que voava no Legacy declarou logo nos primeiros dias que há "pontos cegos" no espaço aéreo da Amazônia. O ministro Waldir Pires caiu de pau nele. Quando apareceram informações sobre o abalo emocional dos controladores que estavam na torre de Brasília na hora da tragédia, o ministro desmentiu. Com mentiras. Quando a categoria dos controladores resolveu agir e iniciar uma operação padrão para chamar a atenção da sociedade, o ministro fez pouco caso, declarou que não havia atrasos nos vôos, estava tudo normal nos aeroportos brasileiros. Mentiu novamente. No Senado, o ministro Pires voltou atrás, admitiu tudo o que havia contestado. Na segunda-feira (4/12), depois das denúncias do Fantástico sobre o estado do equipamento de controle, o ministro enrolou, enrolou e acabou declarando que mandaria apurar. Waldir Pires contou mais lorotas nos últimos 60 dias do que o Barão de Munchausen em toda a sua vida.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 410, 05/12/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 24

RESPONSABILIDADES DE MÍDIA

Credibilidade e a autonomia do jornalismo

Por Venício A. de Lima em 21/11/2006

(...)

Estrutura simbólica

Já pude tratar neste Observatório ("Diversidade em risco: Rumo ao monopólio da TV paga") de um relatório do Programa Internacional de Comportamento Político da Universidade de Maryland, apoiado em pesquisas realizadas entre os meses de junho e setembro de 2003, que constatou que 48% dos americanos acreditavam que suas tropas haviam encontrado evidências de ligações entre o Iraque e a al-Qaeda; outros 22% acreditavam que as tropas encontraram Armas de Destruição em Massa (WMD) no Iraque; e 25% acreditavam que a opinião pública mundial apoiava a ação armada dos Estados Unidos. Todas essas percepções estavam equivocadas. E por quê? As pesquisas identificaram -entre os quatro fatores principais - as fontes de informação sobre a invasão do Iraque. Entre os 80% que tinham a radiodifusão como fonte principal, 18% eram telespectadores da Fox News. Dentre eles, 80% tinham pelo menos uma das três percepções equivocadas e 45% acreditavam em todas as três. Estes dados indicam que o jornalismo produzido pela Fox News sobre a invasão do Iraque recebe um "enquadramento" que não só favorece o ponto de vista oficial do governo Bush como omite fatos importantes em relação ao próprio conflito. E para que isso aconteça não é necessária - embora possa existir - uma determinação de ordem superior para que os jornalistas cumpram. A estrutura simbólica de valores, orientações e expectativas, dentro da qual a prática jornalística da Fox News ocorre, é suficiente para produzir esses resultados distorcidos da realidade.

Pluralidade e diversidade

É falso, portanto, acreditar que o jornalismo, sobretudo o jornalismo político, possa ser julgado somente por critérios técnicos internos à profissão. As notícias são construções simbólicas e a autonomia do jornalismo sempre será relativa. O jornalista nunca será absolutamente neutro ou isento o que, todavia, não o exime de buscar a exatidão factual. Assumir publicamente essa condição constitutiva do jornalismo -e abrir a discussão de seus critérios e práticas -talvez seja o único caminho para a grande mídia privada restaurar a credibilidade ameaçada junto aos seus "consumidores". Essa é a discussão que está posta entre nós. São a pluralidade e a diversidade na mídia e o interesse público que ganham com esse debate. E nunca é demais insistir -por mais que essa insistência desagrade a alguns: ganha, sobretudo, a democracia brasileira.

(Ano 11, ed. Nº 408, 21/11/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 25

ELEIÇÕES 2006

Mera armação para derrubar Lula

Por Carlos Lopes em 10/10/2006

Publicado originalmente no jornal Hora do Povo em 4/10/2006

A mídia que sustenta a oposição ao governo Lula deixa, em tudo o que faz, aquele inconfundível cheiro de cinismo que só ela é capaz de exalar. Assim são as sábias afirmações de que Lula não decidiu a eleição no primeiro turno porque faltou ao debate da Globo.

Durante os três dias em que, devido à lei, não houve programa eleitoral gratuito, fizeram de tudo, sem absolutamente nenhum escrúpulo. Estamparam nas primeiras páginas e na televisão as fotos ilegais, tiradas por um delegado que se rebaixou a rufião, do dinheiro apreendido com os petistas que foram pegos negociando o dossiê sobre as atividades ilícitas de Serra, como se o PT, o governo – e, evidentemente, o presidente Lula – fossem responsáveis pela conduta desses irresponsáveis. É evidente que tudo estava armado para que as fotos aparecessem exatamente quando a propaganda eleitoral fosse suspensa, e a mídia reacionária pudesse fazer impunemente a propaganda dos seus candidatos e a difamação dos adversários. Fizeram artigos e matérias contra Lula acusando-o de cobras e lagartos, quando ele não podia se defender, já que o programa eleitoral estava suspenso.

Insinuaram uma enxurrada de infâmias e, ao mesmo tempo, promoveram escandalosamente o candidato da reação e do atraso, fazendo uma campanha eleitoral tão explícita quanto ilegal. Depois de transformar seus jornais e canais de televisão em meros panfletos, para completar, editaram o próprio debate a que Lula não tinha comparecido, passando-o na televisão como se o debate não fizesse parte, precisamente, da campanha eleitoral que estava suspensa. Em suma, reincidiram, sob outra forma, na farsa criminosa – e até a Globo hoje a reconhece como tal, ainda que não se emende – do debate entre Lula e Collor, em 1989, editado, segundo contou depois um de seus fabricantes, com o seguinte critério: “destacar os melhores momentos de Collor e os piores momentos de Lula”.

Agora, depois de fazer tudo isso para impedir que Lula fosse eleito já no primeiro turno, tais damas e cavalheiros da mídia chegaram à brilhante conclusão: a culpa de Lula não ter decidido a eleição logo na primeira rodada é... adivinhem de quem? Do Lula, é claro, que não se submeteu a ser escovado num debate adrede preparado para esse fim.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 402, 10/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 26

ELEIÇÕES 2006

Veja & Época, dupla com DNA lombrosiano

Por Gilson Caroni Filho em 10/10/2006

(...)

Roteiro amável

Olhar severo, sorriso contido, Alckmin surge na capa da Veja (edição 1.977, de 11/10/2006) sobre um sugestivo “O desafiante” como chamada. O pomposo título – “O fenômeno Alckmin” – e a matéria obedecem à marcha batida dos Civita: não esconder intenções ou negacear apoios que possam ferir preceitos éticos caros à imprensa. O trecho a seguir foi extraído da matéria assinada por Marcelo Carneiro e Camila Pereira. Notemos que, quando um texto jornalístico se esmera em juízo de valor, duas coisas se fazem ausentes: juízo e valor.

“Sua candidatura vinha experimentando um crescimento lento, mas robusto, havia alguns meses, graças a uma campanha que, se não primou pela empatia, enfatizou a necessidade de uma agenda positiva para o Brasil. Com a eclo são do dossiêgate e, em grau menor, as demonstrações de arrogância de Lula, cuja condição de favorito o fez fugir dos debates televisivos, esse crescimento ganhou, pouco antes da votação”.

Ao qualificar a agenda do candidato tucano como positiva temos, por antinomia, que seu oponente ou não tem nenhuma ou ela é negativa para o Brasil. Melhor, impossível.

Lembrando que a cobertura do “dossiêgate” foi assimétrica na apuração do conteúdo, é importante frisar que a “arrogância” de Lula é uma formulação da revista. Uma percepção subjetiva transformada em anátema. Chamamos a isso jornalismo?

E o roteiro continua:

“Além de recatado, Alckmin é descrito como centralizador. ‘Ele sofre para delegar comandos’, diz Meirelles. Na semana passada, ao saber que faltavam adesivos com sua foto em um dos comitês de São Paulo, pegou o telefone e reclamou pessoalmente da falha com o responsável pelo escritório. Um trabalho que seria da secretária”.

Aqui o procedimento discursivo tende a “humanizar” o estilo do candidato: centralizador e capaz de iniciativas que ignoram formalismos hierárquicos. Estamos longe de um simples relato. Trata-se de construção ideológica. É a mídia exercendo o seu papel de ator político. Operando na centralidade que, paradoxalmente, pode lhe trazer, em curtíssimo prazo, severos revezes. Em suma, estamos falando da Veja e do DNA de uma das famílias mais importantes do baronato midiático. O campo jornalístico e l’omertà nele existente seriam de grande interesse para o Dr. Cesare.

(...)

Clãs decididos

Outro trecho é emblemático para mostrar o caráter propagandístico da matéria.

“Ideologicamente, Alckmin parece demonstrar mais inclinação que Lula para levar adiante mudanças estruturais no Estado”.

O que seriam essas “mudanças estruturais no Estado”? Se o ex-governador guarda alguma coerência ideológica com o programa de seu partido e com a própria gestão à frente de São Paulo, é preciso destacar que é de minimização e desmonte que estamos falando. Não vejam críticas ao candidato nessa conclusão. É apenas constatação de que faltou pesquisa na elaboração da matéria. Se há algo nem um pouco imprevisível é o desdobramento

econômico de uma eventual vitória tucana. De Alckmin, depois de cinco anos de governo estadual, já se sabe bem o que esperar. E a família Marinho, a mais poderosa do ramo, espera com ansiedade.

L'uomo delinquente foi publicado em 1876 e teve forte influência no Direito Penal. Resta saber se a ação da mídia, nos últimos meses, não deslocará seu foco para estudos centrados na comunicação de massa. Afinal, estamos lidando com alguns dos mais respeitáveis clãs do país. Gente que não costuma hesitar.

(Ano 11, ed. Nº 402, 10/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 27

ELEIÇÕES 2006

Protagonismo antidemocrático

Por Samuel Lima em 17/10/2006

Com a devida vênia e o reconhecimento pela sua contribuição à história do jornalismo brasileiro, é mister afirmar que o comentário "O crime e a foto do crime", de Alberto Dines (OI, programa radiofônico de 16/10/06), é um desserviço à democracia, ao interesse público e, especialmente, à reflexão sobre o papel da mídia na sociedade contemporânea. Seu texto publicado na edição de 17/10 ("A mídia não é culpada pelos conflitos da PF") segue a mesma cantilena.

A razão de ser deste OI é observar criticamente a mídia. Neste sentido, "tapar o sol com a peneira" é jogar somente no lombo dos "aloprados do PT" a responsabilidade pela cobertura da mídia – coisa que não é realizada por partido político algum, mas por homens e mulheres que deveriam ter como horizonte ético-existencial a busca da verdade. Sua afirmação de "quota-parte mínima" de responsabilidade da mídia é um escárnio para quem tem um mínimo de atividade cerebral e uma dosagem elementar de sentidos.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 403, 17/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

TEXTO 28

APOIOS CONVENIENTES

Os intelectuais e os mistérios de um coelho

Por Deonísio da Silva em 30/10/2006

(...)

Capitão do time

No debate da TV Record (segunda, 23/10), houve uma solitária exceção, que lembrou a pergunta que o jornalista Boris Casoy fez a Fernando Henrique Cardoso na campanha à prefeitura de São Paulo, quando perdeu para Jânio Quadros: "O senhor acredita em Deus?". A propósito, há mais de 20 anos, naquela campanha, Jânio deu precioso indício do conhecimento que os intelectuais têm do Brasil: "Quando Fernando Henrique for conhecido em Sapopemba, eu terei ganhado a eleição". Pois agora uma jornalista desconcertou de novo os candidatos e o público ao perguntar a Lula qual a qualidade que ele mais admirava em Alckmin, e a Alckmin qual a qualidade que ele mais admirava em Lula. Nenhum dos dois respondeu, nenhum dos dois teve a humildade de responder, melhor dizendo, nenhum deles quis reconhecer os inegáveis méritos do outro. Ambos espelharam uma estranha anomalia que vige entre nós: nossos adversários são homens sem qualidade alguma. Só têm defeitos. Ora, nenhum dos dois chegou ali sem méritos. É certo que ambos não pensam assim, certamente reconhecem os méritos um do outro, mas devem ter sido orientados pelos marqueteiros a não externarem isso. (Marqueteiros, um capítulo à parte; com a hegemonia dos marqueteiros, fica difícil preservar a autenticidade do candidato; o presidente Lula, por exemplo, é sempre melhor sem eles.) O Brasil ferve em escândalos escabrosos desde que o ex-deputado Roberto Jefferson fez as denúncias que levaram à cassação de José Dirceu, o capitão do time do presidente Lula. O resultado é que pode ter sido derrubado ali um modo de governar o Brasil, mas não de gerenciar o Partido dos Trabalhadores, cujos maiores continuaram a operar de modo ilícito, transgredindo mezinhas normas de direito, de vida republicana.

(...)

(Ano 11, ed. Nº 405, 30/10/2006. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)